



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMILA MOREIRA MAIA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO
DAS SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS TRABALHADORES
DO ASSENTAMENTO COQUEIRINHO**

FORTALEZA - CE

2013

CAMILA MOREIRA MAIA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO
DAS SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS TRABALHADORES
DO ASSENTAMENTO COQUEIRINHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano

FORTALEZA - CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- M185e Maia, Camila Moreira.
 Economia solidária, o novo espírito do capitalismo e o governo das subjetividades: uma análise do discurso dos trabalhadores do assentamento Coqueirinho / Camila Moreira Maia. – 2013.
 122 f. : il. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2013.
 Orientação: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano.
1. Assentamentos humanos – Ceará. 2. Trabalhadores rurais – Ceará. 3. Análise do discurso. 4. Economia social. I. Título.

CDD 305.963098131

CAMILA MOREIRA MAIA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO
DAS SUBJETIVIDADES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DOS TRABALHADORES
DO ASSENTAMENTO COQUEIRINHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano

Aprovada em: 16/07/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Federal do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano (orientadora)

FORTALEZA - CE

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido para a realização desta dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará pela aprovação do projeto que originou essa pesquisa e pelo apoio concedido para a realização desta.

À Prof.^a Dra. Idilva Germano, por sua dedicação, tolerância e competência na orientação deste trabalho, por sua simpatia e leveza na condução de suas orientações e pela confiança em mim depositada para a execução deste projeto de pesquisa. Tenho-a como referência tanto intelectual, quanto de conduta acadêmica desde a graduação.

Aos trabalhadores solidários da Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho (ACCOOPAC) por concederem prontamente sua participação nesta investigação, por abrirem cordialmente as portas de suas casas para que eu pudesse conhecer um pouco de suas experiências cotidianas, por sua hospitalidade e receptividade.

Ao Prof. Dr. Cássio Aquino por suas aulas que convidavam à reflexão durante o mestrado, por sua participação na banca avaliadora deste trabalho e por suas influências na determinação dos rumos deste.

Ao Prof. Dr. João Bosco Feitosa por sua disponibilidade em contribuir com a avaliação desta dissertação.

Ao meu amigo e interlocutor João Paulo Coelho, pela companhia e cumplicidade, durante as aulas do mestrado; pelas conversas infundas sobre os mais variados aspectos, seja ou não no bar; e pelo compartilhamento de angústias durante todo o processo de escrita.

À minha mãe, pelo cuidado, pela preocupação com as noites mal dormidas e por assumir minhas responsabilidades domésticas quando não tive tempo de realizá-las.

Ao meu pai, pela torcida e interesse permanentes pelo meu processo de escrita, por compreender minhas ausências durante os dois últimos anos e por ser fonte inspiradora permanente de serenidade e resistência.

E, por fim e principalmente, ao meu amor Rafael Parente. Foram tantas suas contribuições para a realização desta dissertação que, certamente, não conseguirei listá-las sem omitir alguma. Agradeço por ter realizado essa pesquisa comigo, por ter-me

acompanhado nas visitas, por ter imergido no cotidiano dos trabalhadores junto comigo, pelo seu interesse pela temática fazendo com que o meu estímulo pelo tema não arrefecesse, por ter sido o meu interlocutor-mor, por ouvir minhas queixas e olha que elas são frequentes, por ter-me proporcionado o ambiente ideal de estudo, por ter-me acompanhado horas a fio em eternos fins de semana de escrita, por ter garantido meu descanso sempre que necessário, enfim, são infindáveis suas contribuições.

“Então, pra você se fortalecer, não desperdice esse seu ódio ao vento, use esse mesmo ódio como alimento, mastigue, engula, saboreie ele, se arraste, morda a língua, arranhe a pele, e chore, e reze, e role pelo chão, faça das suas tripas, coração, do seu coração, um corpo fechado onde seu ódio fique represado, engrossando, acumulando energia. Até que num determinado dia, junto co’o ódio dos seus aliados, todos os ódios serão derramados ao mesmo tempo em cima do inimigo. Numa luta dessas, conte comigo. Mas inda não dá pra brigar agora, é bobagem brigar justo na hora que o inimigo quer. Sozinha, fraca, assim é dar murro em ponta de faca.” (BUARQUE; PONTES, 1975, pp. 137 e 138).

RESUMO

Este trabalho visa a compreender de que forma discursos de trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários ajudam a reproduzir a ordem social característica do último capitalismo (a partir de 1970). Segundo a Nova Sociologia do Capitalismo, cada versão do modelo de produção capitalista tem sido acompanhada por uma ideologia que o justifica. Essa ideologia, denominada de “espírito do capitalismo”, transforma-se ao sabor das críticas que lhe são empreendidas. Um novo espírito surge, então, como resultado da articulação entre espírito anterior e crítica que é, atendida, apenas, parcialmente, perdendo seu poder de reivindicação. O novo espírito do capitalismo surge em respostas às críticas das décadas de 1960 e fundamenta-se pelo funcionamento em redes, pela flexibilidade e pelo incentivo à autonomização dos sujeitos. Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, o novo espírito do capitalismo trata-se de uma ordem de discurso que, ao mesmo tempo em que constrange o discurso de atores sociais, é constrangida por eles. Essa ordem de discurso, então, pode ser incorporada ao discurso dos sujeitos em suas diversas funções, seja de representação, de inter(ação) ou de identificação e isso, é o que permite sua reprodução. A Economia Solidária tem sido adotada nos últimos governos (2002 – 2013) como estratégia de resolução da “questão social”. Considerando a íntima relação entre Estado e manutenção de ordens hegemônicas, percebe-se que esses incentivos do Governo Federal a empreendimentos coletivos solidários têm-se apresentado como uma das manifestações da incorporação de elementos da crítica que favorece às reestruturações capitalistas. Nossa argumentação reside na resposta a três hipóteses de trabalho: a primeira diz respeito à correspondência entre o discurso da ES com a crítica ao segundo espírito do capitalismo, uma vez que partilham das reivindicações desenvolvidas tanto pelos movimentos operários do século XIX, como pelos movimentos sociais da década de 1960. A segunda defende a aproximação do discurso de trabalhadores de ES às ideologias que tem justificado o novo espírito do capitalismo e a terceira consiste no entendimento da ES como uma estratégia de governo das subjetividades, uma vez que engendram um sentimento de empoderamento no trabalhador solidário que cessa sua motivação para a crítica. Realizamos uma aproximação etnográfica a uma associação de agricultores assentados do interior do Estado do Ceará que funciona nos moldes da Economia Solidária. O *corpus* de pesquisa foi obtido através de diários de campo, construídos a partir de observação participante e de entrevistas individuais, e analisado à luz da Análise de Discurso Crítica. Concluiu-se que: o Estado se compromete ambigualmente com a superação da pobreza

e do desemprego e com formas neoliberais de gestão que são, elas próprias, geradoras de desigualdade; a relação entre o trabalhador solidário e o Estado é contraditória, pois, ao mesmo tempo em que aquele desenvolve atividades produtivas que visam à autonomia em relação a este, seu discurso aponta para a dependência dos incentivos concedidos pelo mesmo; por fim, há uma incoerência entre a condição precária do trabalhador e o seu sentimento de autonomia, de liberdade e de segurança.

Palavras-chave: Economia Solidária. Novo espírito do capitalismo. Análise de Discurso Crítica. Governo das subjetividades.

ABSTRACT

This work aims to understand how discourses of workers of solidarity collective enterprises help reproduce the social order characteristic of the last capitalism (since 1970). According to the New Sociology of Capitalism, each version of the model of capitalist production has been accompanied by an ideology that justifies it. This ideology, called the "spirit of capitalism", is transformed by the criticisms that it receives. A new spirit, then, arises, as a result of the relationship between the former spirit and the criticism that is only partially met, and, hence, loses its demanding power. The new spirit of capitalism arises in response to criticism from the 1960s and is based on networking, flexibility and the incentive for the empowerment of individuals. From the perspective of Critical Discourse Analysis, the new spirit of capitalism is an order of discourse that constrains the discourse of social actors whilst being constrained by it. This order of discourse can, thus, be incorporated into the discourse of the subjects in its various roles, be it of representation, of inter(action) or identification, and this is what allows its reproduction. Solidarity Economy has been adopted by the last governments (2002 - 2013) as a strategy for solving the "social issue". Considering the close link between the State and the maintenance of hegemonic orders, it is clear that these incentives from the Federal Government to solidarity collective enterprises have been presented as one of the manifestations of the incorporation of elements of criticism that benefit capitalist restructuring. Our argument lies in the response to three working hypotheses: the first concerns the correspondence between the discourse of Solidarity Economy and the criticism to the second spirit of capitalism, since they share the claims developed by both the labor movements of the nineteenth century and the social movements of the 1960s; the second advocates the closeness between the speech of solidarity economy workers and the ideologies that have justified the new spirit of capitalism; and the third consists in the understanding of Solidarity Economy as a strategy for the government of subjectivities, once it promotes the feeling of empowerment in the solidarity worker that ceases his motivation for criticism. We conducted an ethnographic approach in an association of farmers settled in the state of Ceará, which functions along the lines of Solidarity Economy. The research corpus was obtained from field diaries, made from participant observation and interviews, and analyzed through Critical Discourse Analysis. It was concluded that the State ambiguously engages in overcoming poverty and unemployment and in neoliberal forms of management that generate inequality. The relationship between the solidarity worker and the State is contradictory

because, while the first develops productive activities aimed at autonomy regarding the latter, their speech points to the dependence on the incentives granted by it. Lastly, there is inconsistency between the workers' precarious condition and their feelings of autonomy, freedom and security.

Keywords: Solidarity Economy. New spirit of capitalism. Critical Discourse Analysis. Government of subjectivities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ARTICULANDO SABERES PARA A ANÁLISE DO DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	20
2.1	Um delineamento histórico da Economia Solidária.....	22
2.1.1	<i>Do cooperativismo à economia social: uma incursão pela Europa.....</i>	<i>23</i>
2.1.2	<i>Reestruturação produtiva e Economia Solidária no Brasil.....</i>	<i>26</i>
2.2	Economia Solidária e o trato da questão social pelo Estado brasileiro.....	33
2.3	Economia Solidária e o novo espírito do capitalismo.....	41
2.3.1	<i>Capitalismo, crítica e ideologia.....</i>	<i>41</i>
2.4	Discurso e Economia Solidária.....	55
2.4.1	<i>Análise de Discurso Crítica e o estudo de problemas sociais.....</i>	<i>56</i>
2.4.2	<i>A Psicologia Social Crítica e a Análise do Discurso.....</i>	<i>58</i>
2.4.3	<i>Discurso x Estrutura: a prática social como categoria mediadora.....</i>	<i>60</i>
3	CAMINHO METODOLÓGICO.....	65
3.1	Etnografia e Análise do Discurso Crítica.....	66
3.2	Apresentação do Assentamento Coqueirinho e da associação ACOOPAC.....	69
3.3	Estratégias de análise.....	71
4	ANALISANDO O DISCURSO DE TRABALHADORES SOLIDÁRIOS.....	75
4.1	“Nós” x INCRA.....	75
4.2	“Nós” x “Eles”.....	78
4.3	Economia Solidária como crítica ineficiente.....	82
4.4	A ACOOPAC e a cidade por projetos.....	86
5	ECONOMIA SOLIDÁRIA, O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO DAS SUBJETIVIDADES – RESPONDENDO HIPÓTESES DE TRABALHO.....	94
5.1	Discussão da Primeira Hipótese de Trabalho: Economia Solidária como crítica ao segundo espírito do capitalismo.....	96
5.2	Discussão da segunda hipótese de trabalho: Economia Solidária e a cidade por projetos.....	104
5.3	Discussão da terceira hipótese de trabalho: A Economia Solidária como estratégia de governo das subjetividades.....	109

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
	ESCLARECIDO.....	120

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da inserção laboral da pesquisadora no contexto de grupos que desenvolvem atividades de Economia Solidária (ES), mais especificamente, na função de consultora social vinculada a uma organização não governamental que oferece apoio à formação de associações e cooperativas. Ao realizar o acompanhamento de alguns empreendimentos solidários, foi notado que, na medida em que os trabalhadores se inserem na prática de trabalho solidária – caracterizada pela posse dos meios de produção, pela divisão dos lucros e pela autogestão – ocorre um processo de transformação da forma como representam a si mesmos, das suas relações de trabalho, da forma como significam o mundo e dos valores que julgam importantes. O sujeito pobre que adota o trabalho coletivo e solidário como forma de sobrevivência vai, paulatinamente, abandonando uma visão pessimista de si, ou seja, uma concepção baseada na incapacidade, na impotência e na predestinação a uma condição de pobreza, em favor de uma percepção mais otimista, que sugere uma forma de empoderamento, isto é, o indivíduo passa a se construir como sujeito capaz de superar sua condição de pobreza, uma vez que não é mais submetido às vontades de um patrão, que é proprietário do seu empreendimento e que pode decidir sobre os rumos deste. Por esses motivos, esses trabalhadores passam a defender que a prática de trabalho solidária é mais compensatória do que o trabalho assalariado, que relações laborais baseadas na cooperação e na solidariedade são mais dignas do que as que se orientam pela competição e de que essas formas de trabalho são importantes para a construção de um mundo mais justo, menos cruel e menos opressor.

Percebeu-se, por outro lado, que a maioria dos trabalhadores que se inseriam em formas de trabalho coletivo vivia, antes, em condição de extrema pobreza, desenvolviam trabalhos precários e informais ou haviam passado por longos períodos de desemprego. Nesses termos, a adesão a atividades coletivas não se constituía como escolha em detrimento de outras formas de vinculação laboral e, sim, como única forma de garantir sua sobrevivência. Além disso, fazia-se questionável a liberdade e a dignidade defendida pelos trabalhadores. Primeiro porque os empreendimentos não se mostravam sustentáveis, de modo a depender de apoio financeiro concedido por editais lançados por empresas privadas ou governamentais, da rede de empreendimentos à qual estavam vinculados e do próprio apoio relativo à gestão prestado pela organização não governamental. Segundo porque, para garantirem, minimamente, seu sustento, eram submetidos a longas jornadas de trabalho e

obrigavam-se a baixar o preço de seus produtos, para se fazerem competitivos no mercado. Junto a isso, somava-se a fácil migração destes trabalhadores para outras formas de trabalho, em períodos de baixas das vendas. Torna-se evidente, assim, uma dissonância entre os discursos dos trabalhadores em apologia à ES e suas condições reais de trabalho.

Em paralelo a essa dissonância, constata-se o crescimento de políticas sociais, sobretudo nos últimos dez anos, voltadas para a transferência de renda, para a facilitação de crédito, para o fomento do empreendedorismo individual bem como para a promoção de empreendimentos baseados na ES. O discurso governamental tem posicionado essas políticas como estratégias de diminuição das desigualdades sociais, como soluções para os problemas de violência e, inclusive, como formas de contornar as crises do capital. Em contrapartida, o montante investido, de fato, nesse âmbito é irrisório, enquanto vultosa parte do PIB nacional é direcionada para a manutenção do equilíbrio do mercado financeiro. Dessa maneira, torna-se cabível o questionamento dessas contradições. Isso nos leva a pensar sobre o que está em jogo quando o Governo Federal promove campanhas em prol da ES, cria uma Secretaria Nacional de ES, incorpora os incentivos a essas formas de trabalho como estratégia principal de combate à miséria. A hipótese levantada por este trabalho é que o processo de incorporação da ES por práticas governamentais é tributário das últimas reestruturações do capitalismo, na medida em que oculta a contradição entre a produção de desigualdades e o acúmulo de capital. Ao mesmo tempo em que práticas solidárias de economia proporcionam condições materiais de sobrevivência, mesmo que mínimas, aos trabalhadores e que promovem uma espécie de empoderamento destes, elas permitem a reprodução pacífica do capital, uma vez que esses mesmo efeitos – capacidade de consumo e poder pessoal – mascaram as condições de vida precárias desse trabalhador e arrefecem sua necessidade de reivindicação. A construção dessa hipótese se deu a partir da articulação entre a Nova Sociologia do Capitalismo e uma versão de Análise de Discurso Crítica (ADC) que passamos, então, a esmiuçar.

Além de ter ganhado a atenção do Governo Federal, a ES também passou a ser discutida pelas academias, pelos sindicatos e por diversos movimentos sociais. Esta atenção foi acompanhada de uma controversa arena de debates a respeito da função social da ES – se de transformação ou de reprodução do sistema econômico vigente – e, conseqüentemente, de uma intensa produção discursiva que constitui representações de ES, modelos de ação da prática solidária e formas de identidade do trabalhador solidário. Ao analisarmos as diversas perspectivas que combatem nesta arena, percebemos que existem concepções mais otimistas a

respeito da ES, que acreditam que a ES possa ser uma forma de superação do capitalismo e de suas mazelas, e outras mais pessimistas, que julgam esses modelos produtivos como uma forma de apaziguar as lutas sociais, de dar conta de forma precária da questão social e de, assim, fazer com que o capitalismo se reproduza.

A fim de compreender essas contradições e ambiguidades que caracterizam o cenário da ES no Brasil, utilizamo-nos da relação entre transformações do capitalismo, crítica e ideologia desenvolvida por Boltanski e Chiapello (2009). Segundo os autores, o capitalismo é um sistema absurdo por natureza – uma vez que precisa do engajamento de muitos indivíduos que não, necessariamente, desfrutarão dos lucros do seu trabalho – e, por isso, carece de justificativas que garantam a adesão de pessoas a seu modelo produtivo. Essas justificativas compõem o que os autores chamaram de “espírito do capitalismo”, isto é, a concepção dominante ou a ideologia que visa a convencer os seus possíveis adeptos de que este sistema econômico oferece segurança, é estimulante para o sujeito e é um sistema justo, ou seja, bom para o bem comum. As justificativas, por sua vez, dependem de crenças arraigadas socialmente em determinada época e lugar, elas se utilizam, inclusive, de valores que são contrários ao capitalismo. É nesse sentido que Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que a crítica é uma das principais fontes de reestruturação do capitalismo. Cada espírito do capitalismo que surge incorpora parcialmente as reivindicações da crítica empreendida contra um espírito anterior. E é justamente, ao responder essas críticas, que o capitalismo as desarticula, torna-as inócuas, sem força reivindicatória.

Os autores conceberam a existência de três espíritos do capitalismo, até hoje. O último, denominado de “novo espírito do capitalismo”, vem se configurando desde a década de 1970, a partir da incorporação da crítica contra o segundo espírito, referente ao modo de produção vigente no capitalismo industrial (especialmente entre 1940 e fim dos anos 1970). Esse último espírito se baseia num discurso de flexibilidade, de conectividade, de autonomia e de empreendedorismo pessoal. Faz apologia ao funcionamento em redes e dissemina a ideia de que os sujeitos merecedores de apreço ou de sucesso, ou seja, os “grandes”, são aqueles que se autogerem, que são ativos, que cooperam uns com os outros e que trabalham em prol da difusão das redes e da inserção dos demais sujeitos nesta.

Nesse sentido, entendemos que as visões mais otimistas de ES exercem uma função de crítica ao capitalismo, pois, uma vez atreladas a organizações que tradicionalmente ocupam o papel da crítica, denunciam tanto o caráter explorador e produtor de desigualdades do capitalismo – a que os autores chamaram de crítica social –, quanto os seus aspectos

relacionados à privação de liberdade e de subordinação – a que os autores chamaram de crítica estética. No entanto, as críticas ao capitalismo empreendidas por representantes da ES, hoje, alinham-se mais a reivindicações contra o segundo espírito do capitalismo – caracterizadas pela denúncia da racionalização do trabalho, da hierarquia vertical das grandes empresas, da falta de liberdade dos trabalhadores, etc. – do que contra o terceiro espírito. Assim sendo, essas críticas perdem sua virulência, ou seja, ficam deslocadas frente às novas determinações capitalistas. Contraditoriamente, as formas de justificação desse “novo espírito” aproximam-se dos princípios e valores da ES, como os relacionados à cooperação, à liberdade, à autonomia e à justiça social.

Partimos, também, da ideia de que sistemas econômicos e a organização do Estado estão intrinsecamente relacionados, de modo que a sustentação do capitalismo não ocorreria sem a interferência de decisões governamentais. Neste sentido, afirmamos que os incentivos governamentais em prol da ES, ocorridos nos últimos dez anos no Brasil, revelam processos complexos de incorporação da crítica que resultam em discursos e práticas ambivalentes quanto ao lugar da ES e seu papel em relação à nova ordem capitalista. Como consequência, as políticas de governo podem operar silenciando seu potencial transformador e atendendo apenas parcialmente a aspectos da crítica. Muito mais do que solucionar o problema da desigualdade e de contribuir para a superação do capitalismo, a utopia fundante das economias cooperativas parece exercer uma função de controle social, uma vez que possibilitam, minimamente, a reprodução da vida de pessoas pobres e, ultimamente, a reprodução do capital.

As práticas de ES são parcialmente discursivas de forma que a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC) torna-se um instrumento de análise fundamental para esta investigação. Dentre outros motivos, porque permite pensar a relação entre discurso e estrutura e porque tem como objetivo a denúncia de formas naturalizadas de discursos que impõem, hegemonicamente, formas de ser, de se relacionar e de representar o mundo. A partir desta perspectiva, discutimos como a incorporação da ES por setores governamentais – aqui concebida como funcional à reestruturação do capital – se dá através da construção de discursos híbridos que apaziguam as contradições entre capital e trabalho e que se aproximam do novo espírito do capitalismo.

À luz do enquadre teórico-metodológico da ADC proposta por Fairclough (2001; 2003; 2005) e de Fairclough e Chouliaraki (1999), entendemos que os discursos da ES são produtivos, pois ajudam a forjar certas representações, ações e modos de ser. O discurso, em

suas mais variadas funções, constitui-se no interior das práticas sociais em relação com os demais elementos que a constituem, como, por exemplo, atividades, sujeitos, crenças, relações sociais, tempo e espaço. Ao mesmo tempo em que o discurso constrange a organização desses outros elementos da prática, ele é estrangulado por eles. Dessa forma, transformações discursivas podem indicar rearranjos da prática social que, por sua vez, podem acarretar mudanças na ordem social. Do mesmo modo, a reprodução de determinados discursos dominantes, pode levar à manutenção da ordem social vigente.

A dialética entre discurso e estrutura social estabelecida pela ADC nos ajuda a entender de que forma a construção discursiva de modos de ser, de agir e de representar de trabalhadores solidários podem contribuir para a conservação ou para a transformação de regimes de justificação dominantes. Nosso objetivo é compreender de que forma essa nova ordem social é incorporada às representações dos trabalhadores solidários sobre si mesmos e a maneira como esses indivíduos se comprometem ou não com o discurso governamental de Economia Solidária. É nosso interesse saber que modelos de identidade são construídos, que argumentos são utilizados para defender a transformação do miserável em agente de superação do capitalismo e qual a relação desses discursos com a manutenção ou com a transformação da estrutura social vigente.

Para atingir tais objetivos, investigamos os discursos dos trabalhadores da Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho (ACCOOPAC) radicada na área de sertão-praia do município de Fortim – CE. Esse grupo formou-se em 1995 por ocasião das políticas de assentamento ligadas à Reforma Agrária, capitaneadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua atividade econômica principal é a agricultura, no entanto, desenvolvem outras formas de trabalho que complementam sua renda, como o turismo comunitário e a venda de artesanatos e cosméticos, produzidos na própria comunidade. A motivação para a escolha deste grupo deveu-se a fato de que o INCRA o considera como assentamento modelo, alegando que esses trabalhadores conseguiram alcançar certa sustentabilidade e autonomia em relação aos incentivos do Governo. Isso faz com que a ACCOOPAC se configure como objeto de estudo interessante, já que estamos voltados para a compreensão dos processos que naturalizam a responsabilização dos próprios trabalhadores pela superação de sua condição de pobreza. Além disso, o grupo existe há cerca de vinte anos e este tempo permite certa sedimentação de valores e crenças, dotando-o de relevância para este estudo. Seguimos, então, apresentando o caminho percorrido para a execução desta investigação.

No primeiro capítulo, traçamos, de início, um recorte histórico da ES, tanto no contexto europeu quanto no brasileiro, ressaltando as heranças que o cooperativismo operário e que a economia social europeus deixaram para a constituição da ES no Brasil. Destacamos, também, o contexto social, político e econômico que possibilitou a difusão de empreendimentos coletivos solidários no Brasil e que fez com que a ES ocupasse um lugar de destaque nos debates acadêmicos e políticos. Em seguida, esquadrimos nosso problema de pesquisa e nosso objeto de estudo através da articulação entre a Nova Sociologia do Capitalismo desenvolvida por Boltanski e Chiapello (2009) e a Análise de Discurso Crítica na versão de Fairclough (2001; 2003; 2005) e de Fairclough e Chouliaraki (1999). A partir dessa articulação, discutimos como o espírito do capitalismo configura uma ordem de discurso, ou seja, uma organização particular de discursos que se relaciona dialeticamente com formas de ser, de agir e de representar de determinada época e lugar. Essa compreensão torna-se importante para este estudo, na medida em que lança luz sobre os processos de inculcação de ordens de discursos em identidades. Discorremos, ainda, neste capítulo sobre as relações entre ES, o Estado e a questão social, no intuito de apresentar de que forma as estratégias governamentais se utilizaram da ES para compreender e resolver a questão da pobreza e suas consequências.

No capítulo seguinte, apresentamos nossas estratégias metodológicas. Ressaltamos o caráter qualitativo da pesquisa e sua filiação a uma Psicologia Social Crítica, uma vez que se propõe a desvelar formas de dominação e de desigualdade sociais e que se compromete com a transformação social e com a promoção da emancipação. Justificamos o uso da Análise do Discurso Crítica como estratégia teórico-metodológica, associada a uma abordagem etnográfica da prática social. Fairclough e Chouliaraki (1999) afirmam que uma abordagem etnográfica da prática social é relevante, na medida em que fornece elementos do contexto discursivo ou da disposição dos demais elementos da prática que somente o discurso não possibilita. Por fim, descrevemos o histórico do Assentamento Coqueirinho, ressaltando o contexto de surgimento das diversas associações que o compõem e apresentamos as estratégias de análise das quais nos valem para a abordagem do corpus construído através de entrevistas semiestruturadas e da construção de diários de campo, resultantes das visitas.

Em seguida, desenvolvemos a análise do discurso dos trabalhadores entrevistados propriamente dita. Valemo-nos dos três tipos de significado do discurso apontados por Fairclough (2003) e das categorias de análise utilizadas para a abordagem de cada um deles. Destacamos as formas discursivas de “negociação das diferenças” entre trabalho coletivo

solidário, trabalho individual e trabalho assalariado. Identificamos as “metáforas”, as “presunções valorativas” e outras formas discursivas utilizadas pelos trabalhadores para se representarem, representarem seu trabalho e as instituições com que se relacionam. E por fim, utilizamos o recurso da “intertextualidade” para identificarmos o caráter híbrido do discurso da ES.

À luz dessa análise, estabelecemos, no último capítulo, relações entre essas reflexões e as hipóteses de pesquisa levantadas que concluem nosso trabalho argumentativo. A primeira hipótese diz respeito à identificação da ES com a crítica ao segundo espírito do capitalismo, uma vez que seu discurso constitui-se por argumentos partidários às críticas estética e social desenvolvidas tanto pelos movimentos operários do século XIX, como pelos movimentos sociais da década de 1960. A segunda diz respeito à aproximação do discurso da ES às novas ideologias que tem justificado o novo espírito do capitalismo e a terceira consiste no entendimento da ES como uma estratégia de governo das subjetividades, uma vez que engendram um sentimento de empoderamento no trabalhador solidário que cessa sua motivação para a crítica e arrefece lutas sociais.

2 ARTICULANDO SABERES PARA A ANÁLISE DO DISCURSO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante as décadas de 1980 e 1990, por ocasião das transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho, modalidades de atividade produtiva baseadas na solidariedade ganharam espaço no cenário das classes populares brasileiras. A diminuição do número de assalariados e o consequente desemprego em massa oriundos dessa reestruturação contribuíram para que indivíduos desenvolvessem formas de produção individuais, familiares ou associativas que garantissem a sua sobrevivência. (KRAYCHETE, 2000). Assim, a questão do trabalho informal, familiar e popular que, na década de 1960, era entendido como um fenômeno transitório, característico de países subdesenvolvidos, impõe-se, ao final do século XX, como um fator de importância tanto para a academia como para as políticas públicas. O que antes era conhecido pela literatura científica como autogestão, economia informal, economia popular ou cooperativismo passa, a partir de então, a configurar um novo campo de teorização e de ação denominado Economia Solidária. (LECHAT, 2002). É importante ressaltar que o crescimento de movimentos sociais, a intervenção da Igreja Católica e dos sindicatos e o surgimento de organizações da sociedade civil neste âmbito também foram fatores responsáveis pela ênfase dada a formas de economia popular.

As atividades produtivas designadas pelo termo Economia Solidária constituem um campo heterogêneo que abarca desde associações de agricultores e cooperativas a organizações de microcrédito e de fundo rotativo. Constituem, assim, práticas diversas e, muitas vezes contraditórias, de forma que a construção de teorizações a respeito deste objeto de estudo constitui tarefa complexa e permeada por um intenso debate. As diferentes perspectivas oscilam entre posicionar a ES como uma forma de economia alternativa ao capitalismo com princípios avessos a este ou como um conjunto de atividades produtivas capazes de conviver e de se relacionar pacificamente com o capitalismo, exercendo, ainda, a função de reproduzi-lo.

Do mesmo modo, a intervenção do Estado frente a esses setores bem como as negociações travadas com os movimentos sociais que o constituem, ocorre a partir de intensa luta social e produz representações contraditórias tanto de Economia Solidária, como dos indivíduos que a constituem e das relações entre eles. Apesar de compor as estratégias de superação da pobreza lançadas, sobretudo, pelos últimos governos (2002 – 2013), os incentivos estatais que, de fato, chegam aos empreendimentos são mínimos. Além disso, a

institucionalização da ES decorrente da criação de legislações e de órgãos governamentais responsáveis por geri-la é forte produtora de prescrições a respeito dos tipos de empreendimentos que podem ser caracterizados como solidários; das formas de relação entre os trabalhadores; e da maneira de ser e de agir do trabalhador solidário. Percebemos essas estratégias como práticas de governo que visam a “conduzir a conduta” dos indivíduos, a criar subjetividades que, pautadas na autonomia, na cooperação, na adaptação e na flexibilidade coadunam com as novas exigências do capitalismo. (CRESPO; SERRANO, 2011; FERREIRA; MONTEIRO; CURVELLO, 2010).

Essas novas exigências são legitimadas através de discursos consonantes com o novo espírito do capitalismo que consiste em ideologias que justificam o comprometimento das pessoas com o modelo de capitalismo vigente, ao construí-lo como um sistema econômico justo, atrativo e seguro. Na ausência dessas justificativas, o capitalismo não se sustentaria, uma vez que se trata de um sistema absurdo por excelência, pois, apesar de necessitar do engajamento de muitos, são poucos os que têm a oportunidade de lucrar com ele. Essas justificativas são forjadas a partir de ideias disseminadas em épocas e espaços determinados, como também a partir das críticas infringidas contra o próprio capitalismo. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Para efeitos desta investigação, reconhecemos uma função ambígua do discurso da ES, na medida em que ora a constrói enquanto crítica do capitalismo, ora funciona de acordo com o novo espírito do capitalismo.

Articulando as reflexões sobre o novo espírito capitalismo com a versão da Análise de Discurso Crítica – ADC desenvolvida por Fairclough e Chouliaraki (1999), podemos afirmar que o espírito do capitalismo trata-se de uma ordem de discurso, ou seja, de uma organização particular de discursos que se relaciona dialeticamente com formas de ser, de agir e de representar de determinada época e lugar. Uma das características de uma ordem de discurso é a dominância, isto é, há algumas articulações entre discursos que predominam mais que outras, ou seja, que são hegemônicas e há, ainda, aquelas que se opõem às dominantes, que são contra-hegemônicas. No entanto, significações hegemônicas sempre podem ser contestadas através de lutas que se dão no seio das interações sociais, de modo que uma ordem de discurso não é um sistema fechado e, sim, passível de transformação. Os mecanismos pelos quais o espírito do capitalismo se transforma – através da incorporação de elementos da crítica – podem ser interpretados como uma luta entre o espírito anterior e o discurso da crítica, cujo resultado é um discurso híbrido que caracteriza o novo espírito e que

é composto por elementos dos dois discursos anteriores. (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002).

Os discursos da ES que podem ser considerados como crítica ao capitalismo parecem em consonância com as reivindicações por justiça social, liberdade e autonomia característicos dos movimentos sociais da década de 60, que foram direcionadas às práticas relativas ao capitalismo industrial, ou às reivindicações do movimento operário do século XIX (WELLEN, 2012). No entanto, o modelo de capitalismo que vem se constituindo a partir do final da década 1970 incorporou elementos dessa crítica, adotando uma menor hierarquização e uma maior flexibilização das relações de trabalho, de modo que a crítica da ES atual é carente de virulência. Por outro lado, o discurso governamental sobre a ES parece estar de acordo com o novo espírito do capitalismo e, por força da governamentalidade, inculca essa ordem de discurso hegemônica em modos de ser e de agir dos trabalhadores de ES, reproduzindo-a. Além disso, o trabalho nos moldes da ES confere certa capitalização e certo empoderamento das parcelas empobrecidas da população que apaziguam sua necessidade de reivindicação e arrefecem as lutas sociais, mais uma vez, gerando um efeito reprodutivo do capitalismo.

Esta investigação, então, está interessada em conhecer os processos discursivos através dos quais ocorre a incorporação das ideologias que justificam o novo capitalismo às identidades sociais e aos modos de agir do trabalhador de empreendimentos coletivos solidários. Faz parte, também, do escopo deste trabalho identificar as construções discursivas identitárias que funcionam como atenuadores da luta social, ao conferir um sentimento de autonomia, de dignidade e de liberdade a esses trabalhadores.

Antes de partimos para uma descrição pormenorizada dos pressupostos teóricos desta pesquisa, percebemos a necessidade de traçarmos um panorama histórico da ES nos âmbitos europeu e brasileiro, uma vez que a manifestação da ES no Brasil é herdeira do movimento cooperativista europeu e da economia social surgida na Europa por ocasião da derrocada do Estado de Bem Estar Social e que englobou movimentos mutualistas e filantrópicos. É importante ressaltar, também, o contexto histórico brasileiro que permitiu a disseminação de empreendimentos coletivos solidários a partir da década de 1980.

2.1 Um delineamento histórico da Economia Solidária

O capitalismo, desde os seus primórdios, foi acompanhado por dissidências que resistiam às suas fundamentais formas de exploração e às suas consequências espoliadoras. Desde o Renascimento, quando os pilares capitalistas começaram a ser forjados, na Europa Ocidental tem-se conhecimento de movimentos que denunciavam seus efeitos perversos e que propunham formas alternativas de organização social e produtiva que beneficiassem não somente pequenos grupos detentores do capital, mas também a coletividade. Suzana Albornóz (2003) afirma que, apesar de o sonho humano de um mundo perfeitamente organizado e sem sofrimento ser um fator praticamente antropológico, ou seja, inerente a todas as culturas e presente em todas as épocas, é a modernidade que oferece as condições de possibilidade para a construção de teorias que preconizam uma sociedade livre de desigualdades. Inaugura-se, então, um marco da história das utopias, atribuído pela autora à centralidade que o trabalho ocupou a partir da era moderna. Além disso, pode-se inferir que a difusão do modo de produção capitalista e das contradições sociais por ele engendradas, que datam de mesma época, também influenciaram reflexões e práticas em resposta aos problemas gerados pela exploração capitalista.

De fato, as atividades econômicas alternativas ao capitalismo e baseadas nos meios de produção e lucro compartilhados e na autogestão surgem em contraposição aos efeitos perversos da economia de mercado, sobretudo, nos seus momentos de crise. Mas, como afirma Noelle Lechat (2002), não é possível estabelecer um marco histórico para a origem desses empreendimentos alternativos, se adotarmos uma visão processual e dialética da história, isto é, a de que os fenômenos sociais não surgem como nova realidade independente daquela que os sucedeu, mas, sim, tomam forma através de lentos processos de reinterpretação e de modificação de antigos fenômenos à luz de novas condições socio-históricas.

Seguimos, então, discorrendo a respeito dos processos históricos iniciais de produção de modelos de economia baseados na cooperação e na solidariedade que se desenvolveram, sobretudo, na Europa. Em seguida, partimos para a descrição dos processos históricos, sociais e econômicos que contribuíram para o surgimento do que chamamos, hoje, de Economia Solidária, no Brasil.

2.1.1 Do cooperativismo à economia social: uma incursão pela Europa

Ideais como o racionalismo e o individualismo, o ressurgimento de relações mercantis e a ascensão de uma classe burguesa característicos do período renascentista serviram como caldo nutritivo para o desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, já a esta época, observam-se consequências sociais decorrentes da adoção dos preceitos excludentes deste sistema econômico. Como exemplo, podemos citar a expropriação de terras de camponeses pela nobreza, ocorrida na Inglaterra dos séculos XV e XVI, que visava à substituição da agricultura pelo pastoreio de ovelhas, com o objetivo de fomentar a manufatura têxtil. Em consequência disso, milhares de camponeses foram reduzidos à miséria e ao desemprego vendo-se, assim, obrigados a migrar para as incipientes cidades formadas pelo desenvolvimento das atividades mercantis. Somavam-se, então, a bandos de mendigos que tinham de praticar atos de pilhagem para sobreviver, ao mesmo tempo em que eram alvo da severa lei inglesa que punia indistintamente ladrões, vagabundos e assassinos. (PEDRO; CÁCERES, 1996).

Nesse cenário social, Thomas Morus (1478 – 1525) escreveu o romance político *Utopia* no qual criticava os efeitos funestos da rudimentar sociedade burguesa inglesa, através da imaginação de uma sociedade ideal, igualitária e socialmente justa. O autor discorre, através de diálogos, sobre o funcionamento social de uma ilha fictícia, expondo sua forma alternativa de divisão do trabalho, de maneira a criticar as relações desiguais entre as classes sociais da Inglaterra. Utopia configura-se como uma sociedade ideal onde o tempo de trabalho é mais bem distribuído entre os habitantes, não existem assalariados nem propriedades privadas, não se gasta com coisas supérfluas, nem se ostentam riquezas, com total comunhão de bens e terras. Outra característica significativa presente nesta obra é a valorização do trabalho não somente como meio de subsistência e de acúmulo de capital, mas também como uma atividade constitutiva do homem, que propicia realização pessoal e permite a construção de uma sociedade mais justa. (ALBORNÓZ, 2003).

O texto de Morus é considerado a primeira tentativa intelectual de se conceber uma sociedade baseada na comunhão de bens, que teve grande influência sobre teóricos do socialismo utópico como Charles Fourier, Robert Owen, Saint-Simon, Joseph Proudhon e Louis Blanc, cujas obras emergiram no contexto da Revolução Industrial (séculos XVIII – XIX). A denominação de socialismo utópico foi dada, posterior e criticamente, por defensores do marxismo (socialismo científico) que afirmavam que esses intelectuais não haviam pensado em formas concretas de efetivação de suas teses. Além disso, o socialismo utópico nunca configurou um movimento homogêneo propriamente dito, mas seus teóricos

convergiavam em suas críticas realizadas a uma sociedade burguesa que, através da industrialização, produzia exércitos de deserdados do capitalismo. Dessa forma, fomentaram os primeiros movimentos cooperativistas que tinham como objetivo fazer frente à maquinização da mão de obra empreendida pelas indústrias, ao desemprego assim gerado e à exigência de jornadas abusivas de trabalho. Baseavam-se na defesa da posse dos meios de produção pelos trabalhadores e na divisão do lucro, constituindo-se assim, sobretudo, a partir de um viés econômico e de igualdade de classes. Até que houvesse uma transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro (de acumulação flexível), o cooperativismo se difundiu como estratégia principal de retaliação da classe trabalhadora frente às relações de submissão e de exploração (SINGER, 1987; VERONESE, 2008).

Outro fator que fomentou o desenvolvimento de economias baseadas na cooperação, na Europa, foi a crise do capitalismo ligada ao enfraquecimento do Estado-providência, ocorrida a partir da década de 1970, que gerou um empobrecimento social generalizado. Em paralelo a isso, desapareciam os modelos contraditórios de economias estatais e planejadas que tinham como objetivo a divisão de riquezas. (LEMES, 2008). Nesse contexto, movimentos da sociedade civil foram sendo incorporados ao cooperativismo, como as práticas de mutualismo (relacionado a instituições filantrópicas, sobretudo, na área da saúde) e de associativismo (organização de grupos sociais centrados na luta por direitos). Esse deslocamento de sentido funda o que foi chamado de economia social, definida como:

[...] um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas tendo por objetivo o alcance de interesses individuais, a economia social organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela distingue-se também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LECHAT, 2002, p. 126)

Apesar de manter certa convergência com os fundamentos do cooperativismo, uma vez que defendia formas comunitárias de propriedade, a economia social não estava baseada na organização das classes desfavorecidas, mas, sim, na associação de atores sociais com o objetivo principal de geração emergencial de renda. Isso fez com que a prática da “economia social” ganhasse uma conotação filantrópica pejorativa, associada à caridade e entendida como estratégia paliativa, de forma que se tornou desacreditada. (VERONESE, 2004).

Empreendimentos econômicos baseados na solidariedade e na cooperação surgem, no Brasil, desde que o capitalismo industrial começa a se estabelecer em território nacional. No

entanto, é a partir das décadas de 1980 e 1990, que essa forma de atividade produtiva se dissemina e se constitui como objeto de reflexão e de ação relevante em diversos âmbitos. O modelo de ES aqui desenvolvido¹ é fortemente influenciado pelos ideais dos socialistas utópicos do século XIX. Assim como eles, o representante-mor da ES no Brasil, Paul Singer, defende a possibilidade de superação do capitalismo a partir de dentro. Isto significa promover a capacidade de competição dos empreendimentos solidários no mercado, fazendo com que estes ocupem os interstícios do capitalismo e, por se configurarem como uma atividade produtiva mais justa, ganhem a adesão automática dos trabalhadores. (WELLEN, 2012). Além disso, assim como os utópicos, a ES baseia-se na reivindicação de maior justiça, autonomia e liberdade nas relações de trabalho, o que também se aproxima das críticas da década de 1960 empreendidas contra o capitalismo industrial.

Karl Marx, apesar de criticar o socialismo utópico, justificou-o alegando que seus autores não tinham condições históricas para propor um modelo eficaz de superação do capitalismo, uma vez que, à época, nem as forças produtivas estavam completamente desenvolvidas no âmbito da burguesia, nem a classe trabalhadora estava suficientemente organizada para ter um caráter político. Assim sendo, a ES, ao adotar preceitos semelhantes aos dos socialistas utópicos que já não eram considerados efetivos na própria época, torna-se, para Wellen (2012), um arcaísmo ou, no mínimo, ingenuidade, frente às condições atuais do capitalismo.

Verificaremos mais adiante, quando inserirmos nesse panorama as ideias de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o novo espírito do capitalismo, que o discurso da ES pode não ser, apenas, ingênuo ou inócuo, mas também pode atuar de maneira a reproduzir a própria ordem social que julga superar. E, quando utilizado sob a égide do Estado, pode funcionar como uma forma de inculcação de modos de ser que visam a um governo das condutas, sobretudo, dos pobres.

2.1.2 Reestruturação produtiva e Economia Solidária no Brasil

Os primeiros empreendimentos brasileiros cujas bases se aproximavam do que entendemos hoje como ES eram cooperativas urbanas de consumo que surgiram por volta do

¹ É importante ressaltar que este modelo de ES a que estamos nos referindo é aquele defendido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, cujo representante principal é Paul Singer. Não queremos, com isso, homogeneizar o movimento de ES no Brasil, uma vez que reconhecemos suas contradições e complexidades e é justamente esta ambiguidade que estamos discutindo nesta pesquisa.

final do século XIX, formadas heterogeneamente por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários. Nesta época, o Brasil estava iniciando seu desenvolvimento industrial e contava, principalmente, com a mão de obra de imigrantes provenientes, sobretudo, da Europa que, na época, disseminava seus ideais revolucionários ao mesmo tempo em que se preparava para a sua empreitada imperialista. As cooperativas rurais agrícolas e as de crédito surgiram mais tarde, no início do século XX, também encabeçadas por estrangeiros europeus que traziam consigo grande bagagem cultural de trabalho associativo. (SENAES, 2005).

Na década de 1960, no início da ditadura militar, o setor agrícola cooperativista se sobrepunha consideravelmente aos demais, de forma que, para implementar com eficácia sua política econômica agrícola, o Governo viu na consolidação do movimento cooperativista uma grande aliada. Dessa forma, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com o objetivo de defender os direitos dessas organizações. Sua primeira conquista foi a criação da Lei 5.5764, em 1971, que versava sobre a fiscalização, controle e fomento das cooperativas brasileiras que ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). Apesar de ter aumentado os poderes do Estado sobre a organização das cooperativas, essa lei permitiu uma organização do movimento em nível nacional, ajudando as cooperativas a adotar modelos de gestão capazes de competir com as demais empresas de caráter heterogestionário. (SENAES, 2005).

Por ocasião da Constituição de 1988, a Secretaria Nacional do Cooperativismo (SENACOO) substituiu o INCRA e passou somente a fomentar o cooperativismo brasileiro juntamente com o CNC em vez de fiscalizá-lo e controlá-lo, permitindo que o sistema de autogestão desses empreendimentos pudesse ser desenvolvido e que relações com o movimento internacional cooperativista fossem estabelecidas. Além do desenvolvimento do cooperativismo, outras iniciativas como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) ligados à Cáritas, a assunção de empresas falidas pelos próprios funcionários, os movimentos associativos ligados à Reforma Agrária – como o Movimento Sem Terra (MST) – e a criação de incubadoras universitárias² foram fundamentais para a constituição da Economia Solidária. (DE PAULA *et al*, 2011).

² Incubadoras universitárias são grupos ligados a universidades que têm por objetivo “organizar grupos de trabalhadores em torno de cooperativas de trabalho ou de produção dando apoio administrativo e jurídico.” (COUTINHO *et al*, 2005, p. 09).

A partir das décadas de 1980 e 1990, instauram-se transformações no mundo do trabalho caracterizadas pelo desenvolvimento tecnológico, pelo modelo de acumulação flexível, pela precarização do trabalho, pela adoção do modelo neoliberal de economia e pelo consequente crescimento do desemprego, do desassalariamento e da ampliação dos trabalhos informal, familiar e populares. (KRAYCHETE, 2007). Esse desenvolvimento tecnológico não é para todos, uma vez que é fomentado basicamente pela acumulação de capital o que, em si mesmo, não possibilita uma distribuição democrática desses recursos (VERONESE, 2008). O desemprego estrutural se configura, então, como um dos efeitos dessas revoluções tecnológicas:

A competição intercapitalista mundial, a globalização da economia feita indiscriminadamente, com a abertura dos mercados sem negociações prévias que protegessem os países em desenvolvimento, a substituição de mão de obra humana pela informatização, dentre outros fenômenos geram o desemprego estrutural [...]. (VERONESE, 2008, p.37)

O desemprego estrutural se instaurou de modo que “foi integrado ao sistema empregatício sobre a forma de modelos de subemprego e também, conseqüentemente, substituído por uma generalização de incertezas ocupacionais, distante do velho sistema socioindustrial do pleno emprego unificado” (BECK, 2010, p. 209). As formas de produção flexibilizadas, como o toyotismo, forjaram trabalhadores cada vez mais comprometidos com o capital, uma vez que buscam o consentimento do trabalhador para que este adote as determinações de desenvolvimento empresarial visando o lucro como se estas correspondessem ao seu próprio projeto de vida.

Surge, então, a partir da década de 90, um novo modelo de gestão que adota formas flexíveis de produção e acumulação que, por sua vez, contribuem para os processos de reestruturação do mundo do trabalho e para a sua consequente precarização, com a qual nos deparamos contemporaneamente. Adota-se o modelo toyotista de gestão cujas empresas são mais enxutas, menos hierárquicas, responsabilizam-se, apenas, pelas atividades que lhe caracterizam, delegando serviços secundários para empresas terceirizadas, além de preocuparem-se com a qualidade total, com o aproveitamento do tempo e com a autonomia dos funcionários que passam a funcionar em equipes multidisciplinares, flexíveis, sem patrão, geridas por treinadores em vez de chefes. Há uma ênfase no desenvolvimento dos meios de comunicação que permitem o trabalho em rede, bem como cai por terra a ideia de organização como instituição física, que reside num prédio específico, em favor de uma instituição pulverizada que funciona em diferentes lugares. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa flexibilização das empresas tem a função de fazê-las adaptativas ao mercado e isso não ocorre sem que as condições laborais dos trabalhadores sejam afetadas, o que faz com que haja forte relação entre flexibilização e precarização do trabalho. Para manterem-se inseridas no mercado, as empresas precisam ser extremamente versáteis. Necessitam oscilar seu número de funcionários ao sabor da demanda e também a fim de reduzir custos. Isso implica a adoção de formas flexíveis de contratos e de jornadas de trabalho para garantir metas produtivas e uma maior insegurança do trabalhador que não pode mais prever nem controlar sua inserção laboral e não conta mais com as proteções sociais de antes. Além disso, o trabalhador também adquire versatilidade, uma vez que passa a ser interessante, senão necessário para garantir a sua empregabilidade, que este seja capaz de ocupar diversas posições no processo produtivo. (AQUINO; SAMPAIO; ARAÚJO, 2010).

Aquino (2008) pontua a importância de se fazer uma distinção entre precariedade e precarização do trabalho. A primeira remete a condições de trabalho específicas, relativas a cada contexto organizacional. A segunda possui caráter mais estrutural e se refere ao crescente processo de flexibilização do mundo do trabalho que ocorre desde a década de 1970. O autor aponta, então, para uma complementaridade entre flexibilização e precarização, no entanto, essa relação é embaçada por uma estratégia discursiva que defende uma organização flexível da produção como algo interessante tanto para as empresas, como para os trabalhadores. Para as empresas, porque permite sua adaptação no mercado e garante a sua competitividade. Para os trabalhadores, porque lhes concede maior autonomia, maior controle sobre a própria vida e a possibilidade de gerir o próprio tempo. Contudo, essa maior liberdade e autonomia do trabalhador são falaciosas, uma vez que as formas de controle não deixaram de existir, no entanto, ocorrem de forma mais tácita.

Percebeu-se que o controle de uma classe sobre a outra é oneroso, pois envolve a promessa de uma carreira estável a quem controla. A solução encontrada foi fazer com que os trabalhadores se autocontrolassem, através de uma mobilização individualizada. Essa foi uma das maiores inovações do toytismo em relação aos sistemas anteriores. Em contrapartida, a direção dessas formas de gestão não se diluiu completamente, mas passou a residir na figura do líder que deixou de ser impositivo e de ocupar uma posição de controle e passou a utilizar-se da confiança e da identificação com os objetivos da empresa, para conseguir a adesão dos trabalhadores. Dessa forma, todos permanecem motivados, mas sem a necessidade de serem ordenados a fazer suas tarefas. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Juntamente com a flexibilização dos mercados, das formas de gestão e de produção, o modelo neoliberal de organização das economias também contribuiu para a desqualificação e precarização da classe trabalhadora, isto é, para a criação de “uma massa de trabalhadores sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time job*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2001, p. 43). O neoliberalismo caracterizou-se pelas privatizações, pela diminuição dos poderes do Estado em oferecer injunções ao sistema econômico e pela submissão a organismos mundiais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Além disso, contribuiu para a difusão da falácia do livre mercado, ao afirmar que todos têm igualmente acesso a condições de competição e que, para isto, basta esforçar-se, gerando, assim, uma individualização da culpa pelo insucesso. Os sujeitos então passaram a se responsabilizar pela sua condição de privação e, como consequência, pela superação desta.

Pode-se afirmar que o Brasil nunca atingiu as características do Estado de Bem-Estar Social assim como os países da Europa Ocidental, no entanto, no período nacional-desenvolvimentista³, o índice de assalariamento e de proteções sociais eram maiores do que os atuais. A taxa de desemprego das regiões brasileiras dobrou entre as décadas de 80 e 90, assim como o tempo médio que um trabalhador desempregado leva para conseguir outro emprego. O mercado de trabalho tem-se mostrado cada vez mais incapaz de absorver a população que, a cada ano, ingressa no mercado de trabalho. Houve, também a partir deste período, uma ampla transferência de mão de obra dos setores primário e secundário da economia para o setor terciário que, ao mesmo tempo em que cresce, deteriora as condições de trabalho por criar ocupações instáveis e mal remuneradas. Dessa forma, houve, também, um impacto na redução dos salários dos trabalhadores. (KRAYCHETE, 2007).

O Estado desenvolvimentista, além de investir amplamente na industrialização visando ao crescimento econômico, teve um componente social forte que consistiu na promoção de empregos com carteira assinada, de fundos de aposentadoria e seguridade social que, juntamente com a justiça do trabalho, exerceram uma função de tutela da população característica de Estados populistas. Porém, a partir das intervenções macroeconômicas do Estado, na década de 80, com o intuito de controlar a inflação resultante da dívida externa e

³ O período do nacional-desenvolvimentismo, ocorrido no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, “caracterizou-se por 1) um papel ativo do Estado na promoção do crescimento econômico por meio da industrialização rápida; 2) uma política comercial protecionista; 3) estruturas estatais regulatórias e financeiras (crédito oficial), e 4) uma participação direta do Estado no processo produtivo, com a criação de empresas públicas.” (CASTRO; CARVALHO, 2003).

da crise do petróleo, diminuiu o ritmo de crescimento do emprego assalariado e com registro consequentemente aumentando o número de desempregados, de trabalhadores por conta própria ou sem registro. (CASTRO; CARVALHO, 2003; KRAYCHETE, 2007).

Segundo Santos, J. B. F (2000), a situação de desemprego que surgiu a partir da década de 1990 atingiu, sobretudo, chefes de famílias, pessoas em plena idade produtiva e, além disso, constituiu-se como algo estrutural, uma vez que também diminuiu a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho. O autor concorda com a visão de Robert Castel que significa o trabalho como uma forma de inscrição na estrutura social. Dessa forma, a situação de desemprego não se configura, apenas, pela ausência do emprego, mas também por um quadro de exclusão social. O indivíduo que não trabalha, que não é ativo, torna-se um apêndice da sociedade, é estigmatizado, torna-se alvo de desprezo por parte dos outros e objeto de caridade e da assistência social.

Dessa forma, em resposta a essa situação de desemprego estrutural, esses indivíduos, juntamente com a população em idade produtiva que foi ingressando e ainda ingressa a cada ano no mercado de trabalho, somaram-se ao mercado informal, que sempre existiu, uma vez que a sociedade brasileira nunca chegou aos índices das sociais-democracias europeias. Esses trabalhadores, empurrados para as margens do mercado consumidor, submeteram-se a subempregos que não garantiam seus direitos sociais ou ingressaram na informalidade com todo o ônus dessa condição. Segundo Kraychete (2007), a situação de precariedade do trabalho informal é maior que a do trabalho assalariado, uma vez que este tipo de trabalho possibilita rendimentos menores e não oferece garantias de futuro e de proteção social:

Em grande parte, o trabalho por conta própria é realizado no próprio domicílio e os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo *um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres*. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é o lugar onde vai sendo despejada uma parcela crescente da população, num quadro marcado pela escassez do emprego regular assalariado. (p. 03 – grifo do autor).

A política desenvolvimentista, principalmente a que se desenvolveu na década de 70, acreditava na possibilidade do milagre econômico e na resolução do problema da desigualdade social como uma consequência natural do capitalismo. Desta forma, concebia a pobreza ou a existência de um mercado informal e precarizado como um fator residual a ser superado pelo processo de desenvolvimento. No entanto, a realidade atual do mercado de trabalho brasileiro – em que 57% da população economicamente ativa é formada por trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria, pelos não remunerados e pelos que

produzem para o próprio consumo (KRAYCHETE, 2007) – tem caminhado em direção oposta. O setor informal, familiar e popular da economia tem ganhado um caráter estrutural, de modo que não pode mais ser considerado, apenas, como algo transitório, passando, assim, a ganhar importância tanto para a academia quanto para o Estado.

A ideia de uma economia baseada na solidariedade, entendida não mais como algo passageiro, mas, sim, estrutural, ganha corpo, inicialmente, nos âmbitos da academia e dos movimentos sociais para, só então, fazer parte de programas políticos. Houve dois eventos significativos que marcaram o início do debate sobre a ES, dos quais participaram grandes expoentes como o próprio Paul Singer e Luis Inácio Gaiger: o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995 e o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), em 1996. Já nestes encontros, estava nítida a noção de ES como forma de produção capaz de resolver a questão do desemprego e das desigualdades que assolavam o país, por conta dos motivos apresentados anteriormente. (LECHAT, 2002).

A partir de então, esses encontros, tanto acadêmicos como militantes, passaram a ser recorrentes e isso conferiu realidade ao movimento em prol da ES. Também em 1996, a ES passa a figurar no programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), por ocasião das eleições para a prefeitura de São Paulo, bem como foi incorporada a diversas outras ações pontuais de cunho municipal. (LECHAT, 2002). Somente a partir da assunção do Governo Federal pelo PT, é que a ES passa a ocupar a posição de estratégia nacional de redução das desigualdades.

É nesse sentido que, com o início do Governo Lula, foi criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego com o objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à ES em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.” (SENAES, 2005). A concepção de ES adotada desde então pela SENAES foi a seguinte:

São organizações coletivas suprafamiliares de trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva do empreendimento; são permanentes (não são práticas eventuais); podem dispor ou não de registro legal; realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de crédito popular, de comercialização e de consumo solidário. (SENAES, 2005).

Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego, um empreendimento, para ser categorizado como solidário, tem que estar baseado em quatro pilares principais, quais sejam:

a cooperação (baseada na existência de interesses e objetivos comuns, na soma dos esforços e na propriedade coletiva de bens); a autogestão (todos os integrantes do empreendimento participam das decisões, da direção e da coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses); a dimensão econômica (são voltados para a geração de renda, mas não com o intuito de acumulação de capital e com a característica de valorização do trabalho e de manutenção da sustentabilidade); e a solidariedade (tem como objetivo principal o bem-estar do trabalhador, o lucro é distribuído equitativamente e estabelece um compromisso com outros movimentos sociais visando à emancipação).

A criação do Programa de Eliminação da Miséria do Governo Dilma atualmente adota a promoção da ES como mecanismo de enfrentamento dos riscos sociais gerados pelas transformações globais da economia. Desde a campanha eleitoral da atual presidenta, a ES figura como importante estratégia de ação para a erradicação da miséria, sendo foco de propagandas políticas que a ressaltam como uma forma de emancipação econômica, capaz de gerar emprego e renda para populações menos favorecidas.

Percebe-se, então, que a ES ganha um status de importante estratégia para a resolução dos problemas da pobreza, ou seja, o incentivo a essas formas de atividade produtiva voltadas para populações empobrecidas passa a ser um caminho interessante para a gestão da questão social (CASTEL, 1998) pelo Estado. A seguir, estabelecemos, mais detalhadamente, as relações entre ES, Estado e questão social, descrevendo de que forma as estratégias governamentais se utilizaram da ES para compreender e resolver a questão da pobreza e suas consequências.

2.2 Economia Solidária e o trato da questão social pelo Estado brasileiro.

A questão social entendida como expressão das contradições do capitalismo e como reivindicação das classes pobres por direitos sociais surge a partir do século XIX, por ocasião do desenvolvimento do capitalismo industrial, quando o paradoxo entre a precarização das condições de vida humana e o contínuo processo de acumulação se torna evidente. Somente com a proeminência dessa situação de desigualdade e com o desenvolvimento da classe operária, as instituições sociais burguesas começaram a ser ameaçadas por movimentos reivindicatórios, passando, assim, a preocupar-se com a “questão social”. (GUERRA *et al*, 2005).

Castel (1999) reconhece a existência de populações empobrecidas – formadas por indigentes, inválidos, vagabundos – desde o século XIV. No entanto, afirma que a questão social somente se constitui quando há um recrudescimento desta pauperização por ocasião, por um lado, da consolidação das forças produtivas da burguesia e do conseqüente aumento de acumulação do capital, e, por outro, do crescimento da massa vulnerável incapaz de garantir as condições de reprodução da vida. O surgimento dessa parcela miserável é o que, contraditoriamente, fomenta a formação da classe operária que passa a reivindicar modificações nas relações de trabalho e a pressionar a classe burguesa a fim de que desenvolvam estratégias de resolução desta questão social.

Essas contradições foram amenizadas, sobretudo, com intervenções do Estado que, visando à mediação dessas relações antagônicas de trabalho, realizou a implementação de políticas sociais.

As políticas sociais, pela sua natureza contraditória, constituem-se, de um lado, numa forma de o Estado alcançar o consenso entre as classes, escondendo a incompatibilidade entre os interesses do capital e do trabalho, e, de outro, como expressão das lutas sociais, o que permite que a relação capital-trabalho transite do domínio privado para a esfera pública e venha a se constituir em mecanismo de contenção da fúria do capital em busca da sua valorização. (GUERRA *et al*, 2005, pp. 01 e 02).

É essa contenção que funda a sociedade salarial sustentada por três ações principais desenvolvidas pelo Estado, quais sejam, a garantia de um sistema de proteção social generalizado, a regulação da economia e a arbitragem entre os interesses das classes antagônicas. Esse estado de coisas fez com que se estabelecesse a ideia de que era possível a convivência entre crescimento do capitalismo e a satisfação da classe trabalhadora, o que foi desmistificado com a última crise do capitalismo, a partir da década de 1970. (GUERRA *et al*, 2005).

Como afirmam Boltanski e Chiapello (2009), ao mesmo tempo em que o espírito do capitalismo oferece condições para que determinada forma de exploração do trabalho e de acumulação de riquezas se torne legítima, ele também oferece injunções a essas relações de trabalho e à própria acumulação. Isto porque um espírito do capitalismo, para ser efetivo, tanto precisa atender reivindicações da crítica, como necessita estabelecer um sistema de justiça a partir da premissa de que nem todo lucro é justo e nem toda forma de exploração do trabalho é aceitável. Assim sendo, a manutenção indiscriminada de um mesmo espírito, inviabiliza o próprio capitalismo, uma vez que o impede de lucrar, fazendo-o entrar em crise.

No entanto, é a própria crise que oferece as condições de possibilidade para novas reestruturações do capitalismo, o que desencadeia a formação de um novo espírito.

Essa relação entre transformação do espírito do capitalismo e crítica será mais bem explorada na subseção seguinte. Porém, ela interessa a este ponto, uma vez que justifica a crise da sociedade do bem estar social e a última reestruturação do capitalismo⁴. O aparente acordo firmado entre proletariados e classe patronal, durante a sociedade do pleno emprego, tornou-se muito oneroso tanto para o Estado como para as grandes indústrias, fundando, assim, a necessidade de reestruturação das formas de acumulação.

As características dessa reestruturação produtiva e as suas consequências já foram apresentadas anteriormente. Dessa forma, focalizaremos, apenas, o fato de que essas modificações no mundo do trabalho fizeram com que as preocupações com a questão social ressurgissem. Castel (1999) afirma que essas novas formas de manifestação da questão social caracterizam-se por três aspectos principais. De início, trata-se da “desestabilização dos estáveis”, ou seja, não apenas a população pauperizada seria atingida, mas também, funcionários das grandes empresas que ocupavam cargos de alta hierarquia. A instabilidade passou a ser generalizada. Além disso, há um retorno da condição de “precariedade” característica do século XIX, mas que, agora, passa a ser permanente e, não mais, transitória. E, conseqüentemente, forma-se um exército de “desfiliados”, ou seja, uma população cuja importância para o mundo é nula.

As formulações de Castel sobre a questão social são pautadas numa realidade social europeia, apesar de podermos, em certa medida, generalizá-la em nível global, na medida em que o capitalismo é disseminado mundialmente. No entanto, para analisarmos as manifestações da questão social no Brasil, precisamos considerar suas determinações particulares. E de pronto se pode afirmar que, diferentemente dos países da Europa Ocidental que viveram de fato a estabilidade proporcionada pelo Estado de Bem Estar Social, o Brasil sempre teve suas relações de trabalho marcadamente caracterizadas pela flexibilidade e pela precariedade. Dessa forma, não se pode atribuir essas características somente às últimas manifestações do capitalismo. (SOARES SANTOS, 2012).

O processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, foi fortemente marcado pelos processos migratórios entre campo e cidade.

⁴ Vale ressaltar que reconhecemos que a crise produtiva do sistema fordista também foi um dos fatores que influenciaram a última reestruturação produtiva. No entanto, em decorrência dos objetivos deste trabalho, resolvemos nos focar no papel da crítica nesses processos de transformação do capitalismo.

Isso fez com que o subdesenvolvimento, os salários baixos e o trabalho autônomo fossem predominantes nesse processo. Apesar de a própria industrialização ser o fator em função do qual as organizações sindicais se estabelecem, no início da formação industrial brasileira (1930 – 1956), não havia bases sociais suficientes para compor uma classe operária mais virulenta em suas críticas, de modo que a legislação das relações de trabalho brasileira foi estabelecida de forma corporativista, de modo que mantivesse o baixo valor da força de trabalho. (SOARES SANTOS, 2012).

Essa situação de superexploração foi mantida no período da ditadura, quando o sindicalismo passou a ser proibido, e os lucros extraídos dessas relações desiguais de trabalhos contribuíram fortemente para a realização do “milagre econômico” dos governos militares. Nota-se, então, que a questão social no Brasil sempre foi marcada por uma passivização das lutas sociais pelo Estado e pelas classes dominantes, o que se aproxima do que Gramsci chamou de “revolução passiva”, isto é, uma “antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas” (SOARES SANTOS, 2012, p. 437). O resultado é o reformismo que, na verdade, mantém a ordem social, na medida em que apazigua as reivindicações populares. Dessa forma, a incorporação das características do capitalismo flexível ao mercado de trabalho brasileiro enfrentou muito menos resistência do que nos países europeus, uma vez que aqui já tínhamos uma classe trabalhadora habituada às condições de precariedade imposta por esta ordem social desde tempos remotos.

No que concerne às formas governamentais de lidar com as “novas” manifestações da questão social, percebemos que, a partir do Governo Lula (2002 – 2010), foram traçadas diversas estratégias de superação da pobreza. Essas estratégias têm forjado a noção de que, em contraponto com os países centrais que visivelmente enfrentam uma séria crise do trabalho, o Brasil vive, até o momento, uma das suas melhores épocas econômicas e de superação do desemprego. Dentre essas estratégias estão os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o crescente aumento do salário mínimo, a promoção de crédito fácil para as camadas populares e os incentivos a formas de empreendedorismo das quais a ES é representante. Percebe-se que, semelhante ao acordo mediado pelo Estado entre as classes operária e patronal, no contexto europeu do início do século XX, que originou a sociedade do

bem estar social, está sendo estabelecido, no Brasil, nos dois últimos governos (2002 – 2013), um aparente equilíbrio entre neoliberalismo e resolução da questão social⁵.

Percebe-se, portanto, que essa forma de lidar com a questão social é ambígua, pois ao mesmo tempo em que funciona como crítica às consequências espoliadoras do capitalismo pode funcionar de modo a corroborar com os processos de exploração, uma vez que apaziguam as lutas sociais e reproduzem subrepticamente as formas de acumulação.

A questão social é algo necessariamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que esse sistema econômico instaura uma submissão do trabalho ao capital e que os níveis e condições de reprodução social não acompanham o desenvolvimento permanente das forças produtivas. (SOARES SANTOS, 2012; GUERRA *et al*, 2005). Assim, a única forma de resolvê-la seria a superação total do capitalismo, o que não corresponde, de fato, aos caminhos trilhados pelo governo federal brasileiro. No entanto, tem-se disseminado a ideia, sobretudo no âmbito das políticas sociais voltadas para a resolução dos problemas de desemprego e de miséria, de que a questão social pode ser resolvida “sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (NETTO, 2001, p. 46).

Focalizando mais especificamente as estratégias governamentais de adoção da ES como modo de resolução da questão social, partiremos para a análise do processo de incorporação da ES nas políticas públicas, a partir da crise do desemprego na década de 1990. Até, então, as políticas governamentais relativas ao trabalho consistiam, sobretudo, na ênfase do emprego, segundo os moldes do Estado de Bem Estar Social, sem vislumbrar incentivos a outras formas de trabalho e geração de renda que não dissessem respeito ao trabalho assalariado. Como dito anteriormente, o desemprego e o trabalho informal eram entendidos como problemas sociais contingentes e característicos de países subdesenvolvidos, de modo que seriam superados com o alcance do desenvolvimento. Com a disseminação tanto de trabalhos informais como de empreendimentos autogestionários e com o insuflamento de movimentos sociais ligados a esses setores, o governo passou a dar atenção para a questão do trabalho baseado na cooperação e na solidariedade.

Baseando-se no modelo de Kingdon⁶ para a definição de agendas governamentais, para que determinada questão seja alvo de política pública, ela precisa passar por três fluxos decisórios, quais sejam:

⁵ O sentido do termo “questão social” no Brasil, sobretudo nos últimos governos, tem se aproximado muito mais de questões relacionadas à redução da pobreza do que de outras referentes a políticas sociais, como educação, saúde e o direito ao trabalho. (SOARES SANTOS, 2012).

i) problemas (*problems*), que podem ser identificados por meio de indicadores, crises ou *feedback* de outras ações em curso; *ii)* soluções ou alternativas (*policies*), que são debatidas em comunidades específicas de especialistas e são definidas a partir de sua viabilidade técnica e financeira; e *iii)* político (*politics*), que vai envolver o ambiente de “humor” nacional (*national mood*), caracterizado por uma situação em que diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante determinado período, as forças políticas organizadas que determinam o apoio ou oposição a uma questão em pauta, e as mudanças no interior do próprio governo. (SILVA; NAGEM, 2011, pp. 12 e 13).

No caso da Economia Solidária, em termos do primeiro fluxo, os fatores de maior peso foram o problema do desemprego estrutural, a consequente difusão da pobreza e as reivindicações dos movimentos sociais e os sindicatos que, livres das ingerências dos governos militares, puderam exigir maior atuação do governo nesta área. No que diz respeito ao fluxo das soluções, destaca-se o amplo interesse do âmbito acadêmico, sobretudo das ciências sociais e humanas, pelo tema da ES. Esses trabalhos se voltavam para a definição da ES e para o desenvolvimento de formas de fomento desses tipos de empreendimentos, uma vez que muitos acreditavam ser possível sanar os problemas do mercado de trabalho através desses incentivos. O amplo desenvolvimento de incubadoras universitárias a partir deste período é um exemplo disso. Por fim, em relação ao terceiro fluxo, a movimentação política em prol da ES intensificou-se a esta data. Diversos movimentos da sociedade civil ligados à Igreja Católica, ao cooperativismo, aos sindicatos operários e aos grupos sociais do meio rural reuniram-se no II Fórum Social Mundial que ocorreu em Porto Alegre em janeiro de 2003 e criaram um Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária que reivindicava, junto ao Governo Lula, recém-eleito, um lugar institucional para a ES na estrutura governamental. Isso culminou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. (SILVA; NAGEM, 2011).

Apesar do grande impulso que a criação desta secretaria deu ao movimento de ES, já que conseguiu reunir esforços de todo o território nacional para a defesa deste tipo de atividade econômica e a incluiu como agenda de políticas públicas, é necessário levar em consideração a forma como essas políticas vêm sendo postas em prática desde então. Apesar de ter sido criada na intenção de executar a complexa tarefa de sanar o desemprego estrutural que acometia o Brasil, os recursos destinados à SENAES nunca passaram de 1% do

⁶ O modelo Kingdon ou Modelo dos Fluxos Múltiplos trata-se de uma das matrizes de análise de políticas públicas existentes e foi desenvolvido para analisar as políticas de saúde e de transporte dos Estados Unidos na década 1970. O objetivo deste modelo é entender “por que alguns problemas se tornam importantes para um governo, ao ponto dos governantes aceitarem uma ideia entre um conjunto de preocupações e transformá-la em política pública.”. (SILVA; NAGEM, 2011, p. 12).

orçamento do Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE, desde a sua criação até o ano de 2011. Além de o repasse de recursos ser mínimo em comparação com a ambição da secretaria, não houve a utilização efetiva dos poucos recursos destinados, chegando a uma média em torno de 60% de execução orçamentária, no período referido. A secretaria justifica que os recursos financeiros destinados a esta instituição, antes de serem repassados, podem sofrer alterações por ocasião de planejamento de metas fiscais e de mudanças de prioridades do governo federal, além de que só são pagos através de liberações dos ministérios e se houver recursos disponíveis em caixa. Soma-se a isso, a manutenção do número de servidores públicos alocados nestas instituições, de forma que as atribuições e quantidade de trabalho aumentaram, mas sem o acréscimo necessário de mão de obra. (SILVA; NAGEM, 2011).

Percebe-se, com isso, que as ações que dizem respeito à SENAES ficam inviabilizadas, de modo que não se cumpre a promessa de erradicação do desemprego estrutural, uma vez que as atividades produtivas que compõem a ES são relegadas a uma posição marginal de “alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada, apenas, para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado” (SILVA; NAGEM, 2011, p. 31). Enquanto isso, fortes investimentos são destinados à promoção do trabalho assalariado ou à preparação dos trabalhadores para o mercado de trabalho.

Apesar de Silva e Nagem (2011) apresentarem motivos burocráticos e políticos para o insucesso das políticas públicas de Economia Solidária, vale lançar uma reflexão a respeito do caráter ideológico ligado a esse processo. Se a SENAES não foi efetiva na resolução dos problemas sociais ligados ao desemprego produzidos por ocasião da nova reestruturação do capitalismo foi porque o governo federal não esteve comprometido com a superação dos mecanismos que geram este desemprego, quais sejam as próprias ingerências do capital. Novaes e Lima Filho (2007) afirmam que o Governo Lula apresentou um continuísmo em relação aos governos anteriores baseados numa política neoliberal a favor do capitalismo financeiro e que não realizou ações efetivas para a resolução de questões sociais como muitos esperavam. Os autores afirmam que este governo “está alicerçado na reprodução do capital financeiro, expropriando as riquezas do país e, de outro, no Bolsa Família para amortecer a miséria e evitar a explosão de conflitos sociais.” (p. 10).

Assim como as políticas de transferência de renda, os empreendimentos coletivos solidários também funcionam como uma forma de silenciamento das lutas sociais por direitos, de forma que atendem minimamente às necessidades básicas monetárias dessas populações e conferem sensações de empoderamento, de liberdade e de autonomia ao trabalhador. Está

implícito que essas formas de atividade produtiva podem existir, contanto que não interfiram nos processos de acumulação do capital. Cria-se, então, uma ideia ilusória de que é possível conciliar uma situação de pleno emprego com a garantia dos lucros do capital e de que ações que promovem atividades econômicas baseadas na cooperação e na solidariedade podem resolver a questão social ligada ao desemprego.

Essa assertiva é sustentada por práticas de governo isto é, “um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos, táticas e estratégias” (FERREIRA; MONTEIRO; CURVELLO, 2010, p.02) cujo objetivo é conduzir a conduta dos homens de modo a forjar subjetividades. Veremos, a seguir, que para que o capitalismo se estabeleça e se mantenha, é necessário que se construa certo sistema de justiça, ao qual os indivíduos devem se submeter para serem avaliados como “grandes” ou não, de forma que sigam determinada conduta moral que, por sua vez, reproduz a ordem social. No caso da sociedade que vem se construindo nas três últimas décadas, a “grandeza” moral se baseia na flexibilidade, na instabilidade, na adaptação e num processo de crescente individualização. Frente a todas as incertezas a que os sujeitos são submetidos, eles mesmos devem se responsabilizar pela própria trajetória de sucesso, devem-se fazer empregáveis, devem estar dispostos a cooperar com os outros, etc. Todas essas prescrições se aproximam fortemente de uma ideologia neoliberal. (CRESPO; SERRANO, 2011; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Crespo e Serrano (2011) identificaram este fenômeno, que chamaram de “psicologização”, ao estudarem as políticas sociais para gerir o desemprego na União Europeia. Para os autores, a psicologização trata-se:

[...] de uma tecnologia social orientada para a produção de subjetividades, por meio da qual os problemas sociais são transformados em problemas pessoais, mediante o recurso a conceitos e explicações de cunho psicológico, individual. A psicologização é uma característica do novo capitalismo. (p. 248).

Trazendo essas reflexões para o âmbito da adoção governamental da ES percebemos que a criação de instituições e de legislações que regulamentam as atividades empreendedoras solidárias, delimitam seu conceito, posicionam seus atores sociais, prescrevem formas de relação específicas, mas, sobretudo, criam determinado tipo de subjetividade, característica do trabalhador empreendedor, que está de acordo com o novo espírito do capitalismo.

Para que entendamos os processos que levam ao surgimento desse novo espírito, é necessário que compreendamos a relação deste com a crítica. A partir dessas reflexões, tornar-se-á também mais inteligível, de que forma uma atividade produtiva que herda ideais dos

movimentos de crítica ao capitalismo, como o é a ES, pode, agora, ser um instrumento de reprodução do mesmo.

2.3 Economia Solidária e o novo espírito do capitalismo

No esteio da intensa produção acadêmica sobre o capitalismo e suas transformações, está o livro *O Novo Espírito do Capitalismo* (2009) de Boltanski e Chiapello. Esta obra versa a respeito dos processos que levam à manutenção do capitalismo como sistema econômico vigente e do papel da crítica nesses processos, enfatizando a ideologia (entendida como conjunto de crenças compartilhadas) como fator preponderante nas transformações desse sistema. O objeto central dos autores são as mudanças ideológicas que acompanharam as recentes transformações do capitalismo, a partir do final da década de 70. Partem da contradição entre o desenvolvimento crescente do capitalismo e a degradação contínua da questão social e do enfraquecimento da crítica nos últimos tempos.

Procuramos aqui compreender a ambiguidade dos discursos produzidos no âmbito da Economia Solidária à luz do conceito de novo espírito do capitalismo, tal como desenvolvido por Boltanski e Chiapello (2009). Percebemos que tais discursos ora funcionam como crítica ao sistema capitalista, como uma alternativa a esse modo de produção e como o caminho para a superação da miséria; ora como legitimadores desse próprio sistema, ao ecoar as novas formas de justificar e de motivar o engajamento ao capitalismo que vem se estabelecendo nas últimas décadas, próprio do momento pós-industrial, e que configuram um “novo espírito do capitalismo”. Partimos, então, para a descrição, segundo Boltanski e Chiapello (2009) das relações entre crítica, transformações do capitalismo e ideologia e, em seguida, introduziremos a ideia de ambiguidade do discurso da ES que será mais bem desenvolvida nos subcapítulos de análise desta investigação.

2.3.1 Capitalismo, crítica e ideologia

O sistema capitalista se reestrutura, a partir da década de 1970, através do “sucesso” do mercado financeiro e das fusões de multinacionais sob condições de políticas tributárias favoráveis por parte dos governos. Há um incentivo à flexibilização do trabalho que consiste na realização de contratações temporárias, na disponibilização de horários flexíveis, na aquisição de mão de obra substituta, na criação de novas formas de gestão empresariais e no

desenvolvimento de novas tecnologias. Por outro lado, há também a conseqüente diminuição dos salários; o aumento do índice de desemprego; a derrocada das conquistas de proteção social, antes alcançadas; o aumento das mazelas sociais provenientes do empobrecimento populacional como o aumento da violência, o medo generalizado de perda do trabalho, a falta de perspectiva de futuro, a degradação da família e o sentimento de ameaça constante. Além disso, criou-se um pessimismo, tanto por conta da descrença na capacidade das instâncias do capitalismo de constituir um futuro estável, tanto pelo enfraquecimento das resistências.

A crítica, que exerceu um forte papel de regulação do capitalismo entre as décadas de 1930 e 1970, não acompanhou essas transformações e se resumiu a um estado de insatisfação generalizado, mas, inócuo, pois não desenvolveu novas formas de análise que incitasse novas utopias sociais. As reivindicações de autonomia, justiça social e liberdade que compunham a crítica presente, sobretudo, nos movimentos sociais de 1968, perderam sua força, uma vez que a nova versão de capitalismo que surgia englobava, em parte, essas exigências. Dessa forma, forjou-se a sensação de que essas críticas tornaram-se arcaicas, uma vez que as novas formas de gestão são menos hierárquicas, menos controladoras e contam com a participação e engajamento de seus trabalhadores. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Para subsistir a tamanha contradição e garantir seus processos de acumulação, o capitalismo, segundo Boltanski e Chiapello (2009), precisou desenvolver novas formas de justificação, uma vez que seria difícil continuar sem oferecer garantias para quem o sustenta, que por excelência, são burguesia e classe assalariada. Para dar conta dessas justificações necessárias à legitimação do capitalismo, os autores se utilizam da noção de espírito do capitalismo, desenvolvida por Max Weber em sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1920/1964) que, segundo eles, permite relacionar de forma eficaz capitalismo e crítica. Para os autores, o capitalismo se define a partir de dois aspectos cruciais: a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos e a existência de trabalho assalariado.

O primeiro aspecto diz respeito à reposição constante do capital no circuito econômico com vistas ao crescimento cada vez maior do lucro. Isto implica na dissociação entre capital e bens materiais, de modo que o primeiro se torna completamente abstrato não encontrando substrato real que impeça o seu movimento de constante acumulação. Implica, também, na diferenciação entre capitalismo e economia de mercado, tanto porque a economia de mercado surge antes da norma de acumulação ilimitada, como porque as injunções do mercado – preço

equilibrado pelas relações naturalmente estabelecidas, livre-comércio, proibição de cartéis e de monopólios, etc. – podem funcionar como obstáculos à acumulação. O sujeito denominado capitalista, nesse sentido, é só aquele cujos “atos são, em grande parte, guiados pela busca de lucros substanciais para seu próprio capital ou para o capital que lhe é confiado”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 37). Isto é, são aqueles responsáveis por garantir o processo ininterrupto de acumulação.

O capitalismo se caracteriza, também, pela obrigatoriedade do trabalho assalariado, ou seja, pela venda da força de trabalho de quem não possui a propriedade dos meios de produção. Caracteriza-se por ser uma venda consentida, de forma que o trabalhador pode recusar as condições de trabalho, no entanto, trata-se de uma relação desigual no sentido de que ninguém pode deixar de trabalhar por muito tempo, pois precisa garantir suas condições de sobrevivência.

O capitalismo é, portanto, um sistema absurdo tanto para o capitalista (que está preso a um processo infundável de acumulação que, não necessariamente, relaciona-se com a satisfação de suas necessidades) quanto para o assalariado (que tem o produto de seu trabalho alienado), de modo que há a necessidade de justificações para que ambos se insiram nas determinações do sistema. Essa adesão não se justifica mais pelo fator monetário nem pelo fator coercitivo. O que justifica a adesão são garantias tanto individuais quanto relativas ao bem comum que o capitalismo pode dar. É neste ponto que se insere o papel da ideologia, entendida aqui não como discurso que vela a realidade a favor de interesses econômicos e que não condiz com a realidade das práticas, mas, sim, como um discurso ancorado à realidade, uma vez que consistem em crenças compartilhadas que se engendram através de instituições e de ações. Elas funcionam nos processos de reprodução da ordem social, uma vez que fazem com que os indivíduos não considerem tão insuportáveis as suas condições de vida ou que acreditem ser a ordem capitalista inevitável. O espírito do capitalismo é considerado, então, como “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.39).

O espírito do capitalismo proposto por Weber trata-se de um engajamento moral fomentado pelo protestantismo segundo o qual o homem, para cumprir sua vocação religiosa de modo satisfatório, deveria dedicar-se, antes de tudo, ao seu ofício e à constante acumulação. Segundo ele, isso favoreceu ao capitalismo, uma vez que dava motivação psicológica para a adesão dos sujeitos ao trabalho, aos processos produtivos. Essa vocação mantinha também assalariados dóceis, pois tinham de cumprir suas jornadas de trabalho de

modo entusiástico. Já Hirschman⁷ afirma que a justificativa principal deveria estar relacionada às garantias ao bem comum. No entanto, Boltanski e Chiapello (2009) propõem que os dois tipos de justificativas deveriam ser levadas em consideração.

De fato, as injunções sistêmicas que pesam sobre os atores não bastam, por si sós, para suscitar o seu empenho. A injunção deve ser interiorizada e justificada [...]. Participando da reprodução da ordem social, elas têm como efeito permitir que as pessoas não achem insuportável o seu universo cotidiano, o que constitui uma das condições para que um mundo seja duradouro. [...] Essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar [...] (pp. 41 e 42).

É nesse sentido que os autores falam em “ideologia dominante”, sem concebê-la como algo de que o dominador se utiliza para subjugar os dominados, mas, sim, como algo de que compartilham ambas as partes da relação de dominação.

No que concerne às justificações relacionadas à garantia do bem comum, a ciência econômica, seja a clássica ou o próprio marxismo, tem constituído fonte de extrema importância. Importância esta devida à pretensa neutralidade e cientificidade que se atribui a essa área do conhecimento. Não é levado em consideração que a própria economia política se erige sobre um substrato ideológico extremamente forte que consiste em leis positivas que o discurso capitalista insiste em relacioná-las ao bem comum. Nesse sentido, cria-se a ideia de que o enriquecimento individual (por efeito de soma) proporciona o enriquecimento social, ou seja, que a acumulação individual serve ao bem comum. Logo, o capitalismo se justifica enquanto sistema que promove o desenvolvimento social e, assim, legitima-se. Outra ideologia que decorre disso é a conexão entre acumulação e bem estar social. O capitalismo faz com que a economia se desvincule de uma moral (inerente a ela) para vincular-se a outra moral consequencialista (ideológica) que o justifica.

Outra ideologia criada é a ideia de que, uma vez que o capitalismo baseia-se na livre concorrência, decorrente do direito à propriedade privada e à possibilidade de empreender, ele obriga as empresas privadas a oferecerem os melhores serviços e produtos a seus consumidores. Deste modo, é interessante que tudo seja transformado em produto e todos em consumidores. O capitalismo também se sustenta sobre a ideia de que o sistema salarial e a

⁷ Albert Hirschman foi um influente economista alemão, autor de vários livros sobre economia e ideologia política. Este autor, complementando o pensamento de Weber, indica que os motivos pelos quais as atividades lucrativas se tornaram honrosas não foram somente relativos à moral, mas também estavam relacionados com vantagens sociopolíticas, uma vez que serviam ao bem comum.

propriedade privada conferem muito mais liberdade que o sistema servil e de que a liberdade econômica gera uma liberdade política. Somando-se a tudo isso estão as ideias de “progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.45 e 46).

Todas essas justificativas ideológicas citadas anteriormente não são, para os autores, suficientes para o engajamento de indivíduos responsáveis pela condução desse sistema econômico que, dependendo do período histórico, são executivos, managers, etc. e que ocupam funções de gerência e execução de empreendimentos capitalistas. Primeiro porque dificilmente há a associação entre suas práticas profissionais e seus efeitos em relação ao bem comum. Dessa forma, afirmam que há, também, a necessidade de justificativas mais localizadas que legitimem sua conduta dentro da empresa capitalista, de acordo com os resultados objetivos que gera para as pessoas que emprega. Além das justificativas relacionadas ao bem comum, é preciso que a prática capitalista também traga bons frutos e garantias para os indivíduos bem como seja fonte de entusiasmo e de realização pessoal. Desta forma, como o capitalismo, por si mesmo, não se justifica, ele busca, nos períodos históricos e nas próprias práticas que o constituem, justificativas, sobretudo morais, para se ancorar.

Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui. O espírito que sustenta o processo de acumulação, em dado momento da história, está assim impregnado pelas produções culturais que lhe são contemporâneas e foram desenvolvidas para fins que, na maioria das vezes, diferem completamente dos que visam a justificar o capitalismo. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009, p. 53).

Surgem, então, novas representações, resultantes do amálgama entre as produções culturais que lhe são contemporâneas e as razões para participar dos processos de acumulação. Essas duas ligas que formam esse amálgama podem entrar em conflito ou somar-se uma à outra (como a ética protestante, por exemplo). É justo “desse processo de sedução-resistência-busca de autojustificação que nascem as novas representações” legitimadoras da ordem social capitalista. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.53). O papel que a crítica desempenha nas transformações do capitalismo resulta desse mecanismo, uma vez que este incorpora elementos da crítica para fazer-se justo e, só desta maneira, precisa se reestruturar, pois, na ausência da crítica, não se submeteria a tais injunções.

A crítica pode incidir sobre o espírito do capitalismo de três formas. As reivindicações podem deslegitimar os espíritos anteriores e subtrair-lhe a eficácia; o capitalismo pode incorporar alguns elementos da crítica sem prejuízos para os processos de acumulação; ou esses processos podem tornar-se mais dificilmente identificáveis, camuflando-se, como, por exemplo, criando novas formas de acumulação que, durante algum tempo, passam despercebidas ou não se sabe se serão mais ou menos justas do que as anteriores. Seja desmascarando as injunções do capitalismo, ou sendo parcialmente atendida ou, ainda, ludibriada pela transformação das formas de acumulação, a crítica perde força e permite a reprodução do sistema.

O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço dessa mesma acumulação. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009, p. 63).

A crítica ocorre de duas principais formas: a emotiva e a reflexiva. Antes de desenvolvermos análises teóricas a respeito das perversões do capitalismo, é necessária uma mobilização emocional inicial decorrente de uma situação de insatisfação, seja pessoal ou em compaixão aos outros. A manifestação emotiva da crítica é impossível de calar e constitui fontes de indignação constantes, prontas para virem à tona a qualquer momento. Já o caráter reflexivo da crítica é o que dá sustento à luta ideológica, é o que constitui as argumentações da crítica e pode, sim, ser rebatida, calada, ludibriada e, assim, perder a força.

As principais fontes de indignação citadas pelos autores são: o desencanto e a inautenticidade gerados pelo tipo de vida associado ao capitalismo; o cerceamento da liberdade, da autonomia e da criatividade humana como resultado da submissão ao mercado e à condição salarial; a produção, sem precedentes, de miséria e desigualdades; e a destruição dos vínculos sociais e da solidariedade entre as classes sociais.

De acordo com os tipos de insatisfações que a mobilizam, a crítica se divide em crítica estética ou crítica social. A primeira respalda-se nos dois primeiros tipos de insatisfações; reivindica o sentido da vida, a autonomia, a criatividade, a ética, todos solapados pelo capitalismo e suas arregimentações, submissões, dominações e racionalizações. Instaura uma busca pelo o que é relevante de fato, obnubilado pela importância concedida à acumulação, à produção e à comodificação⁸ instauradas pelo capitalismo. A segunda respalda-se nas duas

⁸ O termo comodificação vem da palavra *commodities* (mercadoria) e se trata da colonização de âmbitos sociais, cujo propósito não é a produção de mercadorias, pelo discurso do mercado. Por exemplo, educação e saúde, atualmente, são empacotadas no formato de produtos e comercializadas como qualquer outra mercadoria.

últimas fontes de indignação e busca, sobretudo, a igualdade entre as pessoas, a denúncia do egoísmo e a garantia de direitos.

Devido à grande dificuldade de a crítica abarcar todos os quatro motivos de indignação, ela acaba sendo ineficaz, pelo fato de oferecer, paradoxalmente, elementos para as reestruturações do capitalismo. Os autores afirmam que, desde que se permaneça nesse sistema econômico, a crítica não será de todo eficiente, isto porque sempre deixará escapar (seja estética, seja social) algum aspecto do sistema (sejam as desigualdades ou a falta de autonomia).

A dialética do capitalismo e de seus críticos mostra-se, por isso, necessariamente infundável, desde que se permaneça dentro do regime capitalista, o que parece ser a eventualidade mais provável a médio prazo. A crítica parcialmente ouvida e integrada em certos aspectos, parcialmente evitada ou contrariada em outros, precisa movimentar-se e forjar novas armas incessantemente, retomando sempre as suas análises para permanecer o mais próxima possível das propriedades que caracterizam o capitalismo de seu tempo. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009, p. 77).

Nesta pesquisa, defendemos que os incentivos governamentais no âmbito da ES produzem discursos que incitam a cooperação, o empreendedorismo e a autogestão das classes populares que, por sua vez são inculcados nas construções identitárias e nos modos de se relacionar desses trabalhadores. Esses discursos formam um amálgama entre o discurso neoliberal e os discursos defendidos anteriormente por movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda – partidários dos ideais dos movimentos operários do século XIX e dos movimentos sociais de 1968 – que reivindicavam soluções para a crise do desemprego nas décadas de 1980 e 1990. A assunção do Governo Federal pelo Partido dos Trabalhadores (2002) fomentou diversas expectativas de mudança, de resolução dos problemas sociais, sobretudo, em relação à pobreza. A criação da SENAES foi uma das estratégias utilizadas para a superação da pobreza e para a resolução do problema do desemprego. Por outro lado, foi desenvolvida uma política fortemente pautada no neoliberalismo e no desenvolvimentismo, o que insere esse governo em aparente contradição⁹. Aparente porque é justamente através desses processos de incorporação de elementos da crítica que o discurso

⁹ “[...] a era Lula é palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Note-se que na primeira etapa de seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto que no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo.” (MOTA *apud* SOARES e SANTOS, 2012, p. 418). O autor também ressalta que, ainda que uma quantia considerável do PIB tenha sido gasta com programas de transferência de renda, cerca de trinta vezes mais foi gasto com o pagamento de títulos públicos.

governamental a arrefece, torna-a inócua, impossibilitando que essa imponha limitações ao capitalismo. Dessa forma, o caráter inofensivo da ES frente à ordem social vigente, por mais que seus representantes se contraponham a isso, deve-se ao fato de que esta não se dirige às formulações atuais do capitalismo.

Afirmamos, anteriormente, que o capitalismo, por si mesmo, não se justifica, que ele depende de crenças arraigadas socialmente para legitimar-se. Deste modo, esse aspecto do sistema que escapa une-se com algumas ideias da própria crítica formando um discurso que, híbrido, é disseminado como sendo mais justo do que o anterior.

Boltanski, em seus trabalhos com Thévenot (1991) utiliza o conceito de ‘cidade’, orientado pela Filosofia Política Clássica, para se referir aos regimes de justificação ou ordens legítimas que “são dotadas de uma validade geral e que estão num nível acima das situações concretas e particulares avaliadas pelas pessoas, constituídas por convenções geralmente aceitas numa sociedade para julgar a justiça de arranjos sociais” (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002, pp. 189-190), por exemplo, se uma distribuição de bens é justa ou não ou se as atribuições de um sujeito são dignas ou não. Isto é, são sistemas de justiça de determinada organização social, formados por justificativas ancoradas em convenções generalizadas, orientadas para o bem comum e com pretensões universais para determinada época.

A noção de justiça é entendida pelos autores a partir do conceito de ‘grandeza’ que significa aquilo que está em jogo em determinada época e lugar, isto é, o que merece ser considerado por determinado grupo social ou, mais especificamente, é “parte da ‘gramática’ da cidade que se refere aos valores celebrados num regime de justificação ou ‘cidade’ em que o ‘grande’ é a pessoa que encarna fortemente os valores daquela cidade e o ‘pequeno’ é o que carece deles.” (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002, p. 190). Outro elemento da “gramática” da cidade é o ‘princípio de equivalência’ que se trata do critério a partir do qual se pode avaliar pessoas, ações e coisas em dada cidade.

Para que os eventos sociais ocorram com naturalidade, é necessário que todos estejam de acordo com o princípio de equivalência utilizado, ou seja, é necessário que esse princípio valha na maioria das situações possíveis. Deste modo, cada espírito do capitalismo caracteriza-se por determinados tipos de cidade que, por sua vez, possui suas grandezas específicas. (Quadro 1).

Quadro 1 – As “cidades”, seus princípios de equivalência e suas grandezas.

Cidade	Princípio de equivalência	Grandeza ou o “grande”
Cidade inspirada	Capacidade de atingir um estado de graça, de ascese ou de inspiração.	Santo, sujeito criativo e autêntico, o artista.
Cidade doméstica	Posição hierárquica numa cadeia de dependências pessoais.	O mais velho, o patriarca, o ancestral, o pai.
Cidade da fama	Capacidade de receber a estima e o crédito de outras pessoas.	Aquele que atrai a atenção para si, o famoso, o conhecido popularmente.
Cidade cívica	Poder de representação	Representante de um coletivo
Cidade mercantil	Capacidade de colocar no mercado produtos desejados.	Mercador, burguês
Cidade industrial	Eficácia e eficiência	Trabalhador estável, que mantém seu emprego.

FONTE: Próprio autor

Boltanski e Chiapello (2009) consideram a existência de três espíritos do capitalismo até hoje. O primeiro data do final do sec. XIX até a década de 1930 e se trata de um capitalismo familiar, caracterizado pela pequena empresa e pela figura contraditória do burguês empreendedor que oscilava entre disposições econômicas inovadoras – como a avareza, a ênfase nas tecnologias de comunicação e de transporte, o pensamento racionalizador da vida cotidiana – e posicionamentos domésticos tradicionais – como o culto à família, às origens, à honra das moças os quais preveniam a dilapidação do capital e mantinham as relações patriarcais entre patrão e empregado. O segundo, datado entre as décadas de 1940 e 1960, tinha como foco a grande empresa industrial centralizada e burocratizada e a figura do diretor assalariado ou dos executivos, para quem eram oferecidas todas as garantias, e cujas ambições eram ampliar a produção e o consumo da empresa, no sentido de garantir o progresso e o desenvolvimento da justiça social. Já o terceiro ou novo espírito começa a se desenvolver a partir dos anos 80 sendo caracterizado pelo capitalismo globalizado e flexível, por novas tecnologias e pelo foco em multinacionais.

Cada espírito do capitalismo, ou seja, cada ideologia que justifica os processos de acumulação, em determinada época, precisa responder satisfatoriamente a questões relacionadas ao estímulo, à justiça e à segurança. Dessa forma, cada espírito precisa responder de que forma o envolvimento com os processos de acumulação podem ser estimulantes, como podem entusiasmar as pessoas ou ajudá-las a prosperar. É importante esclarecer, também, que tipo de segurança – para o próprio indivíduo e para sua família – as práticas capitalistas podem oferecer. E, por fim, é necessário forjar a noção de justiça, ou seja, como o capitalismo pode contribuir para o bem comum. (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002). (Quadro 2).

Quadro 2 – Os espíritos do capitalismo

	Primeiro espírito (final do século XIX)	Segundo espírito (1940 – 1970)	Terceiro espírito (A partir de 1980)
Formas do processo de acumulação do capital	Pequenas empresas familiares Capitalismo burguês	Firmas administrativas Grandes companhias industriais Produção em massa Políticas econômicas de Estado	Firmas conectadas (network) Internet e biotecnologia Finanças globais Produção variada e diferenciada
Estímulo	Liberdade de comunidades locais Progresso	Oportunidades de carreira Posições de poder Eficácia possível em “países livres”	Chefes não mais autoritários Organizações “Fuzzy” ¹⁰ Inovação e criatividade Mudança permanente
Justiça	Misto de justiça doméstica e de mercado	Meritocracia valorizando a eficiência Administração por objetivos	Nova forma de meritocracia valorizando a mobilidade e a habilidade de fortalecer uma rede Cada projeto é ocasião para alguém promover sua empregabilidade
Segurança	Propriedade pessoal Relações pessoais Caridade Paternalismo	Planejamento de longo prazo Carreiras Estado de Bem Estar Social	Para os dinâmicos e adaptáveis, os que sabem se autogerenciar, as firmas providenciarão recursos de autoajuda.

FONTE: Chiapello e Fairclough (2002, p. 101).

O primeiro espírito do capitalismo caracterizou-se, principalmente, pela cidade doméstica e pela cidade mercantil. O segundo espírito constituiu-se pelas cidades doméstica, cívica e industrial. Já o terceiro ou novo espírito do capitalismo, que os autores tentam desvendar, baseia-se num sétimo tipo de cidade, denominada ‘cidades por projetos’, resultado do amálgama de todas as outras cidades citadas anteriormente, mas não interpretável por nenhuma delas, uma vez que possui suas próprias especificidades.

A cidade por projetos surge a partir da última reestruturação do capitalismo, ocorrida desde a década 1980, resultante da negação do espírito anterior e da crítica promovida pelos movimentos sociais da década de 1960 que, por um lado foram atendidas pela nova conformação do capitalismo, mas que, por outro, serviram de mote para um novo modelo de acumulação baseado na flexibilidade, na autonomia, na autogestão e na cooperação. Segundo a análise de Boltanski e Chiapello (2009), esse novo espírito do capitalismo parece responder mais à crítica estética do que à crítica social. Utiliza-se de todo o aparato discursivo das revoluções da década de 60 – autonomia, não exploração, flexibilidade, fim das hierarquias –

¹⁰ Vaga, indistinta, difusa.

mas sem comprometer-se com a diminuição de desigualdades, com a eliminação da pobreza e com a manutenção dos direitos dos indivíduos.

Além disso, as garantias oferecidas pelo segundo espírito do capitalismo eram muito onerosas, impedindo, assim, a acumulação irrestrita, de modo que o capitalismo nos anos 1980 e 1990 precisou criar novas formas de gestão empresarial, para garantir seu lucro, a partir de algumas ideias-chave como a criação de empresas mais enxutas e menos hierárquicas, organizadas em redes de trabalhadores reunidos em equipes ou “por projetos”. No 3º espírito do capitalismo, faz-se, também, uma apologia às capacidades emocionais dos indivíduos como resposta à crítica à mecanização e racionalidade do trabalho característicos do segundo espírito, com o argumento de que o capitalismo tem se tornado mais humanizado. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Cria-se, então, uma nova forma de inteligibilidade da ordem social denominada de “cidade por projetos” que, apesar de conviver com outras formas de cidade na contemporaneidade, possui características que a singularizam. Como todo espírito do capitalismo, constitui-se de prescrições, de princípios orientadores das ações das pessoas, de sistemas de valores a partir dos quais se fazem julgamentos e se determinam hierarquias entre os indivíduos. Além disso, precisa oferecer garantias, proporcionar a autorrealização de seus participantes e ser bom para o bem comum.

A metáfora da rede funciona como um substrato da cidade por projetos. Esta metáfora provém de construções sociais arraigadas socialmente como o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, que possibilitaram novas formas de trabalho e o encurtamento do tempo e do espaço, e a busca pelas ciências humanas e sociais de conceitos que subvertessem estruturas hierárquicas, rígidas e estratificadas. O novo espírito do capitalismo, então, recorre à ideia de um mundo conexionista cujo discurso faz apologia à conexão, ao estabelecimento de elos, à comunicação entre os indivíduos. Além disso, essas relações devem ser estabelecidas com transparência, uma vez que a responsabilidade, a confiança e a cooperação são valores inalienáveis desta ordem social.

O projeto, por sua vez, seria o que oferece injunções a esse mundo de conexões, ou seja, aquilo que determina suas grandezas e que lhe confere justiça. A grandeza da cidade por projetos é, sobretudo, a atividade, no entanto, esta categoria não se relaciona, necessariamente, com o trabalho, ela:

[...] supera as oposições entre trabalho e não trabalho, estável e instável, trabalho assalariado e não assalariado, ações motivadas por interesse e filantropia, entre

aquilo que é avaliável em termos de produtividade e aquilo que, não sendo mensurável, escapa a toda e qualquer avaliação contábil. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2209, p.141).

Dessa forma, qualquer ação ou empreendimento pode ser considerado como projeto, inclusive aqueles avessos ao capitalismo, como trabalhos voluntários, projetos sociais, dentre outros. Com esta denominação, então, consegue-se mascarar diferenças entre o capitalismo e suas críticas, uma vez que as últimas adotam a condição de projetos muitas vezes sem a consciência de que o capitalismo pode se travestir do mesmo modo e, assim, cooptá-las.

Em relação às garantias, encontra-se um impasse, uma vez que o novo espírito do capitalismo rechaça qualquer tipo de burocracia e hierarquia (que antes possibilitava as garantias aos trabalhadores). É enfatizado, sobretudo, que as pessoas abram mão das garantias em favor de uma maior liberdade. Elas não farão mais carreira, mas terão a oportunidade de passar de um projeto a outro e quanto mais sucesso tiver em um projeto, mais facilmente conseguirá novos projetos. A palavra de ordem é a empregabilidade, ou seja, a capacidade de mobilizar competências necessárias para a execução de determinado projeto. Apesar de demitir para enxugar a empresa, a direção garante a empregabilidade dos sujeitos. Esse modelo faz com que as pessoas procurem tirar o máximo de proveito das relações que travam, de modo que não vão hesitar em tirar do caminho quem esteja impedindo a “atualização de suas competências”. Pela ausência de formas de controle dos trabalhadores, uma vez que exercem suas atividades à distância, aposta-se na ética como resolução dos problemas e satisfação da crítica. A reputação é lançada como estratégia reguladora, uma vez que a empregabilidade depende dela. As pessoas manterão a ética, para terem boa reputação e, assim, garantirem suas participações em projetos. (Quadro 3).

Ao invés de ficar ligado a um ofício ou preso a uma qualificação, o grande se revela *adaptável, flexível*, capaz de oscilar de uma situação para outra muito diferente e ajustar-se a ela; mostra-se *polivalente*, capaz de mudar de atividade ou de instrumentos, segundo a natureza da relação na qual entra, com os outros ou com os objetos. Exatamente essa *adaptabilidade* e essa *polivalência* o tornam *empregável*, ou seja, no universo da empresa, em condições de inserir-se num novo projeto. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009 p. 144 – grifo do autor).

Quadro 3 – Parte da gramática da cidade orientada “por projetos” ou da cidade conexcionista.

Princípio de equivalência	Atividade; iniciação de projetos; conexões remotas/distantes entre as pessoas.
Estado de “pequenezza”	Inabilidade de se envolver, de confiar nos outros, de comunicar-se, “cabeça fechada”, intolerância, estabilidade, superdependência das próprias raízes, rigidez.
Estado de “grandeza”	Adaptabilidade, flexibilidade, polivalência; sinceridade em encontros

	face a face; habilidade de difundir os benefícios das conexões sociais, de gerar entusiasmo e de aumentar a empregabilidade dos membros da equipe.
Formato de investimento	Pronto para sacrificar tudo o que poderia enfraquecer a disponibilidade de alguém; desistir de planos de longo prazo.
Teste padrão (paradigmático)	Habilidade de mover-se de um projeto para outro.

Fonte: Chiapello e Fairclough (2002, p. 192).

Apesar de construir o trabalhador como indivíduo flexível, adaptável, polivalente, cooperativo, aberto às oportunidades do mercado e de ter propiciado, de certa forma, a superação do modelo taylorista¹¹, uma diminuição da hierarquia nas empresas, uma maior flexibilidade de horários de trabalho e uma formação permanente dos trabalhadores, o novo espírito do capitalismo teve, também, como efeito, deslocamentos que possibilitaram a degradação da situação econômica, da posição social e da estabilidade profissional mediante processos que incluíram a retomada do poder pela gestão empresarial, a reorganização da produção, a redistribuição do capital excedente em favor do capital e em detrimento do trabalho, exaltação da mobilidade e culto ao desempenho individual.

De fato, Boltanski e Chiapello (2009) se referem a diversas modificações no mundo do trabalho resultantes desses deslocamentos, quais sejam: a precarização do emprego, a dualização dos assalariados, o aumento da intensidade do trabalho sem mudança de salário e o repasse dos custos trabalhistas para o Estado. Além disso, aumentou consideravelmente a rotatividade de trabalhos secundários e procurou-se manter, como trabalhadores fixos e em constante formação, a mínima quantidade de pessoas de modo a garantir o trabalho especializado das empresas. Vale lançar uma atenção especial ao trabalho feminino que passou a ser precário por excelência, pois, além de, na maioria das vezes, ser temporário, ele é de tempo parcial. Essa volatilidade do trabalho é o que permite, sobretudo, a flexibilidade, uma vez que se pode concentrar mão de obra quando o mercado solicita, mas também se pode funcionar com quadros reduzidíssimos em ocasiões de baixas demandas. A temporalidade parcial dos trabalhos gera uma competição entre os próprios temporários para atingirem a condição de funcionários fixos (que geralmente são escolhidos entre os melhores temporários). Submetem-se a longos períodos de experiência, a frequentes jornadas de trabalhos temporários e a precárias condições de contratação, para manterem seus empregos.

¹¹ Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que a taylorização ainda possui índices crescentes em diversos setores como empresas de médio porte e de racionalização tardia e outras como a indústria alimentícia que precisa maquinizar o seu trabalho por conta da crescente demanda.

A criação do exército de reserva de trabalhadores subvencionados ou temporários fez com que dificultasse a implementação dos direitos dos trabalhadores, uma vez que isto era destinado somente aos trabalhadores contratados. O enfraquecimento dos sindicatos também contribuiu para isso. A concorrência gerada pela grande quantidade de desempregados fez com que o número de denúncias ou reivindicações também diminuísse.

Ainda no âmbito das transformações do trabalho, o tempo torna-se mais racionalizado, no sentido de que o trabalhador só recebe pelo tempo que trabalha. Há grande quantidade de solicitação de hora extra que é encarada pelos trabalhadores como complemento de renda e não como exploração, uma vez que esta custa o mesmo valor da hora normal. A possibilidade de trabalhar em horários diferenciados permite ao trabalhador reorganizar seu horário de trabalho quando precisa do tempo para destiná-lo a assuntos pessoais, o que é encarado como vantagem, mas com vários outros ônus, muitas vezes, não percebidos.

De maneira geral, o *outsourcing* possibilita aumentar a intensidade do trabalho, valendo-se da pressão do mercado, que se mostra como fator externo não controlável, liberando a supervisão local, que lhe está submetida. Esse modo de controle externo é mais poderoso e legítimo que o controle que poderia ser exercido pela hierarquia dos terceirizadores sobre seu próprio pessoal. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.273)

A adoção do padrão toyotista de manutenção da qualidade total com o esquema de trabalho mais enxuto possível, somada a uma racionalização da remuneração somente do tempo trabalhado fez com que os trabalhadores ganhassem duas novas cargas: atender à demanda e aos padrões de qualidade. Por fim, o trabalhador teve de pagar duas vezes pela última reestruturação do capitalismo. Tanto pelas modificações do próprio trabalho como através das subvenções concedidas às empresas pelo Estado, no que concerne às garantias dos direitos sociais.

Trazendo essas reflexões sobre o novo espírito do capitalismo para o âmbito da Economia Solidária, a presente pesquisa aponta para um posicionamento ambíguo dos discursos dos trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários. Notamos que os representantes desses discursos afirmam a ES como crítica ao capitalismo, pois reivindicam a eliminação da miséria através da geração de renda de forma coletiva e autogestionária, o que corresponderia à crítica social na nomenclatura de Boltanski e Chiapello (2009). Além disso, fazem apologia a formas de trabalho mais humanizadas, baseadas na autonomia, na cooperação e na liberdade, o que se aproxima da crítica estética. No entanto, percebemos que a ES é ineficiente em ambas as suas pretensões. Nem conseguem promover uma remuneração

justa para seus trabalhadores, nem funcionam, de todo, de maneira autônoma, uma vez que dependem de redes que a sustentam formadas pelo Estado, por organizações da sociedade civil, por sindicatos e, por vezes, das próprias empresas privadas.

Por outro lado, compreendemos essa ineficácia da ES em cumprir seus propósitos aproximando a crítica que ela empreende contra o capitalismo às reivindicações operárias do século XIX e aos movimentos sociais da década de 60, em repúdio a um sistema hierarquizado de relações de trabalho, cerceador de liberdades e racionalizado, ou seja, que não concedia espaço para a criatividade nem para a participação. Com as transformações do mundo do trabalho decorrentes da última reestruturação do capitalismo, quando a hierarquia deixou de ser a principal característica da grande empresa e o trabalho passou a ser baseado na cooperação, participação e no autocontrole do trabalhador, essas críticas perderam em parte seu sentido.

Contraditoriamente, o que percebemos é uma aproximação dessas formas de atividade produtiva com o novo espírito do capitalismo, uma vez que se harmonizam com o princípio de equivalência e com o estado de grandeza da cidade por projetos. Além disso, assim como descrito anteriormente, estamos inclinados a pensar que o discurso da ES é uma forma híbrida entre um discurso neoliberal e discursos – de partidos de esquerda, de movimentos sociais, de sindicatos – que reivindicam a solução para a crise do desemprego das décadas de 1980 e 1990. Esta hibridação, conceito que será mais bem explorado adiante, ocorre através de processos de inculcação de ordens de discursos na construção identitária dos trabalhadores, bem como por processos de ordenamento das interações sociais entre eles.

Para compreendermos esses processos de transformação discursiva que permeiam a incorporação governamental da ES, utilizamos a abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso Crítica que passaremos, então, a explorar.

2.4 Discurso e Economia Solidária

Passaremos, então, a relacionar as práticas de Economia Solidária, com seus momentos discursivos e com a estrutura social que as conformam. Faremos, uso, sobretudo, da Análise de Discurso Crítica (ADC) desenvolvida por Norman Fairclough, uma vez que esta nos propicia o estabelecimento de relações entre discurso e estrutura social. O problema da ES no Brasil, como vimos anteriormente, precisa ser entendido à luz das condições

estruturais proporcionadas pelas últimas transformações do capitalismo. Neste sentido, a ADC se torna uma ferramenta adequada para tal estudo.

Entendemos que o discurso governamental sobre a ES e seus investimentos ideológicos são reproduzidos na semiose das práticas sociais de trabalho solidário. Essa semiose possui três funções principais, quais sejam a de representação do mundo, a de definição de modos de agir e de se relacionar e na conformação de identidades sociais. Para efeitos deste trabalho, concentrar-nos-emos nas formas de representação dos indivíduos pelo discurso da ES e na sua função identitária. Seguiremos, então, apresentando esta perspectiva teórico-metodológica.

2.4.1 Análise de Discurso Crítica e o estudo de problemas sociais

As análises linguísticas têm crescido nas ciências sociais e humanas, a partir da década de 1960 como formas metodológicas de análise e crítica da realidade social. No entanto, durante as décadas de 1970 e 1980, a ênfase dada à função da linguagem na produção dos objetos e dos fenômenos de interesse de diversas disciplinas possibilitou novas compreensões a respeito dos conceitos de conhecimento, de realidade e da própria natureza da linguagem. Tal ênfase ofereceu condições para a construção não somente de metodologias baseadas na análise do discurso, mas também de perspectivas teóricas acerca dos eventos sociais que foram sendo incorporadas em reformulações das ciências sociais e humanas (IBAÑEZ, 2004).

As diversas abordagens discursivamente orientadas que foram surgindo nas ciências sociais e humanas a partir de meados da década de 1970 exploram particularmente os desdobramentos da compreensão da linguagem como ação ou como prática social, isto é, o entendimento de que a linguagem não se reduz a simples representação da realidade, ela também constitui o mundo. Ao mesmo tempo em que a usamos para descrever e definir o mundo e a nós mesmos, através dela, construímos realidades, exercemos influências sobre os outros e orientamos nossas ações. A linguagem, então, deixa de ser abordada apenas em seu aspecto descritivo-referencial para sê-lo em seus aspectos ativos e construtivos, ou seja, passa a ser considerada como constituinte de práticas sociais (ROJO, 2004).

O entendimento de que o discurso constrói realidades sociais engendrou uma maior reflexividade a respeito de usos naturalizados da linguagem, dos modos cotidianos de simbolizar o mundo, os indivíduos e as relações sociais. Compreendeu-se que esses usos não tinham somente a função de representar essas instâncias, mas também de localizá-las em

determinadas posições sociais, de produzir hierarquias e de estabelecer determinados sistemas de verdade. Dessa forma, tornou-se possível refletir criticamente sobre esses investimentos políticos e ideológicos da linguagem não somente os denunciando, mas também incitando novas construções discursivas mais igualitárias. (ROJO, 2004).

O estudo da ES nos leva a refletir sobre as produções discursivas dominantes que, por um lado, prescrevem como o trabalhador solidário deve ser e de que forma ele deve se relacionar com seus companheiros e, por outro, constroem esta atividade produtiva como uma forma justa de trabalho, como caminho para a superação das desigualdades sociais e para a promoção da emancipação humana. Essas construções discursivas podem funcionar de forma ideológica, uma vez que naturalizam determinados sistemas de crenças, como a de que o trabalho solidário pode solucionar os problemas sociais que se impõem a partir das décadas de 1980 e 1990 ou que a desigualdade social pode ser resolvida sem uma crítica radical dos pilares deste sistema econômico.

A Análise de Discurso Crítica (ADC), desenvolvida por autores como Fairclough, Whittaker, Wodak, Van Dijk e Rojo (IÑIGUEZ, 2004), é uma das abordagens emergentes desse movimento de centralização no poder gerador da linguagem no estudo de eventos sociais. A ADC oferece um enquadre teórico-metodológico que prioriza as relações entre discurso e sociedade ao constituir um modelo “aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 11 e 12). Para esta perspectiva, os discursos produzidos em interação, ao mesmo tempo em que são moldados por uma estrutura social, possuem a capacidade de transformá-la, na medida em que reconfiguram a rede de práticas que a constitui. Assim, a ADC tem se apresentado como uma forma de pesquisa crítica das mudanças sociais da sociedade contemporânea (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999).

Para a ADC, a Ciência Social Crítica deve estar comprometida com o desvelamento de “naturalizações” produzidas hegemonicamente e de seus investimentos ideológicos e políticos, não só contribuindo para uma conscientização a respeito destas, mas permitindo lançar luz sobre o que podem ser (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999). Não há, então, como compreender as influências dos discursos governamentais sobre a ES na semiose de suas práticas sociais nem como empreender uma crítica dessas relações de dominação, sem considerar o papel da linguagem.

O projeto de teorias críticas, como a ADC, tem estado sob o ataque de teorias pós-modernistas, uma vez que essas afirmam não existir mais espaço para metanarrativas, como, por exemplo, o marxismo. Afirmam que os defensores dessa perspectiva aceitam a existência de conhecimentos mais verdadeiros que outros e posicionam o conhecimento científico como o mais adequado. As abordagens pós-estruturalistas, por exemplo, afirmam que o mundo é formado por uma variedade de discursos que não podem ser classificados numa ordem hierárquica, de forma que a ciência não passa de um jogo de linguagem, assim como outras formas de conhecimento. Acrescentam ainda que hierarquizar conhecimentos é uma forma totalitária de submeter indivíduos.

Fairclough (1999) argumenta que, apesar de um discurso não ser mais verdadeiro que os outros, isso não necessariamente implica que todos tenham os mesmos efeitos sociais. Mesmo aceitando o fato de que, muitas vezes, a ciência esteve a serviço de práticas de dominação, pondera que o conhecimento produzido através de pesquisas baseadas em debates abertos na esfera pública pode ter mais efeitos de democratização do que de dominação. Esse discurso científico, considerado verdadeiro sob determinadas circunstâncias, é entendido como ganho epistêmico onde o que conta é o seu relativo poder explanatório e sua contribuição para o reconhecimento de necessidades sociais circunscritas a um contexto particular. A Análise do Discurso Crítica é, então, uma ferramenta fundamental no desvelamento e na investigação de desigualdades sociais representadas, constituídas e legitimadas através dos discursos. Possui, assim, objetivos emancipadores como resultado desta crítica.

2.4.2 A Psicologia Social Crítica e a Análise do Discurso

A necessidade de que a psicologia ocupe maior espaço dentro das lutas sociais, comprometendo-se de forma mais efetiva com uma agenda de transformação social tem sido objeto de debate intenso. Ian Parker (2007) afirma que, de forma contrária, esta disciplina tem funcionado como uma das formas de ideologia reforçadoras de desigualdades, uma vez que parece tratar problemas de ordem político-social como algo de ordem essencialmente individual e psicológica, gerando uma responsabilização dos próprios sujeitos por sua condição e reforçando a adoção de soluções individuais para problemas coletivos. Por exemplo, os males advindos das desigualdades sociais e da privação de recursos de determinadas parcelas da população são equivocadamente consideradas patologias que devem

ser tratadas segundo uma terapêutica individual. Essa forma de considerar um sofrimento que, na verdade, é de natureza sociopolítica e não reside no interior da mente das pessoas, desloca a atenção da luta social para estratégias individuais e inócuas de resolução e adaptação que, muitas vezes, seguem nos trilhos do sistema capitalista. Como afirma Parker (2007): “Conselhos sobre a melhoria pessoal tomam o lugar da transformação social, e a psicologização da vida social incentiva as pessoas a pensar que a única mudança possível seria no modo como se vestem e se apresentam aos outros.” (p. 2).

Em contrapartida, é através do próprio poder que lhe é conferido numa sociedade da informação e do conhecimento que a psicologia deve engajar-se politicamente com as transformações sociais. Se as práticas psicológicas são responsáveis por criar identidades baseadas na culpa, no pessimismo e no continuísmo de um sistema excludente, elas também podem construir sujeitos engajados politicamente, podem atuar no sentido de que os indivíduos compreendam seu sofrimento ou os problemas pelos quais passam como processos sociais situados historicamente que, por assim se constituírem, são passíveis de mudança através de lutas sociais. (PARKER, 2007).

É nesse sentido que nos baseamos aqui numa psicologia social crítica que insere em sua agenda preocupações com a própria função da psicologia na sociedade contemporânea. Adotamos também, para efetivação de nossos objetivos, a noção de transdisciplinaridade de Fairclough (2005), segundo a qual para dar conta da complexidade da realidade social é necessário um diálogo entre as diversas disciplinas e teorias, de forma que uma possa trabalhar com a lógica e com as categorias de outras, com o objetivo de desenvolver seus próprios métodos de análise. Além disso, por efeito da centralização na linguagem no entendimento de fenômenos sociais, as fronteiras entre as diversas disciplinas das ciências sociais e humanas têm se esmaecido em favor de um maior desenvolvimento de teorias e práticas. (FAIRCLOUGH, 2001).

No caso desta investigação, realizamos uma articulação entre a psicologia social crítica, a nova sociologia do capitalismo, as teorias contemporâneas sobre a questão social e a análise de discurso crítica para o entendimento da relação entre as construções discursivas de trabalhadores solidários sobre si mesmos e as últimas transformações do capitalismo, ressaltando a função do Estado na reprodução dessa ordem social.

Adotamos, então, a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso Crítica, por acreditarmos que esta seja capaz de oferecer-nos um quadro conceitual e estratégias metodológicas que nos permitam lançar luz sobre a relação entre os discursos produzidos no

âmbito da Economia Solidária e as práticas sociais que a constituem; identificar as relações de poder e as identidades sociais sustentadas por esses discursos; e chegar a pistas a respeito de possíveis transformações sociais pelas quais este tipo de atividade esteja passando.

2.4.3 *Discurso x Estrutura: a prática social como categoria mediadora*

A ADC adota como fundamento as orientações do realismo crítico segundo o qual a vida social é concebida como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos: culturais, econômicas, políticas, dentre outras (FAIRCLOUGH, 2001). As práticas sociais, por sua vez, são definidas como “formas habitadas, ligadas a tempos e lugares particulares, nas quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem juntas no mundo.” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Cada prática é constituída por diversos momentos que se relacionam dialeticamente, internalizando características dos outros, mas não se subsumindo a eles, quais sejam: atividade produtiva, tempo, espaço, significados da produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência dos sujeitos e semiose.

Uma prática particular reúne diversos elementos da vida, de forma específica. Formas e relações locais – tipos de atividade particulares, ligadas de formas particulares a localizações materiais, temporais e espaciais particulares; pessoas particulares com experiências particulares, conhecimentos e disposições em relações sociais particulares, recursos semióticos e formas de uso da linguagem particulares, dentre outros.” (FAIRCLOUGH, 1999 p. 21).

O conceito de prática social é ambíguo, na medida em que ele pode se referir tanto a um evento específico, que ocorre em tempo e lugar determinados, quanto a uma forma constante e repetida de ação. No entanto, Fairclough (2001) afirma que essa ambiguidade é interessante para a construção de sua teoria, já que o conceito de prática representa justamente a dialética entre eventos e estruturas. A prática social pode reproduzir ou transformar estruturas e isso varia de acordo com as condições sociais que a sustentam. No mesmo sentido, Fairclough utiliza a análise da dimensão institucional (pois esta não pode ser reduzida nem ao resultado de estruturas nem ao produto de grupos particulares) e da dimensão conjuntural (que não se trata nem de estruturas mais permanentes nem de eventos sociais específicos, mas, sim, de uma organização relativamente durável de práticas e de instituições).

O interesse da ADC é, então, identificar de que forma as relações dialéticas entre os diversos momentos de uma prática social a constituem enquanto tal. Fairclough (2001) e Fairclough e Chouliaraki (1999) se utilizam dos conceitos de ‘articulação’ e de ‘hibridização’

para entender de que forma diversos mecanismos da vida social são reunidos numa prática e como esses momentos se organizam na produção de relações sociais – de modo a funcionar de forma mais padronizada ou de forma mais criativa. A questão principal de Fairclough é, pois, a possibilidade de transformação social a partir de hibridizações e articulações criativas de discursos estandardizados. Para ele, os discursos são tensos, ou seja, abertos a diversas interpretações que vão estabelecer a possibilidade ou não de mudança das práticas.

Essa forma de compreensão coaduna com a concepção de poder como dominação, inspirado no conceito de hegemonia de Gramsci que a define como uma dominação baseada mais no consentimento do que na coerção, que envolve a naturalização de práticas e de relações entre práticas e que se utiliza de investimentos ideológicos para tanto (FAIRCLOUGH, 2011). O poder hegemônico se trata da relativa permanência de determinadas articulações entre elementos sociais. Relativa porque, como se trata de articulação, está sujeita a rearticulações, a mudanças:

Hegemonia é uma tentativa de fechamento (cristalização) das práticas e das redes de práticas destinada ao fracasso em maior ou em menor grau, pois o social é, por sua natureza, aberto – as operações simultâneas de diversos mecanismos no interior de uma prática e o fato de que uma prática é sobredeterminada (simultaneamente determinada por outras), significa que resultados nunca são inteiramente previsíveis e recursos para resistência são sempre passíveis de serem gerados. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999, p. 25).

No caso da ES, afirmamos que a incorporação dessas práticas pelos últimos governos (2002 – 2013) tem gerado uma intensa produção discursiva que tenta articular de forma pacífica uma orientação voltada para a manutenção da economia nos moldes capitalistas e outra que se compromete com a resolução dos problemas sociais. Constrói, então, um discurso híbrido que, apesar de conferir humanização a um sistema considerado aviltante, permite que este se reproduza. Podemos dizer, então, que discursos anteriores – mais precisamente os disseminados pelos movimentos de crítica e o do neoliberalismo – são rearranjados de forma mais reprodutiva do que transformadora num formato próximo ao novo espírito do capitalismo, nos moldes da cidade por projetos.

Práticas sociais são sempre formas de interagir. Pode-se interagir de diversas maneiras, inclusive não discursivamente, mas, geralmente, as interações são acompanhadas por trocas discursivas, de modo que é de fundamental importância considerar o discurso para dar conta da complexidade das interações sociais e, assim, das práticas sociais e de suas relações com as estruturas. As estruturas sociais dependem das instanciações em curso das interações sociais e é através destas que as estruturas são problematizadas e contestadas. É

ainda a partir das interações sociais que novas formas sociais e temas surgem, forjando assim novos materiais para novas relações sociais, novas identidades e novas estruturas. Essa capacidade generativa da interação social está amplamente relacionada com as propriedades do discurso de forma que seu estudo é de fundamental importância.

O discurso foi negligenciado enquanto esfera da realidade social durante muito tempo. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos nos últimos trinta anos, no âmbito das ciências sociais e humanas, tem recuperado a importância de afirmar o discurso enquanto constitutivo da vida social. A ADC, a partir do materialismo de David Harvey¹², trata o discurso de forma realista, ao considerá-lo como um momento da prática social que internaliza outros momentos, incorporando características destes, mas não se reduzindo a nenhum deles. Da mesma forma, os demais momentos da prática social também podem ser transformados pelos discursos.

Isso parece ocorrer na relação entre a crítica e o espírito do capitalismo apresentada anteriormente, sobretudo, quando os discursos proferidos por estas duas instâncias entram em embate ideológico. Se a crítica é virulenta, ela pode desequilibrar as forças hegemônicas que configuram determinado espírito, em determinada época, colocando em questão a legitimidade dessas crenças hegemônicas. Isso fomenta novas práticas e novas formas de justificação para a acumulação. Dessa forma, o capitalismo pode mudar as suas condições materiais – ou seja, o arranjo dos demais elementos das práticas sociais que o sustentam – no sentido de oferecer maiores condições de justiça e de atender parcialmente às críticas. No entanto, ao fazer isso, incorpora elementos da própria crítica que, transformados em materialidades, podem passar a constituir um novo espírito do capitalismo.

O discurso figura de três diferentes formas dentro de uma prática social (e articulações de práticas), cada uma correspondendo a uma diferente função. As atividades e interações sociais, além de possuírem seus aspectos materiais, também são parcialmente discursivas, no sentido de que exercer determinada ocupação de trabalho, por exemplo, envolve uma forma específica de produção de discursos. Além disso, ao interagirem, os sujeitos produzem representações a respeito das próprias práticas, uma vez que estas possuem uma reflexividade intrínseca. Essas representações são produzidas a partir de diferentes posicionamentos dentro

¹² Geógrafo marxista britânico cujas ideias sobre prática social Fairclough utiliza para a construção de sua versão de ADC. Segundo o materialismo de Harvey, o discurso figura como um momento da prática social que, ao se relacionar dialeticamente com outros momentos, internaliza-os, mas não se reduz a nenhum deles.

da prática e podem ou não ser investidas ideologicamente. Por fim, o discurso figura na construção de identidades, na constituição de modos de ser. (FAIRCLOUGH, 2005).

Dessa forma, percebe-se que o discurso figura de três principais maneiras no interior das práticas sociais, cada uma correspondendo a uma relação específica entre texto e elemento da prática, quais sejam: modos de agir ou interagir, modos de representar e modos de ser. Baseando-nos na classificação das funções da linguagem desenvolvida por Fairclough em sua obra “Analysing Discourse”¹³ (2003), a cada interação dessas, corresponde um tipo de significado. O significado acional ou interacional corresponde ao discurso utilizado como modos de agir ou interagir. O significado representacional refere-se ao discurso como representação dos aspectos físicos, sociais e mentais do mundo. E por fim, o significado identificacional diz respeito ao discurso utilizado na construção e negociação de identidades. Os tipos de texto que correspondem respectivamente aos significados apresentados são “gêneros”, “discursos” e “estilos”. (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Fairclough utiliza a noção de gênero de Bakhtin, segundo o qual se trata da “[...] linguagem usada em uma forma particular de atividade e é caracterizada por um conteúdo temático particular, por um estilo particular e por uma estrutura composicional particular”. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999 p. 49). Os gêneros seriam, então, formas de enunciado relativamente estáveis que refletem a esfera social em que são gerados. Os discursos são utilizados para categorizar sujeitos, para designar e classificar o mundo e as relações sociais. O ato de nomear as coisas não é neutro, de forma que as representações dizem respeito à posição de quem as empreende e constitui-se a partir de intenções particulares, objetivando determinados efeitos. O significado identificacional do discurso produz estilos específicos, que são formas linguísticas que constituem maneiras relativamente estáveis de ser, eles permitem a análise do grau de identificação ou de afastamento de sujeitos em relação a determinados discursos, ou seja, existem formas particulares de ser médico, de ser polícia e, também, de ser trabalhador solidário. (RESENDE; RAMALHO, 2006).

¹³ Fairclough, ao desenvolver sua versão de Análise Crítica do Discurso, utiliza-se da Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday pretendendo realizar uma síntese entre os desenvolvimentos das Ciências Sociais e os da Linguística. Utiliza a LSF porque esta conceitua a linguagem de forma funcional, acreditando no poder gerador de processos e relações sociais da linguagem e a concebe simultaneamente como texto e como sistema, considerando a dialética entre eles. Nesse sentido, Halliday afirma que a linguagem possui as seguintes funções: ideacional, interpessoal e textual. Na sua obra “Discurso e Mudança Social”, escrito em 1992, Fairclough recontextualiza Halliday dividindo a função interpessoal em função identitária e função relacional, pois concebia que os modos de construção de identidade em dada sociedade refletem suas relações de poder e suas formas de mudança e de reprodução social. No entanto, em 2003, ao produzir seu livro “Analysing Discourse - textual analysis for social research”, Fairclough prefere usar a noção de significado da linguagem e é essa versão que utilizaremos para efeitos desta pesquisa. (RESENDE; RAMALHO, 2006).

É importante ressaltar que esta divisão é meramente didática, já que todo enunciado é constituído simultaneamente pelos três tipos de significado. Para efeitos de análise, então, deve-se estar atento às formas de articulação entre gêneros, discursos e estilos, uma vez que estes se produzem em relação com os outros elementos das práticas sociais. “Cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto socio-histórico e cultural.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.62).

Neste sentido, as práticas sociais que configuram a ES são constituídas por atividades e interações sociais que, em parte, são discursivas. Por exemplo, o desempenho de ações coletivas para a efetivação do processo produtivo ou para a viabilização de serviços prestados por empreendimentos coletivos solidários também são efeitos de discurso; da mesma forma que interações coletivas visando à autogestão possuem aspectos semióticos inerentes, ou seja, mais especificamente, envolvem a produção de gêneros particulares de discursos. Através de processos reflexivos, representações a respeito do que seja a ES e de quem são seus atores sociais também são construídas. A ES tem sido tema de discursos de governança que a representam enquanto estratégia de diminuição da pobreza, de controle da violência e de desenvolvimento do país. Além disso, esses discursos constroem de forma ambivalente os trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários tanto como “miseráveis” e merecedores de apoio e incentivos, quanto como indivíduos responsáveis pela sua condição de pobreza e pela superação desta. Divulga-se, paralelamente a isso e de forma contraditória, que relações de colaboração e solidariedade são necessárias para a superação de um estado de privações gerado justamente por um sistema econômico baseado na competição e no lucro, sistema este que não constitui alvo de discussão. Vê-se, então, que discursos podem ser investidos ideologicamente de modo a funcionar como legitimador de determinado sistema de crenças, de relações de dominação e de determinadas identidades.

Para efeito desta investigação, pretendemos centrar a análise nos significados representacionais e identificacionais do discurso dos próprios trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários. O significado acional, ou seja, aquele referente à produção de gêneros, será abordado na medida em que estiver relacionado aos aspectos citados anteriormente.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Esta investigação é uma pesquisa qualitativa baseada nos pressupostos teóricos metodológicos de uma Psicologia Social Crítica da qual a Análise de Discurso Crítica é partidária. A ADC diferencia-se de outros tipos de abordagens porque ela define de antemão o seu campo de interesse e seus objetivos, a saber, o desvelamento de relações desiguais através da análise do discurso e da crítica das estruturas sociais, objetivando a transformação social e a emancipação de classes menos favorecidas (MEYER, 2001). Além disso, defende uma dialética entre teoria e método de forma que a teoria corresponde a um conjunto de conhecimentos provenientes de diversas disciplinas que versam sobre perspectivas ou níveis diferentes de determinado fenômeno e o método consiste em maneiras de operacionalizar a teoria para dar conta da análise de textos e da descrição de práticas sociais. A interpretação desses discursos, por sua vez, produz reflexões que reformulam as teorias iniciais ou criam novas teorias:

Nós vemos a ADC tanto como teoria quanto como método, como um método de analisar práticas sociais com um olhar particular para os seus momentos discursivos dentro da ligação entre preocupações teóricas e práticas e esferas públicas [...] onde as formas de análise ‘operacionalizam’ – tornam prática – construções teóricas do discurso na vida social tardo-moderna, e a análise contribui para o desenvolvimento e elaboração dessas construções teóricas. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999, p. 16).

A teoria é considerada uma prática como qualquer outra, ou seja, está eminentemente relacionada com uma rede formada por práticas econômicas, culturais, políticas, etc., podendo, portanto, ter efeitos ideológicos. No entanto, é necessário compreender suas especificidades frente às outras práticas. Teóricos críticos e analistas críticos do discurso precisam se preocupar com os efeitos sociais de sua prática teórica, na medida em que estas se relacionam com outras práticas materiais e atuam enquanto luta. Há uma linha tênue entre ‘comprometimento’ e ‘racionalidade’. No entanto, Fairclough e Chouliaraki (1999) afirmam que a natureza desse comprometimento na pesquisa crítica é diferenciada, uma vez que se utiliza dessas práticas tendo como objetivos a emancipação social e a transformação de inter-relações hierarquizadas (diferentemente do interesse técnico das ciências naturais que visam à manipulação e ao controle). O autor justifica, então, a necessidade de um conhecimento dialético que se posiciona criativamente entre a fenomenologia e o objetivismo ao assumir a importância da dialética entre as relações objetivas e estruturas e as disposições práticas dos sujeitos engajados em sua vida social. Afirma que, assim, evita tanto submeter os indivíduos à

total determinação das estruturas (o que seria ideológico, na medida em que oculta a capacidade de agência desses sujeitos) bem como a subestimação do potencial criativo e transformador dos mesmos (o que também ocultaria a presença das estruturas na sua constituição).

Segundo Flick (2004), os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa envolvem a adequação de métodos e teorias em relação ao objeto de estudo, a consideração de múltiplas perspectivas sobre este, a reflexividade do pesquisador e uma variedade de abordagens e métodos. Ao investigarmos os processos de incorporação da ordem discursiva do novo espírito do capitalismo nas práticas discursivas de trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários, utilizamo-nos da relação entre crítica, ideologia e transformações do capitalismo, tal como formulada por Boltanski e Chiapello (2009), para entendermos as características da nova ordem social que vem se estabelecendo desde a década de 1980 e os processos que permitem a sua legitimação. Defendemos que a ES tem ocupado uma função relevante nesse processo de legitimação, sobretudo no contexto brasileiro, uma vez que percebemos que seus pressupostos estão em consonância com os princípios deste novo espírito, além de promoverem uma sensação de autonomização dos sujeitos ou dos grupos que arrefecem sua necessidade de crítica. Por entendermos que esses processos são parcialmente discursivos, utilizamos a Análise de Discurso Crítica, desenvolvida por Norman Fairclough, como instrumento teórico-metodológico. O novo espírito do capitalismo é entendido, assim, como uma ordem discursiva hegemônica que é reproduzida no interior de práticas sociais através do ordenamento de formas de agir e interagir, da instituição de formas de representar e da inculcação de modos de ser, que, por sua vez, são parcialmente discursivos. Neste estudo, investigaremos as produções discursivas de trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários, mais especificamente, de uma associação de agricultores assentados do interior do Estado do Ceará, no sentido de descrevermos de que forma essa ordem social é reproduzida quando esses sujeitos se utilizam do discurso para se relacionar, para representar ou para se identificar.

3.1 Etnografia e Análise do Discurso Crítica

Entendendo que os fenômenos sociais são parcialmente discursivos e com o intuito de melhor relacionar a prática social com o seu momento discursivo, Fairclough e Chouliaraki (1999) propuseram que as análises críticas de discurso fossem complementadas por métodos

etnográficos. Para eles, uma abordagem etnográfica forneceria elementos do contexto extradiscursivo que somente a análise linguística não oferece. Além disso, uma descrição mais concreta da prática social possibilita uma contextualização do discurso, de modo a fazê-lo mais compreensível, de modo a identificar o que é construído quando determinado sujeito empreende determinado discurso, a partir de certa posição e em determinada situação. É possível também identificar que orientações discursivas estão em jogo e qual a relação entre elas, se de concordância ou de tensão:

A etnografia é definida como uma tradição de pesquisa qualitativa que agrupa a análise de dados empíricos gerados e coletados sistematicamente para a pesquisa, provenientes de contextos situados e de uma variedade de métodos, embora o foco deva ser relativamente estreito em escala, envolvendo poucos grupos de indivíduos.” (RESENDE, 2008, p. 109).

Dessa maneira, uma abordagem etnográfica trata-se da utilização de diversos métodos para abordar determinado fenômeno social em suas manifestações particulares e da inscrição de dados, obtidos através desses métodos, em textos que, por sua vez, são interpretados de forma mais aprofundada. Nesta pesquisa, utilizamo-nos de entrevistas e de observação participante, para abordarmos o fenômeno de inculcação de modos de ser, de agir e de representar consonantes com o novo espírito do capitalismo, da forma como este se manifesta em práticas associativas de trabalhadores solidários da zona rural do Estado do Ceará.

A entrevista qualitativa é um instrumento eficaz para a compreensão de relações entre os atores sociais e seus contextos bem como para o entendimento das suas motivações, dos seus valores e das suas orientações (GASKELL, 2002). Como pretendemos, aqui, abordar as justificativas dos trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários para aderirem a trabalhos vinculados à ES, ressaltando a aproximação ou distanciamento entre seus discursos e regimes de justificação hegemônicos, esse método faz-se adequado.

Para efeitos desta investigação, foram realizadas seis entrevistas com os integrantes da ACOOPAC (Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho). Optamos pelo modelo de entrevista semi-estruturada, uma vez que nossos objetivos apontam para questões específicas, como as justificativas utilizadas por esses trabalhadores para aderirem a um formato coletivo e autogestionário de trabalho. Apesar disso, tentou-se manter a informalidade nas conversas, permitindo que os entrevistados se expressassem livremente. As entrevistas foram gravadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) e os pontos tratados foram os seguintes:

- Processo de mudança e construção da comunidade Coqueirinho;

- Motivos que os (as) levaram à adesão à associação ou ao trabalho autogestionário;
- Benefícios do trabalho realizado;
- Diferenças do trabalho autogestionário em relação ao trabalho assalariado;
- Mudanças decorrentes da adoção desta forma alternativa de trabalho;
- Dificuldades enfrentadas no trabalho;
- Capacidade de reprodução da vida gerada pelo trabalho;
- Imagem de si mesmo construída a partir da adoção do trabalho autogestionário;
- Expectativas em relação ao trabalho;
- Conceito de Economia Solidária;
- Crença no poder transformador da Economia Solidária;

É importante ressaltar que as perguntas foram adaptadas a uma linguagem mais simplificada de modo a garantir o entendimento das questões pelos entrevistados que puderam se recusar a responder qualquer uma delas, no momento das entrevistas.

Já a observação participante é um método cujo objetivo é obter uma visão mais ampla, mais detalhada e mais completa de um determinado fenômeno ou circunstância bem como das reflexões que os atores sociais fazem sobre estes. Através da inserção naturalística no dia a dia dos sujeitos pesquisados, a observação participante destina-se a investigar as normas e os valores que baseiam essas práticas cotidianas, no entanto, sendo consciente de sua interferência nesta própria prática.

O pesquisador participa de uma maneira especial, enquanto as pessoas da comunidade fazem o que costumam fazer a cada dia, a menos que as incomode tanto ser observadas que decidam mudar de atividade e dedicar seu tempo para observar e interrogar o observador. (MONTERO, 2006, p. 204).

Este método foi, então, fundamental para esta pesquisa, uma vez que permitiu uma descrição detalhada da prática social, captando seus processos interativos e os consequentes processos de produção e interpretação que pressupõem. Além disso, permite identificar os aspectos discursivos do problema em questão dialeticamente relacionados aos outros momentos de forma imediata, o que dota de riqueza os elementos disponíveis para a análise. Apesar de voltar-se para o processo social particular, o método etnográfico não o concebe isoladamente de uma totalidade maior que o configura e é configurada por ele.

Ao todo, foram realizadas duas visitas ao Assentamento Coqueirinho, cada uma de duração de um final de semana; chegávamos sábado pela manhã e saíamos domingo à noite. Optamos por conviver durante certo tempo com as famílias, no intuito de podermos melhor

realizar observações participantes, compreender o modo de vida da comunidade, seus códigos linguísticos e os valores que orientam suas práticas sociais. Ficamos hospedados em um dos chalés que a associação dispõe e fazíamos refeições na casa das próprias famílias ou no restaurante comunitário. As visitas foram registradas tanto através de diários de campo como por meio de registros visuais, quando consentidos pelos sujeitos de pesquisa. As transcrições das entrevistas bem como os diários de campo foram analisados sob a ótica da Análise Crítica de Discurso e as análises articuladas com conceitos desenvolvidos pela Nova Sociologia do Capitalismo. As estratégias de análise serão mais bem discutidas posteriormente. Partiremos, agora, para a descrição do grupo pesquisado.

3.2 Apresentação do Assentamento Coqueirinho e da associação ACOOPAC

O Assentamento Coqueirinho localiza-se na área de sertão-praia do município de Fortim, que se situa no litoral leste do Estado do Ceará, a cerca de 140 km de Fortaleza. Esse município tem uma área geográfica de 280,18 km², uma população de 14.075 habitantes e foi emancipado no ano de 1992. Suas principais atividades econômicas, tanto na zona rural, como na zona costeira, são a pesca (em decadência), a agricultura e o turismo (IPECE, 2006).

Até o ano de 2006, em decorrência do II Plano Nacional de Reforma Agrária, desenvolvido pelo primeiro Governo Lula, o Estado do Ceará recebeu um total de 332 projetos de assentamentos até março de 2006. Deste total, o município de Fortim abriga, apenas, o Assentamento Coqueirinho que compreende uma área total de 1.473 hectares, tendo sido construído três anos após a emancipação do município. Segundo informações do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, a fazenda Coqueirinho, por ser considerada improdutiva (a área era utilizada pelo proprietário anterior para funcionamento de um haras), foi desapropriada pelo Governo Federal, por intermédio do INCRA, em julho do ano de 1995. (INCRA, 2006).

Com a criação do Assentamento Coqueirinho, foram assentadas 29 famílias. No entanto, atualmente, o assentamento é composto por 60 famílias cadastradas que se distribuem em três associações: a Associação Cooperativista do Projeto Assentamento Coqueirinho (ACOOPAC); a Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho (APIAC); e a Associação dos Parceiros do Assentamento Coqueirinho (APAC). Segundo relato dos trabalhadores, o assentamento foi desapropriado por duas frentes de luta a Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores de Aracati. Logo após a desapropriação, o

assentamento foi ocupado por três grupos de famílias provenientes do Pedregal, uma comunidade urbana do município de Aracati; de uma fazenda particular de produção de caju, onde exerciam a função de meeiros; e do município de Mombaça, no Sertão Central. Para que os assentados recebam os benefícios ligados à Reforma Agrária – que são habitação, compra de insumos agrícolas e de ferramentas de trabalho – o INCRA exige que as famílias se organizem em associações. No início, existia, apenas, a ACOOPAC. No entanto, por divergências em relação aos modos de trabalho, às formas de organização e à divisão dos lucros, foram sendo criadas as demais associações. Atualmente, somente a ACOOPAC adota formas de trabalho coletivas que se enquadram nos termos da Economia Solidária. Trata-se de uma associação inserida em forte rede de apoio tanto ligada a organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, como a instituições estatais. Além disso, não tem somente a agricultura como atividade produtiva, mas também desenvolvem trabalhos relacionados ao turismo comunitário, à produção de artesanatos e à cultura. Por esse motivo, esta associação foi escolhida como público-alvo desta investigação.

Apesar de a terra ser considerada improdutiva, a ACOOPAC desenvolveu um sistema de mandalas¹⁴ que permite o cultivo de hortas orgânicas e o desenvolvimento de bancos de sementes. Somando-se a isso, os associados articulam a Bodega¹⁵ (Rede Socioeconômica Solidária de Produtores Rurais) e, desde o ano 2000, desenvolvem a atividade de turismo comunitário, sendo integrante da Rede de Turismo Comunitário – Rede Tucum. A associação conta com alguns chalés onde recebem toda sorte de pessoas, desde interessados a estudiosos ou ainda aqueles que intentam desfrutar da tranquilidade do campo. Possuem, ainda, um restaurante comunitário que serve comidas orgânicas produzidas no próprio assentamento e o Núcleo de Audiovisual do Coqueirinho (NUAC) gerido, sobretudo, pelos jovens associados à ACOOPAC, que:

[...] foi implantado por um convênio com o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (Incra), Banco do Nordeste (BNB) e a Organização Não Governamental (ONG) Encine, da cidade de Fortaleza. Com um recurso de 21 mil reais, os jovens compraram equipamentos e custearam as oficinas. Hoje, o Núcleo

¹⁴ Mandala trata-se de uma forma de produção que mescla o cultivo de peixes, a criação de bichos de cercado (galinha, pato, peru, porco) e agricultura. A mesma água do tanque em que os peixes são criados serve para que os bichos bebam e para aguar as plantas. Os excrementos dos bichos servem de adubo para as plantas que, por sua vez, servem de comida para os bichos.

¹⁵ A Bodega consiste numa importante rede de comercialização solidária, no Ceará, fundada em 2004 com a assistência técnica da Cáritas Brasileira Regional Ceará. Esta rede reúne empreendimentos coletivos solidários nos territórios e entornos de Fortaleza, Aracati, Tianguá e Limoeiro do Norte. Atualmente, constitui-se por 50 grupos produtivos cujas atividades são horta orgânica, quintal produtivo, criação de pequenos animais, cultivo do mel, confecção de artesanatos, beneficiamento de frutas, entre outras atividades.

funciona em uma sede improvisada em um dos chalés construídos pela comunidade para receber turistas¹⁶.

Vê-se, com isso, que existe uma intensa conexão desta associação em redes e também uma forte articulação desta com órgãos de fomento governamentais e não governamentais. O lucro de todas essas atividades produtivas é dividido entre os associados que trabalharem em cada “projeto” (nome com o qual designam cada atividade produtiva e que é significativo para efeito de nossa análise).

3.3 Estratégias de análise

Ao definir os três tipos de texto através dos quais o significado do discurso pode se estabelecer, Fairclough (2003) afirma que gêneros, estilos e discursos são modos relativamente estáveis de agir, de ser e de representar, respectivamente. Além disso, possibilitam uma relação entre texto e os demais elementos da prática social. A análise de discurso, para o autor, consiste justamente em estabelecer relações entre o texto e o contexto social, utilizando a prática social como categoria intermediária. Dessa forma, a análise do discurso ocorre ora voltada para as ordens de discursos (estruturas) ora voltada para os aspectos mais textuais (interação). Voltar-se para as ordens de discurso significa analisar de que forma essas constroem os textos produzidos em interação. Da mesma forma, voltar-se para a interação significa preocupar-se com o poder de realização dos textos produzidos em interações no que concerne à transformação dessas estruturas.

Em termos de análise, Fairclough propõe categorias que orientam a abordagem dos significados acional, representacional e identificacional nos textos. Na realização da análise do discurso de trabalhadores de empreendimentos coletivos solidários, utilizamo-nos das categorias de “intertextualidade” e “negociação das diferenças” para a abordagem do significado acional. No que concerne ao significado representacional, valemo-nos da categoria “representação de atores sociais” e, por fim, em relação ao significado identificacional, lançamos mão das categorias de “avaliação ou presunção valorativa”, de “modalidade” e de “metáfora”.

A ideia de intertextualidade é retirada da filosofia dialética da linguagem de Bakhtin. Fairclough e Chouliaraki (1999) aceitam a ideia de que existe uma relação dialética entre ações discursivas (agência) e permanências discursivas (estruturas), diferentemente da

¹⁶ Trecho retirado de matéria publicada no site <<http://www.ondajovem.com.br/noticias/audiovisual-leva-conhecimento-e-cultura-a-jovens-de-assentamento-no-ceara>>, no dia 27/05/2011.

maioria das teorizações sobre a linguagem que têm enfatizado somente um dos aspectos dessa relação (estruturalismos x interacionismos), como se elas fossem inconciliáveis. A partir disso, “reconhece a linguagem como sistema estável e como produtiva apenas em conexão com certas práticas e com certos objetivos teóricos.” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 49). O autor concorda com Bakhtin, quando este afirma que todo o discurso é dialógico, porque sempre é uma resposta ou uma antecipação a outros discursos, e, além disso, possui uma dialogicidade interna, na medida em que é formatado a partir de outros discursos disponíveis.

Essa dialogicidade interna é uma forma de ‘hibridização’. É nela que reside o poder de transformação social do discurso, pois novos discursos, formados a partir de outros, podem oferecer resistência a determinadas estratégias de dominação. O próprio processo de interpretação dos discursos é uma forma de hibridização entre o texto propriamente dito e os discursos de que se vale o sujeito para entendê-lo. No entanto, essa capacidade de agência e de abertura é limitada, uma vez que os discursos mantêm amarras (que podem ser mais firmes ou mais frouxas) com eventos anteriores e com determinadas prospecções. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999).

Esta categoria torna-se interessante para o estudo do discurso dos trabalhadores, por se tratar da combinação da voz de quem se pronuncia com outras vozes que lhe são articuladas. (RESENDE; RAMALHO, 2006). Além disso, permite identificar a relação entre essas vozes, se de discordância ou de cooperação. As construções discursivas podem variar, ainda, entre esses dois extremos, dependendo da sua forma de organização linguística. Dessa maneira, essa categoria nos permite investigar o grau de aproximação ou de tensão entre os discursos de trabalhadores solidários e regimes de justificação dominantes.

Outra estratégia de investigação do significado acional de textos são as formas de negociação da diferença. Fairclough (2003) afirma que essas negociações podem ocorrer através da disputa entre representações, ou seja, através de construções discursivas que enaltecem ou que deslegitimam determinadas formas de ser e de agir. O autor estabelece cinco cenários de negociação da diferença: a) abertura, aceitação e reconhecimento da diferença, uma exploração da diferença; b) uma acentuação da diferença, conflito, polêmica, uma luta sobre o significado, normas, poder; c) uma tentativa de resolver ou superar a diferença; d) A diferença é posta entre parênteses, como foco na solidariedade e na semelhança; e) consenso, normalização e aceitação das diferenças de poder, suprimindo diferenças de significado e norma. (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Os trabalhadores entrevistados se constroem de modo a se diferenciarem dos trabalhadores autônomos individuais ou dos assalariados. Utilizam-se de formas de representação díspares de si e dos “outros”, sendo a primeira enaltecida em detrimento da segunda. Através da análise da negociação de diferenças pudemos perceber também que os padrões de comparação utilizados aproximam-se da noção de “grande” do novo espírito do capitalismo.

Em relação à representação de atores sociais nos textos, podemos afirmar que a maneira como são representados “podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades”. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 72). Dessa maneira, os trabalhadores podem se representar de forma ativa ou passiva, podem atribuir agência a processos sociais ou a instituições, personificando-os ou autonomizando-os (para usar o vocabulário de Fairclough). Com isso, respectivamente, eximem-se ou assumem determinada responsabilidade, quando assim convier; concedem o estatuto de verdade para seus argumentos; e simplificam o funcionamento complexo institucional, no sentido de legitimar suas reivindicações ou de cobrar ações não realizadas.

Em se tratando das categorias que lançam luz sobre os aspectos identificacionais do texto, utilizamos as avaliações ou presunções valorativas que se referem ao estabelecimento, no discurso, do que é ou não válido, bom ou legítimo bem como a sua intensidade. As avaliações são afirmações mais explícitas e assumidas no discurso e as presunções valorativas são assertivas implícitas, tácitas, daquilo que está presumido no texto. A categoria modalidade que nos permite compreender o grau de identificação do sujeito com determinado discursos, ou seja, o grau de comprometimento do enunciador com o discurso enunciado. Essas categorias nos possibilitam compreender de que forma os trabalhadores de ES constroem-se discursivamente, com que discursos se alinham, a que discursos se contrapõem e que consequências esses processos têm, se de reprodução ou de transformação social. (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Ainda valemo-nos da identificação das metáforas utilizadas pelos trabalhadores. Resende e Ramalho (2006) afirmam que: “a metáfora não é uma questão meramente linguística ou lexical, ao contrário, o pensamento humano é largamente metafórico e a metáfora só é possível como expressão linguística, porque existe no sistema conceitual humano.” (p. 86). Dessa forma, o uso de determinadas metáforas e não de outras, por trabalhadores solidários, podem indicar formas determinadas de construção de si, do mundo e das interações entre os sujeitos.

Após a realização da análise, a partir das categorias descritas, empreendemos as argumentações que respondem à nossa pergunta de partida. Orientamo-nos por três hipóteses principais. A primeira diz respeito à correspondência entre o discurso da ES com a crítica ao segundo espírito do capitalismo, uma vez que seu discurso constitui-se por argumentos partidários às críticas estética e social desenvolvidas tanto pelos movimentos operários do século XIX, como pelos movimentos sociais da década de 1960. A segunda diz respeito à aproximação do discurso de trabalhadores de ES às novas ideologias que tem justificado o novo espírito do capitalismo e a terceira consiste no entendimento da ES como uma estratégia governamental de controle social, uma vez que engendram um sentimento de empoderamento no trabalhador solidário que cessa sua motivação para a crítica. A relação entre essas hipóteses e os argumentos utilizados está resumida no quadro abaixo:

Quadro 4 – Relação entre as hipóteses de trabalho e os argumentos

Hipóteses	1ª Hipótese	2ª Hipótese	3ª Hipótese
	ES como crítica ao 2º espírito do capitalismo	ES e a cidade por projetos	ES como estratégia de governo das subjetividades
Argumentos	<p>1) Aproximação com a crítica estética: posiciona-se contra a opressão do trabalho assalariado, reivindica a ética no trabalho, visa à politização dos trabalhadores;</p> <p>2) Aproximação com a crítica social: posiciona-se contra a exploração do trabalho assalariado, contra o individualismo e o egoísmo que geram desigualdades sociais.</p> <p>3) Ineficiência da crítica: não resolve o problema das desigualdades sociais; não gera total autonomia; e não reconhece as novas determinações do capitalismo.</p>	<p>1) Responde às necessidades de estímulo, justiça e segurança;</p> <p>2) Tem a “atividade” como princípio de equivalência;</p> <p>3) “O grande” é o sujeito flexível, envolvido em projetos, ético, atento às necessidades dos outros, etc.;</p> <p>4) Funciona em redes (conexionismo) e tem o “projeto” como fundamento.</p>	<p>1) A inculcação dos modos de ser do grande tem efeitos de dominação;</p> <p>2) Forja um empoderamento dos sujeitos, uma sensação de bem-estar, concede certa autonomia financeira;</p> <p>3) No entanto, não garante direitos sociais, o sujeito permanece dependente das redes, desenvolve um trabalho precário, não separação entre trabalho e vida privada.</p>

Fonte: Próprio autor

4 ANALISANDO O DISCURSO DE TRABALHADORES SOLIDÁRIOS

Para a compreensão desta análise é necessário levarmos em consideração o fato de que os significados acional, representacional e identificacional não são isolados, eles se relacionam dialeticamente, de modo que a divisão entre eles ocorre por um intuito analítico. Dessa maneira:

[...] pode-se afirmar que discursos (significado representacional) são concretizados em gêneros (significado acional) e inculcados em estilos (significado identificacional), e que ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) são representados em discursos. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 89).

Dessa forma, os pontos de análise não foram escolhidos à luz dessa divisão e, sim, considerando os temas mais recorrentes nos discursos dos trabalhadores. Os trechos foram escolhidos por serem representativos dos temas e as análises foram feitas a partir da articulação entre os significados.

4.1 “Nós” x INCRA

Um tema muito presente no discurso dos trabalhadores solidários do Assentamento Coqueirinho é a relação entre a ACOOPAC e o INCRA. Vale ressaltar, de antemão, que pelo fato de o INCRA ser a instituição governamental que está mais proximamente relacionada a esses trabalhadores, ele é posicionado como representante do Estado, como a instância à qual se deve recorrer para reivindicar direitos sociais e à qual se opor quando esses são negados. Exibimos, a seguir, dois trechos do discurso de um dos associados acerca deste tema¹⁷:

TRECHO 1:

ASSOCIADO 1 – Sim, gente, manter a história é importante, mas aqui foi dezessete anos de luta (enfaticamente), o próprio INCRA já deu as costas para a gente. Hoje está dizendo que nós somos modelo, porque nós passemos por cima, não baixemos a cabeça e corremos atrás. Hoje, graças a Deus, a gente chega lá para reunião é bem recebido.

TRECHO 2:

PESQUISADORA – Como era no começo essa relação ente o INCRA e o Coqueirinho?

ASSOCIADO 1 – Foi meio cruel né, porque você tem que brigar. Brigar por assistência técnica, brigar por... né, tudo foi mais difícil. Mas como nós começamos a andar com as nossas pernas, encaremos, brigamos... fecharam as portas para a gente porque não aceitavam esse negócio de turismo... mas depois que botamos para a frente, chamamos os parceiros da gente do INCRA para a inauguração, aí foi que... Hoje, graças a Deus teve uma mudança que J., uma pessoa muito legal (incompreendido) que é superintendente do INCRA. A gente batalhou para ele ficar como superintendente. É um cara consciente, ele sabe que o INCRA tem suas... seus erros, suas mazelas,

¹⁷ Os informantes foram designados pelo nome “ASSOCIADO” seguido de uma numeração. Ao todo, foram seis entrevistados.

mas ele é um cara que não quer deixar o INCRA se acabar né, porque pelo Governo do Estado e Federal o INCRA já tinha sido eliminado.

PESQUISADORA – Quais são os principais erros do INCRA?

ASSOCIADO 1 – Porque assim, a questão do INCRA, é a questão burocrática né. Mas é porque tem um pessoal velho no INCRA, um pessoal muito antigo, aí tá, sabe... O ano passado, na reunião do INCRA que foi aqui... passa o ano todinho sem aparecer no assentamento, a reunião que vem, a gente pensando que vem alguma novidade, alguma coisa, chega, manda é ajeitar cadastro, ajeitar num sei o que... e o que é sério mesmo não acontece que é a questão da reforma, assistência técnica que não pode faltar, a questão desses créditos para a reforma de casa, a questão de conseguir projeto para a questão do semi-árido, a questão das mandalas. Isso não acontece... é aquela coisa só mesmo... bota aquela ruma de funcionário recebendo seu salariozinho... nós estamos o que, o projeto da trilha, tem quatro anos que está engavetado e esse projeto não sai... Aí o que a gente faz, a gente não fica... De primeiro, a gente ia muito para lá, agora não, o nosso trabalho, a gente começa fazendo o nosso trabalho aqui certinho e começa a ser divulgado né. Mas enquanto não sai de lá de dentro do INCRA meu irmão, aí é...só que agora a gente deixou de estar falando, mas estamos fazendo na prática, aí hoje nós somos assentamento modelo, por que? Porque nós partimos, fomos buscar...porque o INCRA fechou as portas para a gente. Nós estávamos com o INCRA de portas fechadas, mas os italiano veio e apostaram.

ASSOCIADO 1 –. Aí, agora, com nosso trabalho como guia de turismo, trabalhando, todo mundo se dedicando, nós não perde tempo com isso. Se as pessoas tiver tempo tudo bem, mas se não tiver, a gente vai levando, a gente tem o nosso conhecimento. Hoje, se eu chegar no Governo do Estado: “rapaz, a associação ACOOPAC hoje ganhou dez mandalas, hoje, a associação assume sem precisar de técnico. A gente já sabe fazer o trabalho, já tem a mão de obra aqui dentro, já sabe tudo. Quer dizer, aí se você for esperar as coisas lá do INCRA, você fica parado. [...] Aí quando nós começamos a trabalhar com o negócio do turismo, aí que fechou mais as porta. “Não, porque tem que trabalhar é com a pecuária, trabalhar com a agricultura, não sei quê, não é para trabalhar com turismo”. “Ai, é?”. Nós fomos quebrar a cabeça com o INCRA? Não. Nós fomos fazer as parcerias certa e botamos o negócio para frente e hoje eles chama nós de assentamento modelo, por que? Porque ninguém foi esperar pela boa vontade deles e está discutindo e está perdendo tempo invadindo o INCRA lá. Se qualquer assentado da APIAC e qualquer dessas outra associação entrar dentro na nossa área, aí a gente.... Vamos lá, não precisa de INCRA, não precisa de ninguém. Vamos lá na associação e: “Olhe, fulano, fulano e fulano... mexeram...” Aí, isso aqui, todo mundo tem seu respeito. Ninguém vai no mato da APIAC, ninguém num, sabe, nós respeita seu espaço.

Percebemos que este trecho prefigura formas de representação tanto do INCRA quanto da própria associação ou do grupo de trabalhadores que apontam para determinada relação entre essas duas instâncias e para determinadas consequências sociais. No que concerne à representação do INCRA, notamos, de início, uma estratégia de personalização da instituição que tem como consequência o posicionamento desta como um ator social, isto é, a instituição é construída discursivamente como se fosse um indivíduo que age e que toma decisões. Isso é refletido no discurso através da subjetivação do termo INCRA, ou seja, o termo é colocado diversas vezes como sujeito das orações. Além disso, ao termo são atribuídas ações características de um sujeito como “fechar as portas”, “virar as costas”, “dizer”. Essa personificação do INCRA tem o efeito de simplificar os processos complexos de tomada de

decisões institucionais, fazendo-se pensar que a aprovação ou não de determinadas medidas podem ocorrer por efeito da “vontade” do órgão, assim como se daria caso fosse uma pessoa. Por outro lado, essa estratégia discursiva permite que os trabalhadores culpem o órgão ou reiviniquem seus direitos a ele, também como se fosse um indivíduo. Isso pode ter o efeito de diminuir a efetividade dos protestos, uma vez que esses não são destinados a sujeitos que, de fato, possam tomar decisões e, sim, a uma entidade abstrata. Essa entidade abstrata é, ainda, caracterizada como “alguém” descompromissado, burocrático, que “vira as costas” e “fecha as portas”. Essas duas últimas metáforas apontam para o descaso da instituição com a questão dos assentamentos, uma vez que, segundo o associado, levam mais em consideração as papeladas e cadastros do que questões “sérias”, para eles, como a concessão de crédito e de assistência técnica.

Em relação à representação dos próprios associados, o entrevistado utiliza elementos linguísticos que apontam para a noção de grupo, de equipe, como “nós”, “a gente”, “a ACOOPAC”, “a associação”. Esse grupo, por sua vez, é construído de forma ativa, uma vez que é posto constantemente na posição de sujeito das orações. São ainda protagonistas de ações consideradas louváveis por eles como “passar por cima”, “não baixar a cabeça”, “correr atrás”, “brigar”, “lutar” tanto pelos seus direitos como para garantir a sobrevivência e compensar a ausência do Estado. Essas construções sugerem a necessidade de ação desses trabalhadores, ação esta que não pode cessar, que tem de ser contínua; aponta para a necessidade de não desistir, de perseverar. No entanto, esse tipo de ação parece ser voltada muito mais para garantir a reprodução da vida do que para reivindicar soluções que modifiquem a sua condição de pobreza. Em seu discurso, não se pode esperar pelo INCRA, não se pode “quebrar a cabeça” com o INCRA, ou seja, não se pode aguardar a iniciativa e a prontidão da instituição governamental. A luta social é entendida, então, como “perda de tempo”. Visto isso, resolvem seus próprios problemas se conectando, buscando parcerias certas, aderindo ao modelo de projetos que, por sua vez, é construído como uma forma de vida melhor. Afirmam que não precisam do Estado, nem mesmo para a solução de conflitos por terra entre as próprias associações, pois, eles mesmos têm a capacidade de resolver através da negociação pacífica, do respeito e do diálogo.

Frente à ineficiência do Estado, os trabalhadores solidários se obrigam a dar conta de suas vidas autonomamente. Para isso, desenvolvem estratégias que podemos aproximar de algumas características da “cidade por projetos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). O primeiro paralelo que podemos estabelecer é a adoção da atividade como princípio norteador

das condutas. O associado defende a necessidade de não esmorecer, de não parar de lutar em nenhum momento. O sentido da palavra “lutar” pode ser aproximado à noção de atividade, pois quando o trabalhador a usa, ele se refere a diversas formas de atuação como buscar parcerias, conseguir projetos, trabalhar, articular-se. Dessa forma, a “luta” não consiste, apenas, em reivindicar direitos, nem em trabalhar, ela se refere a um conjunto de atividades oriundas de diversos domínios, remuneradas ou não, mas que garantem a sobrevivência destes trabalhadores num mercado dito solidário. Noutro sentido, essas ações são próximas àquelas características do “grande” da cidade por projetos, quais sejam, a capacidade de conectar-se, de cooperar, de estabelecer laços e de ser ativo, além da capacidade de gerenciar conflitos, de ser ético e amigável.

Analisando as relações estabelecidas entre esses dois atores sociais representados segundo a forma descrita, podemos afirmar que a forma de ser e de agir adotadas pelos trabalhadores para compensar a ausência do Estado fez com que ganhassem um reconhecimento perverso do INCRA. O entrevistado afirma ironicamente que, após o êxito atingido através do esforço dos próprios trabalhadores e da ausência de apoio do INCRA, agora, a instituição os parabeniza e os elege “assentamento modelo”. Isso aponta para o fato de que o Estado faz apologia a essa autonomia, a essa não dependência, à responsabilização e à organização dos indivíduos para a superação da sua própria condição de precariedade. Vemos que o que é considerado “modelo” pelo Estado é aquele que resolve os próprios problemas, os que não dependem dele. Além disso, apesar de o informante construir discursivamente o trabalhador solidário ou a associação de que faz parte como independente do Estado em vários pontos, isso é posto em xeque quando se posiciona contra o fechamento do INCRA e quando afirma que precisa dos subsídios oferecidos por este órgão. A relação com o INCRA é, então, construída de modo ambivalente, uma vez que oscila entre dependência e independência. Essas reflexões nos fazem identificar o surgimento de um discurso híbrido, formado, intertextualmente, por um discurso de luta, de reivindicação por direitos e de crítica ao Estado, característico de movimentos sociais, de partidos de esquerda e de sindicatos e por um discurso em consonância com o novo espírito do capitalismo.

4.2 “Nós” x “Eles”

Outro tema recorrente no discurso dos trabalhadores solidários entrevistados é a comparação entre a associação de que fazem parte e os “outros” e “eles”. O uso do pronome

“eles” é constantemente utilizado para se referir tanto às outras associações, aos trabalhadores que optam pelo assalariamento ou às atividades produtivas reconhecidamente capitalistas com as quais não se identificam. Essa distinção é construída discursivamente através de uma estratégia que Fairclough (2003) denominou de negociação das diferenças. Dentre os cenários de negociação que o autor propôs, percebemos que a diferenciação construída entre os trabalhadores e os outros se trata de uma forma híbrida entre o cenário onde ocorre a acentuação das diferenças através de conflitos, polêmicas, lutas por significado e poder e o cenário em que ocorre uma tentativa de resolver ou superar a diferença. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores solidários constroem-se de forma mais digna do que “eles”, possuem a vontade e a esperança de que “eles” se convençam disso e mudem naturalmente de lado. Objetivam ganhar uma luta de poder, mas de forma pacífica e consentida pelos próprios adversários. Esses aspectos tornam-se evidentes no discurso dos trabalhadores, quando esses comparam o tipo de turismo que realizam com o turismo tradicional ou quando comparam o modo de funcionamento da ACOOPAC com as outras associações:

TRECHO 3:

PESQUISADORA – E como é o fluxo de gente?

ASSOCIADA 2 – Assim, o nosso fluxo é muito diferenciado. Primeiro que nós não somos do turismo tradicional, somos um turismo diferenciado. Outra, nós não queremos o turista que venha usufruir de outros tipos como o tradicional. Nós queremos o turista que possa estar trabalhando com nós e até dando sugestões, não é? Diferenciadas né, que tenha né o mesmo ritmo que a gente trabalha né. [...] E não esse turista que vem só explorar sexualmente.

[...]

ASSOCIADA 2 – Nós só recebemos aquilo que nós aguentamos. E assim o nosso turista é mais estudante né, de faculdade, de colégio...esse é o nosso turista...e agricultores e famílias... Acontece mais aqui é encontros né, encontros. E quando o chalé não cabe todo mundo, porque são poucos, a gente distribui nas casas de família.

[...]

ASSOCIADA 2 – Nós fazemos um turismo comunitário. [...] Hoje nós temos duas associações... das duas que foram criadas, das outras duas associações, justamente por isso...na ACOOPAC, muita gente acha que existem quatro associações porque a gente vive se matando, brigando...não, é uma questão de ideias...né, quer dizer, na nossa associação, na ACOOPAC, nós criamos um regime interno, e foi todo mundo da associação que criou essa lei, uma assembleia geral, de nós não desmatar o meio ambiente. E depois eles mesmos quebraram esse acordo que nós fizemos. Então eles com raiva né, ficaram constrangidos e criaram a nova associação, porque queriam trabalhar só. A gente trata de trabalhar o meio ambiente porque a gente sabe da importância que tem para nós e queremos preservar isso e tem famílias que não liga para isso, sabe. Quer é explorar mesmo, quer desmatar, é vender madeira, quer sobreviver do meio ambiente...e a gente não aceita né. [...] É aquela questão de famílias que quer é o dinheiro né. Eu acho que eles não sabem sobreviver sem o dinheiro. Eu sei que a gente precisa do dinheiro para sobreviver, mas o dinheiro não é tudo na vida da gente.

Neste trecho a negociação de diferenças ocorre entre “nós” (trabalhadores solidários) e “eles” (as outras associações) cujas atitudes são comparadas ao do turismo exploratório que, também é posicionado como “eles”. Os integrantes das outras associações são representados como aqueles que quebraram as regras estabelecidas pelo grupo, portanto, não são merecedores de confiança. Esses mesmos sujeitos são aqueles que “querem trabalhar só”, isto é, sem visão efetivamente “solidária” e a partir de interesses e decisões coletivas, e que “não se preocupam com o ambiente”, ou seja, são individualistas, egoístas, não pensam no bem comum. Essas noções são construídas discursivamente através dos recursos de avaliação e de presunções valorativas, pois, além de afirmar de forma explícita com que atitudes e comportamentos seu grupo não se alinha, presume que estas mesmas atitudes e comportamentos adotados por “eles” são característicos de formas capitalistas de produção. Isso fica claro, também, quando associam a este modo de produção o interesse pelo dinheiro, a decisão por trabalhar sozinho e a necessidade de vender insumos naturais proibidos. Afirma que “eles” “querem explorar”, “querem desmatar”, “querem vender madeira”, “querem ganhar dinheiro”. Parecem, então, presumir que as outras associações são partidárias de atividades produtivas capitalistas, mais especificamente daquelas cujos valores se aproximam do segundo espírito do capitalismo como o individualismo, a exploração e a sede pelo lucro, tanto que aproxima as atitudes das outras associações do turismo exploratório e deixam claro que não é este tipo de turismo que desenvolvem.

Em contrapartida, a informante representa o seu grupo, ou seja, “nós” de forma contrária aos outros grupos. Afirma, de forma, veemente, o que o grupo é, com que discursos concordam e não concordam, com quem querem estabelecer parcerias ou não, que turismo querem realizar e que tipo de turismo precisam combater. Dessa forma, quando afirmam que seu público-alvo são universitários, famílias e quando optam pela realização de eventos acadêmicos ou ligados aos próprios movimentos sociais, sugerem que suas opções são mais dignas e mais condizentes com o que configura propriamente uma ES do que as dos outros grupos. Além disso, essa opção pode indicar uma filiação com grupos que tradicionalmente representam um pensamento de crítica ao capitalismo, mas também pode apontar para uma dependência deste público, uma vez que os serviços oferecidos não constituem um sistema de compra e venda comum e acessível, pois para usufruir desses serviços é necessária uma afiliação com determinados ideais que possibilitam uma escolha “consciente” em vez de “irracional”.

A associada continua representando o trabalho desenvolvido pelo seu grupo como “comunitário”, ou seja, destinado a todos e realizado por todos em prol da comunidade. A entrevistada reforça essa ideia de uniformidade de pensamento dentro do grupo quando afirma que as decisões são tomadas “por todo mundo” e de forma democrática, pois realizadas através de assembleias. Isso se dá discursivamente através de uma estratégia que Fairclough (2003) denominou de “polarização” que se trata de uma forma de modalização que aponta para um total comprometimento do sujeito com o enunciado ou para um total afastamento. Dessa forma, percebe-se que a trabalhadora insinua que todos se comprometem com o mesmo discurso, ou seja, todos concordam com a não exploração do ambiente, com o fato de as decisões serem tomadas coletivamente, com o fato de que o trabalho não pode visar apenas ao lucro, etc.. No entanto, apesar de se contraporem a práticas que não correspondem a esse discurso, atribuem a si uma postura pacífica afirmando que não “vivem se matando” ou “brigando” com as outras associações, pois suas divergências são, apenas, no âmbito das ideias, construindo uma autoimagem diplomática digna de apreço.

Percebe-se, então, com isso, que a negociação de diferenças engendrada por esse trecho se dá adotando como parâmetro uma noção de “grande” próxima à do novo espírito do capitalismo. Isto é, a associada constrói seu grupo como “grande”, pois preserva, coopera, é confiável, cumpre os acordos do grupo, é ético e não visa somente ao lucro. Em contrapartida, “eles” são construídos como “pequenos”, pois exploram, preocupam-se com o dinheiro, são individualistas, quebram acordos e não cooperam.

Nos trechos 4 e 5, outros trabalhadores ressaltam outras características que também correspondem à ideia de “grande” da “cidade por projetos”. Vejamos:

TRECHO 4:

PESQUISADORA – O senhor acha que a associação de vocês é mais organizada?

ASSOCIADO 3 – É, assim, em termos, aqui dentro, sim. Lá fora, a gente busca sempre mais, é uma das associações que busca sempre estar reivindicando os projetos. Enquanto as outras, os presidentes param no ar. Tem umas que já buscaram também, porque quando vem recurso do governo federal, que vem através do INCRA, todas são beneficiadas porque essa entidade ela não busca por associação, ela busca por assentado, então, aí, vem para todo mundo. Mas a gente também busca outros recursos por outras entidades, entidade não governamental, entidade do próprio Estado, através... para poder vir isso para os assentados que estão ligados àquela associação para que eles se beneficiem daquele projeto.

O “grande” é construído como o indivíduo que “busca sempre mais”, busca por “projetos”, busca inserir-se em redes de apoio formadas por empresas governamentais e não governamentais. Já o “pequeno” é aquele que “para no ar”, ou seja, aquele que não

é ativo, que não se integra, cujo grau de cooperação e cuja capacidade de estabelecer conexões são baixos.

No trecho a seguir, essa visão é complementada pelo posicionamento dos trabalhadores solidários como seres éticos:

TRECHO 5:

PESQUISADORA – E há alguma fiscalização do INCRA?

ASSOCIADO 1– É muito complicado porque... é sério, porque eles não agilizam, o negócio não agiliza, o negócio não...as outras associações, como são individuais, tira madeira, vende madeira, que é proibido. O INCRA, nós já fizemos a denúncia, sabe disso, mas não vem, fazer nada, não vem fiscalizar não. Então, eu, com a minha consciência, que não posso vender madeira, pois minha associação não permite, está no estatuto e tal. Nós fizemos meio para nós. Não somos da ACOOPAC? Nós fazemos meio para nós. Olhe nenhum assentado pode tirar madeira para vender, então pronto. Isso, não é da ACOOPAC? Nós aceitamos. Então nós fecha o olhos e vamos fazer o quê? Vamos pedir a demarcação do nosso terreno, da nossa área. Hoje a ACOOPAC sabe onde é essas quatro fronteira.

Aqui o fundamento utilizado para a negociação das diferenças é a ética. O “grande” é aquele que respeita a natureza, que cumpre as leis, que denuncia o que não é legal, que conserva a confiança do grupo a que pertence por agir de acordo com as regras estabelecidas. Já o “pequeno” é o que se comporta de forma contrária. É interessante perceber que o informante estabelece, ainda, uma relação de causa e efeito entre o trabalho individual e a realização de atos ilegais, como o contrabando de madeira. Isso parece indicar que o grupo considerado “eles” são homogeneizados como os que são adeptos ao capitalismo, cujas atitudes são funestas, causam danos ao bem comum, são injustos e amorais. Esse posicionamento é tributário do pensamento característico da crítica ao segundo espírito do capitalismo, no entanto, a ES não se constitui como uma crítica eficaz. Por um lado, por não conseguir se impor como modo de produção mais justo, mais autônomo e mais liberto do que os empreendimentos nos moldes capitalistas e, por outro, por assumir características que hoje fazem parte da ordem social vigente.

4.3 Economia Solidária como crítica ineficiente

Nesta subseção da análise, destacaremos os discursos que nos levam a afirmar que a ES, apesar de alinhar-se com a crítica oriunda de movimentos sociais, de sindicatos, de partidos de esquerda que reivindicam liberdade, justiça social e autonomia, distanciam-se desses ideais, ao produzirem práticas discursivas contaminadas com matrizes mais próximas do novo espírito do capitalismo. Mesmo que seus representantes afirmem que esse tipo de atividade produtiva é mais justo do que o capitalismo, que ele promove a emancipação social e econômica dos trabalhadores, identificamos, nos discursos analisados, divergências a esse pensamento.

Sugerimos, em análises anteriores, que o discurso da ES pode ser considerado uma forma híbrida entre um discurso da crítica e um discurso filiado à cidade por projetos. Quando abordamos a relação da ES com os movimentos sociais, percebemos hibridismos parecidos. Nos discursos dos trabalhadores em questão, isto aparece quando comentam sobre a relação da ACOOPAC com o Sindicato dos Trabalhadores do Aracati e com o Movimento dos Sem Terra. Afirma que este sindicato foi uma das principais frentes de luta para que o assentamento Coqueirinho fosse criado. No entanto, atualmente, não existem fortes relações entre este e a associação. Quando mencionam as relações com o Movimento Sem Terra – MST, afirmam o seguinte:

TRECHO 6:

ASSOCIADO 1 – Eu não faço parte do movimento, nós aqui não fazemos parte do movimento...agora assim, quando o movimento assim...principalmente por briga por assistência técnica, quando INCRA...ele nunca deu o direito de assistência técnica...aí para ir atrás de assistência no assentamento e das cestas básicas...aí o movimento ia fechar a Bezerra de Menezes, ocupar o INCRA, aí eles mandavam o convite para cá, a gente tirava duas três pessoas, aí ia participar...porque também não achava justo eles brigar por uma coisa, saber que ia chegar na nossa mão a benfeitoria, sem nós ir...sempre que eles mandavam o convite a gente ia. Nós já fizemos parceria com eles aqui, já vieram para cá, mas nós não somos filiados. Porque quem é filiado ao movimento, você passa uma comissão, de cada recurso que você recebe você paga uma comissão, uma taxa que é para o movimento se manter. Como a gente não é filiado, a gente participa mas não tem esse vínculo com o MST não.

A gente já estava com o apoio do pessoal da Cáritas mesmo e ninguém se envolveu no movimento. [...] aí não fiquemos afiliados ao movimento, mas fiquemos a receber os convites, qualquer coisa que eles fossem, podia chamar.

Utilizamos os recursos analíticos ligados à modalidade e à intertextualidade, para abordarmos esse trecho. Percebemos que o informante oscila entre uma identificação e um distanciamento ao MST. Ele afirma que apoia o “movimento” em suas reivindicações cujo êxito pode vir também a beneficiá-lo, como, por exemplo, a cobrança direcionada ao INCRA por assistência técnica e por cestas básicas. No entanto, não se filiam ao

“movimento”, pois possuem apoio de outras entidades como a Cáritas. Discutimos, anteriormente, que os trabalhadores constroem uma relação ambígua com o Estado que ora é de independência e ora é de dependência, no entanto, demonstram, de certo modo, vontade de serem completamente independentes de órgãos governamentais, uma vez que as reivindicações são representadas como um processo difícil e penoso. A oscilação entre identificar-se ou não com o MST presente neste trecho nos remete à reflexão semelhante. Dessa forma, identificar-se completamente com os ideais do MST, filiando-se ao movimento, adotando seu modo de funcionamento e seu modelo de reivindicação pode remeter a ACOOPAC a uma posição de maior dependência do Estado (representado pela figura do INCRA), situação esta que os associados parecem querer evitar. Aqui, a espera por soluções estatais, conduta que o associado atribui ao MST, é vista como menos louvável do que a adoção de uma postura mais proativa na resolução dos problemas, a luta social, como visto antes, é entendida como perda de tempo. No entanto, a ACOOPAC não pode prescindir do apoio do INCRA, pois precisa dos subsídios desta instituição e, sendo assim, sentem a obrigação de apoiar o MST em reivindicações que se aproximam de uma crítica social, pois cobram a intervenção do Estado para que haja uma maior justiça social. Dessa forma, identificam-se parcialmente com o MST.

A intertextualidade presente no discurso deste associado ocorre, mais uma vez, entre um discurso ligado a movimentos sociais e um discurso que visa à responsabilização pelos próprios problemas, mais próximo do novo espírito do capitalismo. Essa análise nos leva, também, a perceber que a situação de dependência que os trabalhadores solidários têm de incentivos governamentais, mesmo que a contragosto, reflete o insucesso de empreendimentos coletivos solidários em garantir segurança para seus trabalhadores. Outros trechos dos discursos dos trabalhadores confirmam essa afirmação:

TRECHO 7:

ASSOCIADA 2 – Assim, não é só do turismo que o assentamento vive. O assentamento vive de... tem as pessoas que são aposentadas, tem as pessoas que trabalham no colégio né, que é do município, umas concursada e outras contratada. É tem... uns que trabalham com os projeto...esses projeto vem fortalecer um pouco a economia né, a economia solidária, né.

TRECHO 8:

PESQUISADORA – A senhora faz parte da associação?

ASSOCIADA 4 – Eu fazia, mas depois que eu me aposentei, aí eu saí. Mas aí quem faz parte é o meu marido que, ele mesmo, é o assentado. [...] Aí assim tem ele da associação e tem minhas menina. Porque elas tem que está na associação, porque o que entrar aqui de benefício, de curso, se não tiver na associação, não participa.[...] É importante, né, porque se não for a associação, nada

entra para cá, só entra tudo através da associação. Aí é importante, porque, sem ela, nada vai para frente.

PESQUISADORA – E os cosméticos? A senhora ainda faz esse trabalho?

ASSOCIADA 4 – Eu... essa parte, eu trabalho nos produto, mas essa parte mesmo, quem cuida é F. Mas eu acho que eles deixaram, não sei se ele ainda continua porque a renda desses produtos é muito pouca, porque a gente só vende, assim, mais os produtos quando vem turista praí, aí a gente vende. Não dá, pra ser sincera, não dá...

TRECHO 9:

PESQUISADORA – E como é o dia-a-dia do senhor, na lida, nas coisas...?

ASSOCIADO 5 – Rapaz, nós aqui, nós viemos para cá para trabalhar em agricultura né, só que a agricultura, ultimamente não está dando....por causa do inverno, né, nós dependemos do inverno, né, e o inverno está fraco. Agora, atualmente, eu trabalhando desse serviço de funcionário público, funcionário ali do colégio...arrumei aí meio expediente...[...] É melhor sabe porque é o seguinte, quando você trabalha para o patrão você é obrigado, mas você tem os direitos né. Por exemplo, eu estou aqui no colégio, mas meu dinheiro é lá. Graças a Deus que a mulher ganhou né, senão eu ainda estava atrás de trabalho. Mas a prefeita ganhou, a atual e eu ainda estou lá, mas se tivesse perdido eu estava fora, porque eu não sou concursado. Porque só fica fixo aqui quem é concursado né. Quem não é, perdeu a politiquinha, está fora, cada um vai cuidar do seu.

PESQUISADORA – Então, o emprego assalariado, ele tem suas vantagens?

ASSOCIADO 5 – Tem por causa dos seus direitos né. Deus defenda você sofrer um acidente, você ficar encostado, ele paga né, você recebe suas conta bem direitim. [...] E aqui para viver de conta própria não dá não. Quem disser que dá está mentindo. Aqui não tem como você se manter sem trabalhar fora não.[...] Porque tem casa que já tem os idoso e recebe né. Mas quem não tem aposentaria aqui, nem tem por fora, veve porque veve, mas não é bem não, porque não tem nem o que comer, porque o custo de vida está caro né.

Percebe-se desta forma que o trabalho solidário é importante, sobretudo, porque complementa a renda dos trabalhadores, no entanto, não é capaz de, sozinho, garantir sua sobrevivência. Além disso, segundo o discurso da Associada 4, a motivação para a adesão à associação deve-se ao fato de esta ser representada como a porta de entrada para os projetos. Não existe, porém, uma identificação política e, sim, muito mais econômica. Ela afirma “se não for a associação, nada entra para cá, só entra tudo através da associação”.

Além disso, segundo o discurso do Associado 5, que se constitui como um contrassenso aos demais discursos, além de não ser possível sobreviver, apenas, do trabalho solidário, o trabalho assalariado é representado como sendo mais seguro do que formas associativas de produção. Isto porque confere os direitos sociais do trabalhador, como a aposentadoria e a proteção contra acidentes, sugerindo que o trabalho solidário não é capaz de propiciar tais garantias.

Outro ponto que confere força ao argumento de que a ES empreende uma crítica ineficiente é o fato de este tipo de trabalho forjar uma liberdade e uma autonomia

ilusória. Veremos, a seguir, que os trabalhadores dependem, além de outros trabalhos, como visto nesta subseção, das redes de trocas e de parcerias. Por outro lado, o trabalho coletivo, mais horizontalizado, a posse de suas casas, do seu terreno e dos meios de produção empoderam o trabalhador solidário que passa a se sentir como um ser autônomo, que conduz as rédeas de sua vida, que pode fazer “aquilo que quer”. O próximo tópico trata dessas questões.

4.4 A ACOOPAC e a cidade por projetos

Nas análises anteriores, percebemos que a semiose das práticas sociais de ES podem ser consideradas em consonância com o novo espírito do capitalismo. Percebemos que as “grandezas” utilizadas como padrão de comparação entre os indivíduos são características que sugerem a agência dos sujeitos, sua capacidade de estar sempre ativo, “lutando”; bem como sua habilidade de negociação, sua preocupação com os outros, sua capacidade de cooperação, dentre outras. Nas análises seguintes, ressaltamos outras formas de aproximação entre o discurso da ES e o novo espírito do capitalismo. O primeiro ponto destacado são as formas de deslegitimação do espírito anterior. Os trabalhadores rechaçam práticas que se assemelhem ao segundo espírito do capitalismo, como o emprego assalariado, o individualismo e a exploração e constroem a sua prática econômica solidária como vantajosa em relação ao primeiro ou como uma alternativa frente às formas heterogestionárias de produção. Em seguida, destacamos a inserção da ACOOPAC numa intensa rede de apoio (conexionismo), seu funcionamento por projetos, sua forma ética de trabalho e a capacidade desse tipo de empreendimento de gerar entusiasmo aos seus trabalhadores.

Contextualizando o trecho a seguir, o entrevistado está estabelecendo a diferença entre o turismo realizado em Coqueirinho e o turismo que ele denomina de “tradicional”. Percebe-se novamente uma negociação das diferenças, de modo a construir o turismo “comunitário” como algo mais justo e mais digno e o turismo “tradicional”, como algo funesto, predatório e egoísta. Percebemos que o último é aproximado aos pressupostos do capitalismo, através de presunção valorativa. Mesmo não afirmando categoricamente neste trecho, o associado desautoriza essa forma tradicional de fazer turismo, que, segundo ele, visa somente ao lucro de poucos, não é ético e tem consequências desastrosas.

TRECHO 10:

ASSOCIADO 1 - Isso, se você conseguir no meio de cem turistas, atrair dez, já é vantagem para gente. Por que vantagem para gente? Porque nós, também, vamos crescer de acordo com a nossa

demanda, porque não adianta também a gente querer crescer, entendeu, sem organização, não adianta. Porque se você colocar na internet, tem que dizer: “aqui no Coqueirinho, a gente recebe cinquenta pessoas confortavelmente”. Então, não adianta eu querer receber duzentas se não tem como hospedar, quer dizer... para eu crescer, eu vou crescendo aos poucos. Trago os cinquenta turistas, consciente e tal, eles vão pagar o preço justo e eu aumentando, respeitando todo mundo que está envolvido, a comunidade... O maior cuidado que a gente tem na Rede Tucum é esse... “Por que vocês não divulgam mais, por que...”. “Calma! Não é questão de não divulgar é questão de saber dá um passo de cada vez”. E hoje, eu acho, tenho toda certeza hoje que a Rede Tucum, em questão de divulgação já está tão longe...longe, longe mesmo que as comunidades hoje, se chegasse essa demanda que é oferecida. Muita comunidade ficava sem receber porque não tem nem como. Não tem estrutura ainda, porque é um trabalho de formiguinha, sabe [...]

Como mencionado, a diferença é estabelecida através da exaltação das características éticas do turismo “comunitário” e da presunção de que um turismo “tradicional” possui características contrárias ao primeiro. Esse trabalho comunitário é construído como humilde, pois se guia em função da demanda; como “consciente”, pois reconhece a capacidade dos seus serviços; como aquele que “respeita todo mundo” e que “tem o maior cuidado” com o seu turista. O entrevistado presume que as características dessa forma de trabalho se diferenciam daquelas nos moldes capitalistas que seriam mais predatórias, menos respeitadas, menos conscientes e menos pacientes também. Para reforçar isso, o associado utiliza a metáfora da “formiga”, afirma que seu trabalho é “trabalho de formiguinha”. Parece sugerir, com isso, que um coletivo de pessoas funcionando de forma harmônica pode construir grandes obras, grandes feitos, mesmo que leve muito tempo. O uso da palavra no diminutivo aponta para o reconhecimento de que as consequências dos trabalhos do grupo podem aparentar não ser de grande monta e que se trata de um trabalho difícil, no entanto, é algo possível. Outra metáfora utilizada e que marca o mesmo sentido é a ideia de “dar um passo de cada vez”, também indicando a necessidade de paciência, de cuidado e de precaução.

O mesmo entrevistado segue comparando o trabalho nos moldes capitalistas ao trabalho desenvolvido pela ACOOPAC. Dessa vez, ressaltando a injustiça característica do primeiro.

TRECHO 11:

ASSOCIADO 1 – Hoje, as próprias embarcações só entram quando a maré está cheia, porque quando está seco você encalha no rio, isso tudo foi impacto ambiental da carnicultura. É uma produção que poucas pessoas enricam com isso, um grupo enrica com isso... a elite enrica com isso...emprego é só fachada, não tem emprego...hoje, eu soube que em Aracati a turma que trabalha com camarão está toda desempregada.[...] É emprego braçal, né, aquele de raceador, que vai dá de comer... limpeza de viveiro...isso é braçal, ganha um salário mínimo né...aquele que tem um curso como engenheiro de pesca, esse ganha um pouco mais, porque vai tomar de conta...a maioria desses cabras que vem com o diploma nem da região é, vem de fora... porque da própria cidade você não encontra, vem de fora mesmo né...no começo, em Aracati vinha japonês, porque ninguém era capacitado....só braçal né, o peão tem, mas profissional mesmo vem de fora...depois que o pessoal

foi estudando e tal...hoje, você conta nos dedos, os profissionais mesmo que fez o curso e hoje trabalha nessas empresas aí. Mas é um emprego que não vale nada....quem perde mesmo, primeiro, é o meio ambiente, segundo, é o trabalhador, que não ganha um terço do que é produzido, não ganha nada...porque um salário mínimo em cima de uma produção de camarão que vai para fora, não é nada. Eu passei dois anos e meio trabalhando numa empresa dessa. O patrão lá, num viveiro de camarão que ele tirava, ele comprava uma casa nova. Só num viveiro.

A atuação de grandes empresas na área de carcinicultura é representada como algo que traz consequências ruins para o meio ambiente e prejuízos para a comunidade local, uma vez que não gera empregos para a diminuição da desigualdade. De forma contrária, contribui para essa desigualdade, uma vez que traz profissionais de fora para ocupar os postos de emprego de maior hierarquia, relegando à população local postos de ganhos inferiores. Essa desigualdade se reflete no discurso do trabalhador na seguinte frase: “o peão tem, mas profissional mesmo vem de fora”. O trabalhador local é retratado como “peão”, ou seja, como um trabalhador de qualidade inferior, que não tem formação para trabalhos “superiores”, que compõe massa de manobra, que é explorado, humilhado e que é destinado a trabalhos braçais. Já o trabalhador “que vem de fora” é o “profissional”, sugerindo aquele que tem mais conhecimento e que, por isso, é mais bem remunerado, mais bem tratado. Por fim, o entrevistado se utiliza de uma estratégia discursiva de identificação total com o seu argumento, uma vez que afirma já ter trabalhado em uma dessas empresas, ou seja, seu argumento torna-se válido, uma vez que, ele próprio, já experienciou essa situação de exploração.

Em contrapartida a essa situação de desemprego, de exploração e de injustiça gerada por formas de trabalho assalariadas, os trabalhadores solidários aderem ao trabalho nos moldes da ES. Vimos que, apesar de essas formas de trabalho serem construídas como mais justas, mais gratificantes e mais dignas, as motivações para adesão a ela são menos políticas do que econômicas. As pessoas migram para esse modelo produtivo, uma vez que se encontram sem alternativas de trabalho frente a uma situação de desemprego ou de pobreza. Além disso, a adoção dessas formas produtivas coletivas, cooperativas e autogeridas pode ser funcional às reestruturações do capitalismo, uma vez que se constitui numa forma de absorção de críticas que emergiram nas décadas de 80 e 90 em resposta à situação de desemprego e precarização do trabalho. A ES absorve, de certa forma, esses desempregados gerando-lhes uma sensação ilusória de bem estar, de autonomia e de liberdade, diminuindo suas necessidades de reivindicação e maquiando as desigualdades sociais geradas por esse tipo de modelo econômico e societário. As análises a seguir nos mostram, ainda, que essas atividades

econômicas coletivas caracterizam-se por funcionar nos moldes da ordem de discurso hegemônica atual ou novo espírito do capitalismo. Vejamos, os trechos que ilustram isso:

TRECHO 14:

ASSOCIADA 2 – Não, a gente elabora um projeto né. O projeto de mandala foi uma elaboração aqui do Governo Federal e Estadual. A Cáritas foi um dos órgãos das entidades que ajudou mais a nós.

PESQUISADORA – De que outras instituições não governamentais vocês tem apoio?

ASSOCIADA 2 – Hoje é a Caiçara né, que é a Tremembé, ONGs do turismo, né, do recurso do turismo nós conseguimos através deles. E tem...a, o Amigo da Prainha que hoje nós conseguimos o Plano (*não compreendido*) para cinco famílias, que o das pequena que é através do Terra Mar. A gente tem algumas entidades não governamentais que trabalha com a gente né. Aí tem as governamentais que a gente vai (*falha na gravação*). Aí tem esse projeto, da Copa né, que é, nós elaboramos, o Governo Federal elaborou um edital, soltou um edital e a gente concorreu a esse edital e ganhamos no Estado do Ceará sobre a questão de produção né, de trabalhos...fomos nós, o Estado do Ceará. Esse fomos nós que concorremos.

Para Boltanski e Chiapello (2009), o regime de justificação do novo espírito do capitalismo, ou a cidade por projetos, caracteriza-se pela ideia do conexãoismo: uma organização social baseada na ideia de rede, em que as atividades profissionais não são mais fixas nem estáveis e, sim, desempenhadas a partir de uma série de encontros e conexões temporárias que não dependem mais da distância nem das diferenças culturais, sociais e econômicas. O trecho anterior ilustra o funcionamento reticular da associação pesquisada, fazendo com que esta se aproxime da cidade por projetos. A rede de apoio da ACOOPAC é ampla e heterogênea, uma vez que é formada por instituições governamentais e não governamentais que atuam em esferas diversas. Os trabalhadores representam essa intensa conexão como algo bem vindo, importante para a manutenção da associação e para o complemento de renda das famílias. No entanto, o funcionamento em redes contradiz a ideia de autonomia que os trabalhadores julgam ter, uma vez que apontam para uma forma complexa de dependência dessa rede. Podemos inferir da análise do discurso que, sem o apoio de todas essas organizações, Coqueirinho não seria um assentamento modelo, como julga o INCRA.

Além da ideia de conexão, a ACOOPAC organiza-se sob o modelo de diversos projetos, conseguidos através dessa rede de apoio descrita acima.

O projeto é precisamente um amontoado de conexões ativas capazes de dar origem a formas, ou seja, dar existência a objetos e sujeitos, estabilizando e tomando irreversíveis os laços. Portanto, é um *bolsão de acumulação* temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo conexões. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 135).

O trecho a seguir é interessante para percebermos essa organização da ACOOPAC por projetos:

TRECHO 12:

PESQUISADORA – Quais são esses projetos?

ASSOCIADA 2 – A gente tem o projeto do turismo né, que é restaurante que fazemos, aqui, chalé. Esse projeto de turismo trabalha três família aqui, três mulheres. Lá no chalé trabalha são quatro mulheres hoje né. Aí nós temos um grupo, um projeto que nós criamos. Nós fomos a busca, né, nós não criamos. Para ajudar os jovens do assentamento né. Hoje eles tem um grupo de jovens que trabalha com audiovisual.[...] Eles trabalham dando cobertura para os aniversários. Hoje, eles estão no Fortim, porque esse ano nós conseguimos fazer uma sede para eles. E vocês, mais tarde, vão conhecer. Aí tem o projeto de cosmético, que é outro grupo, duas famílias que trabalham com esse projeto. Sabonete líquido, sabonete em barra, todos os produtos são daqui. Aí tem um grupo que trabalha com apicultura. Então esses projetos, assim, a agricultura familiar vem se fortalecendo porque a gente vive da agricultura, mas não só da agricultura, esses projeto vem enrijecer, vem somar, a gente conseguir estar dentro do assentamento né.[...] Aí tem outras famílias que trabalham com mandala.[...] Mas a gente luta por isso para que outras famílias tenham acesso a isso e também, através disso, vem a consciência das pessoas. Trabalhar em grupo, trabalhar coletivamente que é para poder produzir as coisas e produzir melhor, com responsabilidade, certo.

Os trabalhadores desenvolvem inúmeros projetos que são conduzidos por grupos menores formados por integrantes da associação. Desenvolvem, além da atividade agrícola, produção de artesanatos, de cosméticos naturais, de animais, de audiovisual; e realizam o turismo comunitário que consiste na hospedagem, alimentação e lazer de pessoas vindas de fora. Percebemos que a criação de novos projetos depende da rede de conexão citada anteriormente, no entanto, a manutenção e renovação deles é resultado da “luta” dos trabalhadores. Ao final do trecho, a associada afirma que os projetos constituem-se em um dos grandes motivos que fazem com que as pessoas continuem associadas à ACOOPAC. Dessa forma, há uma tendência a aumentar o número de projetos para o beneficiamento de mais pessoas da comunidade. Essa atitude constitui uma espécie de ética que permeia o discurso dos trabalhadores que aponta para uma constante receptividade a novos integrantes da ACOOPAC, para a crença de que através da política do bom exemplo e do respeito podem atrair adeptos à sua forma de funcionamento. Tanto os trabalhadores assalariados quanto os que são das outras associações, ao observarem os benefícios e as vantagens que os associados da ACOOPAC possuem, irão, automaticamente, convencer-se de que o trabalho coletivo é mais viável.

TRECHO 13:

ASSOCIADO 1 - Você vê aqui no Coqueirinho, é um grupo de dez a quatorze famílias que está envolvido, o resto não está envolvido diretamente. E a gente ainda é criticado, é chamado de grupinho, é chamado de não sei o quê... E isso, você tem que escutar, tem que saber entender... Eu tenho minha vizinha, aqui, a R., ela não quer se envolver com o turismo, mas eu tenho que respeitar a opinião dela, porque querendo ou não, ela é minha vizinha, minha companheira e eu tenho que

trabalhar respeitando ela. No dia em que ela notar que está dando certo, aí ela vem se encostar. Por isso, a gente diz que o nosso turismo aqui, os braços estão abertos. No dia que o cara notar, vem... com qualquer atividade que ela tiver... é por isso que tem que ser passo a passo.

No trecho anterior, o associado posiciona-se de forma compreensiva e respeitadora frente à recusa de uma das assentadas a envolver-se com o projeto de turismo. Ele afirma que há a necessidade de ser paciente em relação à decisão das pessoas, pois mais cedo ou mais tarde, elas irão “conscientizar-se” de que a adesão ao trabalho coletivo é melhor. Ao afirmar isso, o trabalhador presume a adesão ao trabalho comunitário como algo natural e necessário, basta continuar lutando, trabalhando, que logo as pessoas farão adesão a essa forma de trabalho. Além disso, prescreve a necessidade de que a associação esteja de “braços abertos” para recebê-las, marcando novamente uma postura ética.

Além de funcionar de forma ética, os empreendimentos coletivos solidários devem ser estimulantes para seus integrantes. Devem conferir uma sensação de bem estar e de autorrealização para que as pessoas continuem optando por essa forma de trabalho. A seguir, vemos um exemplo dessa motivação proporcionada pelo engajamento na associação:

TRECHO 15:

ASSOCIADA 2 – A gente se sente, assim, muito importante, por uma coisa, a gente se sente referência para o mundo, para pessoas que veem o assentamento como experiência, de pessoas quem vem para o assentamento buscar o modo de entender, para que possa passar para a mente de outras pessoas e poder viver aqui. Por exemplo, nós vive organizado em associação buscando, tendo relacionamento com entidades governamentais ou não governamental, para buscar isso para nós. Então, as pessoas visam ver o assentamento como exemplo para o seu modo de viver, para o seu modo de onde ela está, do seu lugar, para ver o horizonte que às vezes lá, onde eles estão, e não vê. Mas ele vem buscar conhecimento para poder crescer também lá do mesmo modo.

A associada relata o quanto é gratificante fazer parte da ACOOPAC, uma vez que esta é eleita por diversas pessoas como fonte de inspiração. Esse reconhecimento externo tem como consequência uma forma de empoderamento do trabalhador solidário, pois este passa a se reconhecer como sujeito de valor, como alguém que está apto a ensinar as outras pessoas, cujo modo de vida é superior e merece ser adotado pelos outros. Nos próximos trechos encontramos outras formas de empoderamento dos trabalhadores que dizem respeito ao direito ao crédito e à sensação de autonomia gerada pela ausência de patrão, pela posse da terra e dos meios de produção e pela oportunidade de gerir o próprio trabalho.

TRECHO 19:

ASSOCIADO 1 –. Agora, nós, já recebemos um contrato já, frente e verso com o número do banco, como se tivesse fazendo um investimento... Com esse contrato, já podemos ir no banco já, fazer qualquer tipo de empréstimo, dizendo que eu sou assentado da Reforma Agrária, que eu tenho uma garantia de chão para trabalhar e investir no chão, né, entendeu?

Da mesma forma que servir de inspiração para outras pessoas promove autoestima nesses trabalhadores, o direito ao crédito concedido pela condição de assentado¹⁸ também o faz. Dessa afirmação, podemos inferir que, antes de ser associado, este trabalhador, provavelmente, não tinha acesso a crédito, uma vez que não poderia oferecer garantias ao banco. Isso é encarado, também, como um reconhecimento social que gera orgulho de ser assentado, orgulho de ter a terra como garantia de que é capaz de ressarcir aquela quantia ao banco. Isso é percebido discursivamente através de recursos de modalidade, quando o associado se identifica totalmente com a condição de assentado e de ter uma garantia de trabalho.

TRECHO 20:

PESQUISADORA – Qual a diferença que o senhor percebe de trabalhar para o patrão ou aqui.

ASSOCIADO 3 – A diferença é que, quando a gente trabalha para o patrão, o que a gente arrecada é praticamente, só o dinheiro, é justamente o sustento que a gente tira para a família. Mas, quando a gente trabalha para a gente, tudo o que a gente trabalha para si, tudo aquilo é seu, né... Então, há uma diferença muito grande. Além do recurso que você pode estar aderindo do produto, você também está cuidando do que é seu. É diferente de quem está cuidando do que é dos outros, que tudo se torna para os outros. Então o dinheiro é coisa que vai.... que vem e volta, vai embora mesmo, se acaba, mas quando você cuida de uma coisa sua, aquilo ali é sua, a vida toda. [...] Aquilo ali é, eternamente seu, ninguém toma, ninguém tira, porque é seu. Você está construindo e os poucos que você vai fazendo, por pouco que você faça, você está fazendo para si. Então, você está, a cada dia, formando um patrimônio seu, que é de ninguém. [...] É melhor do que a terra para um dono só. Porque quando é um dono só ele manda, desmanda, bota quem ele quer e aí a renda se torna só dele, porque tudo o que ele produz é só dele e aqui, tudo o que a gente produz é nosso. Se a gente construiu uma terra acolá e construiu junto, toda a produção é rateada por igual para cada um, então, isso é renda distribuída.

Aqui, percebe-se que o trabalhador faz uma diferenciação entre trabalhar para si e trabalhar “para o patrão”. A primeira diferença que levanta é que o trabalho assalariado é infrutífero, uma vez que seu lucro é destinado, apenas, para o proprietário e não permite que o trabalhador construa nada para si. Afirma, ainda, que o dinheiro proveniente desse trabalho é efêmero “vem e volta, vai embora mesmo, se acaba” não sendo capaz, assim, de oferecer garantias para o trabalhador. O associado sugere assim a alienação da força de trabalho pelos donos dos meios de produção característico do capitalismo e constrói essa apropriação como algo injusto. Em contrapartida, posiciona o trabalho coletivo como algo mais digno, uma vez que ele permite a construção de coisas para si mesmo e para o grupo, sendo melhor do que o trabalho “para um dono só”. Assim, o trabalho coletivo é visto como algo bom para o bem comum, pois permite a “renda distribuída” e por consequência, o indivíduo que adere a essa

¹⁸ Como afirmado anteriormente, para ser assentado e receber assistência técnica e incentivos à produção, o INCRA exige que os trabalhadores se associem. Desse modo, a condição de assentado está intimamente relacionada com a condição de associado.

forma de trabalho tem mais grandeza do que aquele que trabalha para si mesmo ou para outra pessoa.

Destacamos, no início da análise, que a divisão entre significado acional, identificacional e representacional é meramente didática. No entanto, procuramos focalizar de que forma regimes de justificação dominantes são incorporados nas formas de ser, de agir e de representar de trabalhadores de ES, de maneira a contribuir para as recentes transformações do capitalismo. Dessa forma, focalizamos na interação entre esses três significados no sentido de identificar de que forma discursos conformam identidades, como determinadas formas de ser são ressaltadas ou constrangidas discursivamente e que efeitos esses processos podem ter na prática social e na reprodução ou transformação de ordens sociais vigentes.

De início, levantamos três hipóteses que serão discutidas à luz dos dados na seção seguinte.

5 ECONOMIA SOLIDÁRIA, O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO DAS SUBJETIVIDADES – RESPONDENDO HIPÓTESES DE TRABALHO

Como dito anteriormente, os empreendimentos que hoje compõem a chamada ES surgem maciçamente por ocasião da reestruturação do capital ocorrida a partir da década de 1980 no Brasil, apesar de que se tem conhecimento de cooperativas em território brasileiro desde o século XIX, como parte da economia informal que resulta da incapacidade do capitalismo de gerar uma inclusão produtiva total. No entanto, essas formas produtivas funcionaram, de início, apenas como modo de reprodução da vida dos setores empobrecidos da população, concebidas como fenômeno passageiro a ser superado com o desenvolvimento do país. Somente quando ganham certa relevância social, ou seja, quando passam a constituir uma realidade estrutural e permanente na sociedade, essas atividades econômicas populares tornam-se objeto de análise das ciências sociais e humanas e campo de ação para políticas públicas. É a partir da década de 1980 que começam a constituir movimentos sociais e a ganhar a adesão de partidos políticos, de sindicatos, de organizações da sociedade civil, da Cáritas e, mais recentemente, do Estado e de empresas capitalistas. As trocas simbólicas envolvidas nesses espaços – práticas acadêmicas, governamentais, de crítica ao capitalismo – contribuem para a resignificação da função social da ES e passam a constituir as próprias práticas de ES. Essa semiose que integra as práticas econômicas populares é determinante na definição dos conceitos e da posição política da ES. Dependendo do seu contexto de produção podem conferir à ES o status de caminho para a superação do capitalismo ou de suas mazelas como a pobreza e a violência ou podem relegá-la ao mero papel de estratégia paliativa ou mesmo de legitimadora do sistema.

Essa primeira forma de conceber a ES remete a ideais libertários característicos dos movimentos europeus de resistência ao capitalismo. Os autores adeptos dessa visão consideram que, embora inicialmente, a ES funcione apenas como uma atividade de geração de trabalho e renda, permitindo a sobrevivência de parcelas empobrecidas da população, ela tende a evoluir para um novo reordenamento social contrário ao capitalismo. Esse processo transformador seria lento e gradual: os empreendimentos coletivos solidários ocupariam paulatinamente os interstícios do modo de produção capitalista, utilizando-se, a princípio, da competição do mercado com as empresas privadas, mas findaria com a derrocada delas, uma vez que demonstraria sua maior viabilidade econômica e social e seus efeitos emancipadores.

(WELLEN, 2012). A segunda concepção afirma que, de forma contrária, a ES é funcional às reestruturações do capitalismo, dentre outras questões, porque amortece a luta dos trabalhadores, dá conta de forma precária da questão social e responsabiliza os indivíduos por sua condição de pobreza, desconsiderando os aspectos estruturais de produção desta.

À luz dos dados obtidos junto ao Assentamento Coqueirinho, posicionamo-nos mais partidários à segunda concepção sobre a função social da ES. Pensamos que a ineficiência da ES em se constituir enquanto crítica eficaz do sistema capitalista se dá por diversos motivos. Inicialmente, afirmamos que essas formas de atividade produtiva são ineficientes em resolver os problemas oriundos do modo capitalista de produção que são desigualdade social, exploração do trabalho e dominação. A renda gerada pelo trabalho solidário é de pequeno vulto, sendo suficiente, apenas, para garantir a reprodução da vida de parcelas empobrecidas da população (no caso desta investigação, trabalhadores de assentamentos rurais). A existência de trabalho coletivo não impede que a grande máquina de acumulação das grandes corporações e do sistema financeiro continue a funcionar, mantendo-se, assim, a situação de desigualdade. O fato de a ES constituir-se, sobretudo, como uma saída econômica para a mudança e, não, política, contribui para a manutenção desse estado de coisas.

No entanto, os representantes da ES, os movimentos sociais ligados a ela e, mais recentemente, o Governo Federal, insistem em afirmar que o trabalho coletivo, a divisão dos lucros e a propriedade coletiva dos meios de produção é uma solução para a superação da miséria, para a diminuição da violência e, inclusive, para a resolução da última crise do capital. Nesse sentido, diversos incentivos a essas formas de produção foram realizados, como a inclusão da ES como importante estratégia do Programa Brasil Sem Miséria. Esse fomento governamental em prol da ES parece ser travestido de resposta às eternas críticas ao capitalismo empreendidas ao longo dos anos, tanto por movimentos operários do século XIX, como pelos movimentos sociais da década de 60 e, no Brasil, pela insatisfação social frente às medidas neoliberais dos governos pós-ditadura. Os dois últimos governos do Partido dos Trabalhadores, através do lançamento de diversas políticas sociais, como o incentivo à ES, têm anunciado a resolução dessas mazelas insanáveis.

No entanto, como vimos, o atendimento parcial da crítica é uma das mais eficazes formas de reestruturação do capitalismo, pois, ao mesmo tempo em que enfraquece a crítica, mantém o processo de acumulação. Boltanski e Chiapello (2009) demonstraram que, a partir da incorporação das críticas da década de 60, surgiu um novo regime de justificação ao qual denominaram de novo espírito do capitalismo, resultado de uma hibridação entre

reivindicações por justiça social, liberdade e autonomia e o capitalismo neoliberal. O resultado que surge dessa combinação é um capitalismo baseado na flexibilidade, na cooperação, na autonomia dos sujeitos, na ausência de garantias e na exaltação da atividade.

A análise realizada aponta para o fato de que o discurso da ES consiste em uma manifestação dessa hibridação, mais direcionada ao governo de parcelas empobrecidas da população. Percebemos isso, ao associarmos as características do empreendimento estudado à cidade por projetos. Defendemos que as formas de ser, de agir e de representar dos trabalhadores estudados estruturam-se a partir de padrões próximos ao novo espírito do capitalismo, compartilham da mesma noção de grandeza, possuem a atividade como princípio norteador, funcionam de forma conexionista e se organizam através de projetos.

Além disso, a participação em atividades produtivas solidárias gera uma sensação de autonomia, de entusiasmo, de liberdade e de dignidade cujo efeito é tanto a afirmação dessa forma de produção como mais vantajosa do que o emprego formal, como a pacificação das motivações para a crítica desses trabalhadores.

No sentido de aprofundarmos esses apontamentos conclusivos, estabeleceremos relações entre as hipóteses de trabalho levantadas por esta investigação e a análise do discurso dos trabalhadores.

5.1 Discussão da Primeira Hipótese de Trabalho: Economia Solidária como crítica ao segundo espírito do capitalismo.

Discutiremos, neste ponto, a identificação da ES com as críticas ao segundo espírito do capitalismo desempenhadas pelos movimentos operários do século XIX e pelos movimentos sociais da década de 60. Defendemos que um dos motivos que conferem inocuidade à ES é a sua insistência em criticar uma ordem social que não se manifesta mais do mesmo modo que há trinta anos. Além disso, as próprias práticas de ES demonstram não serem capazes de sanar as consequências do capitalismo, nem se mostram como um modo de produção mais viável do que ele, sobretudo em sua última versão que conseguiu dissimular de modo eficaz suas formas de dominação, de exploração e de controle.

Inicialmente, julgamos necessário entendermos as motivações dos defensores da ES para considerá-la uma forma alternativa de produção e de emancipação. Boaventura de Sousa Santos (2012) coordenou um extenso projeto internacional intitulado “Reinventar a emancipação social – para novos manifestos” que resultou em sete publicações, constituídas

por uma compilação de textos tanto teóricos quanto empíricos, produzidos por acadêmicos e por líderes de movimentos sociais, originários de países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Cada livro versa sobre uma das estratégias elencadas pelo autor como necessárias para a construção de uma globalização alternativa, diferente da globalização que se estabeleceu na atualidade. Essa forma de globalização, para ele, é contra-hegemônica, organizada da base para o topo e diz respeito ao conjunto de inúmeras iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos e de redes, lutam contra o neoliberalismo e buscam um mundo mais justo, livre de desigualdades e de guerras. Seria, então, capaz de oferecer novos caminhos para a emancipação social, num mundo em que paira a descrença em alternativas ao capitalismo e cujas utopias não mais oferecem motivação para a ação.

Um dos livros deste projeto, intitulado “Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista”¹⁹, tem como tema principal os modos de produção populares, coletivos e que se pretendem alternativos ao sistema capitalista. Segundo Santos, B. S. (2012), essas formas de produção não se ligam nem ao neoliberalismo capitalista nem ao modelo de economia centralizada socialista, mas constituem outras alternativas que apontam para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas e cuja viabilidade é a capacidade de sobreviver no contexto de domínio do capitalismo. Desta forma, recupera as noções de utopia e de emancipação social. A primeira não diz respeito simplesmente a algo que não existe na realidade, mas, sim, a algo que está contido na própria realidade como possibilidade, pois, para Boaventura “a realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas.” (SANTOS, B. S., 2012, p. 23). A emancipação social seria, então, a ampliação do espectro do possível mediante reflexões e de experimentações em busca de sociedades mais justas:

Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis. (WRIGHT, 1998 *apud* SANTOS, B. S., 2012, p. 25).

O autor acredita numa transformação gradual da economia em formas de produção e consumo não capitalistas, portanto, parece adotar uma visão otimista dessas formas de economia. Além disso, adota a sua perspectiva da hermenêutica das emergências que reforça

¹⁹ Os temas que constituem as demais obras são: democracia participativa, multiculturalismo progressista, justiça e cidadania cultural, defesa da biodiversidade e dos conhecimentos comunitários contra o regime da propriedade intelectual e o novo internacionalismo operário.

as características positivas dessas alternativas a fim de torná-las mais viáveis e críveis, direcionando a sua atitude crítica mais para fortalecer as alternativas do que para diminuí-las.

No entanto, o autor reconhece a fragilidade dessas formas de produção, que não têm a capacidade de substituir o capitalismo de forma imediata, mas podem funcionar como obstáculos, tornar mais difícil sua reprodução e hegemonia. Afirma sair, assim, da dicotomia entre revolução e reforma, ao acreditar que julgar essas alternativas através do critério simplista de avaliá-las quanto à sua radicalidade em relação ao capitalismo não traz benefício social algum, apenas nega a possibilidade de uma transformação gradual que, embora tenha seu nascedouro no seio da economia capitalista, é capaz de gerar efeitos emancipadores. Esses efeitos, para Santos, B. S. (2012), dão-se no nível individual, pois proporcionam a melhoria real das condições de vida dos sujeitos que aderem a ela, e no nível social, pois as experiências bem sucedidas, conseqüentemente, incentivam novos campos alternativos onde imperam formas de organização e de sociabilidade não capitalistas.

Boaventura reconhece o impasse em que a ES se encontra, uma vez que funcionam no seio de economias capitalistas e, portanto, seus empreendimentos precisam ser competitivos e ágeis na tomada de decisões. Isso compromete seus ideais de base, sobretudo os relativos à autonomia e à promoção de justiça social, pois ambas as qualidades implicam dependência e uma situação de desigualdade. No entanto, uma vez que mantém seus pressupostos básicos, tornam-se frágeis e tendem a malograr no mercado. Apesar disso, Santos, B. S. (2012) nota que formas de ES, como o cooperativismo, têm desafiado esse prognóstico pessimista. Ele afirma que, antes de tudo, estar inserido numa economia de mercado não necessariamente implica a reprodução do capitalismo. Parece conceber as duas instâncias como coisas diferentes. Diz que o mercado promove “a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados” (p.36). Além disso, defende que as cooperativas tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, uma vez que seu trabalhador, por participar dos lucros, é mais motivado, e de que não gastam com a supervisão, necessária em empresas capitalistas, para que o trabalhador cumpra seu trabalho e as diretrizes da firma. A cooperativa também estaria apta a melhor competir num mercado volatilizado e flexível, uma vez que este tem exigido um trabalho mais cooperativo e uma autonomia maior do trabalhador. Por fim, pelo fato de os trabalhadores serem também proprietários da cooperativa, há uma diminuição de desigualdades e também a disseminação de benefícios não econômicos para a comunidade ao redor da cooperativa.

Paul Singer (2012) numa visão que concebe a convivência pacífica entre ES e capitalismo, afirma que:

A Economia Solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. (p.86).

Concebe que essa convivência pacífica se origina e se desenvolve pelo fato de que esse sistema, por si mesmo, não inclui todas as pessoas, de modo que nos períodos de crise do capital é quando a ES ganha espaço. No entanto, diz que, logo que os benefícios do trabalho coletivo e solidário tornam-se evidentes, tanto para o trabalhador solidário como para o trabalhador assalariado, a adesão a formas coletivas de produção dão-se naturalmente. Nesse sentido, explica que, no início, o que de fato incentivou a formação de empresas solidárias foram as condições miseráveis a que as reestruturações do capitalismo submetiam grande parte da população que vive do trabalho. Mas, atualmente, o que faz as pessoas aderirem a essa proposta são as suas vantagens em relação ao trabalho assalariado, ou seja, seria o sucesso do movimento de ES.

Por outro lado, Singer (2012) parece ter consciência das dificuldades dessas alternativas produtivas quando reconhece a resistência inicial dos trabalhadores em abrir mão de seus direitos sociais para assumir, em forma de cooperativas, empresas falidas. Para o autor, isso ocorre, porque se trata de algo inédito, arriscado, que não oferece garantias de sucesso. Outros empecilhos seriam a dificuldade dos trabalhadores em assumir a posição de donos da empresa e a carência de conhecimentos sobre gestão empresarial.

No discurso dos trabalhadores solidários do Assentamento Coqueirinho isso se faz claro. A ideia de que a migração de trabalhadores autônomos e assalariados para o trabalho solidário é automática, quando estes percebem as vantagens do último, é fortemente disseminada. Afirmam que essa adesão é resultado de um processo de conscientização gerada pelo exemplo dos próprios associados que não se permitem parar de “lutar” e que estão dispostos a receber “de braços abertos” aqueles que optarem por se inserir no grupo. No entanto, os discursos apontam para o fato de que a opção por se associar à ACOOPAC fundamentam-se, sobretudo, na garantia de receber os benefícios proporcionados pelos projetos. Observamos, também, a existência de associados que preferiam trabalhar como

assalariado, mas escolheram se associar por falta de escolha. Percebemos, com isso, que o interesse econômico não necessariamente evolui para um interesse político.

Por outro lado, não houve a identificação de nenhum discurso que afirmasse que aquela forma de organização e de produção que os trabalhadores desempenhavam tivesse como objetivo a superação do capitalismo. O que ficou mais evidente é que através de práticas solidárias de economia consegue-se sobreviver melhor, sente-se menos explorado, mais livre e mais digno por realizar um trabalho que serve ao bem comum.

Problematizamos também, a afirmação de que os empreendimentos coletivos solidários são mais competitivos no mercado, uma vez que seus trabalhadores são mais motivados por participarem dos lucros, por se autogerirem e por não gastarem recursos com a supervisão de seus trabalhadores. Observamos que essas diferenças são cabíveis quando comparamos a ES com as grandes indústrias, características do segundo espírito do capitalismo. Mas, se traçarmos essa diferenciação com as empresas que tem se organizado nos moldes do novo espírito do capitalismo, parece que não podemos realizar comparação semelhante. Em empresas que se configuram nos moldes da cidade por projetos, os trabalhadores são convidados a participar das decisões e, inclusive, dos lucros; instigados a trabalhar de forma cooperativa, compreensiva e fraterna; e há uma ênfase no autocontrole, descartando a necessidade de gastos com supervisão. Dessa maneira, em circunstâncias atuais, a ES tem se assemelhado, muito mais, a um modelo de organização capitalista do que alternativa. Supomos que, da mesma forma que esses novos modelos de gestão empresariais surgiram em decorrência da incorporação de elementos da crítica, a ES surge da incorporação dessa crítica pelos dois últimos governos, que tem forjado a convivência pacífica entre dois polos opostos por excelência.

Além de não constituir uma crítica voltada para as últimas modificações do capitalismo, a ES não se mostra eficaz, nem mesmo, em relação aos modelos gerenciais do segundo espírito do capitalismo, uma vez que não é capaz de resolver a questão da desigualdade social nem de conferir autonomia e liberdade aos seus trabalhadores, isto é, não respondem de forma eficiente às críticas social e estética direcionadas a ele.

Como nos referimos acima, a crítica estética se diferencia da crítica social porque cada uma se baseia em fontes diferentes de indignação. A primeira volta-se mais para o desencanto, para a inautenticidade e para a opressão das liberdades característicos do mundo burguês capitalista e decorrentes da mercantilização, da racionalização e da padronização da vida. Essa crítica se posiciona contra a dominação e a submissão dos indivíduos para a

geração de lucros ou para o consumo capitalista. A crítica social volta-se mais para os processos de exploração do homem pelo homem, para o individualismo e o egoísmo da classe burguesa, que engendram uma desigualdade sem precedentes num mundo em que se geram cada vez mais riquezas. (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009).

Ambos os tipos de crítica estão envolvidos na ES. Para Santos, B. S. (2012), um empreendimento coletivo solidário, geralmente, surge a partir de iniciativas de movimentos sociais, de sindicatos, de ONGs, de políticas públicas ou de outras instituições alternativas. Percebe-se, então, que a ES geralmente está atrelada a movimentos que tradicionalmente exercem a crítica ao sistema capitalista. O autor afirma, ainda, que o êxito de formas de produção não capitalistas não depende, apenas, de transferência de renda, ou seja, não é somente de ordem econômica; mas seu sucesso ou insucesso geralmente está em função da integração entre transformações culturais, sociais e políticas. Parece, então, que esses empreendimentos tentam articular uma crítica social, no sentido de diminuir as desigualdades e erradicar a pobreza, com uma crítica estética, que pretende recuperar a ética no trabalho, a politização e o posicionamento mais crítico de seus trabalhadores.

Essas noções sobre a ES que a defendem como alternativa ao capitalismo parecem afirmar que a associação entre, por um lado, a coletivização do trabalho, dos meios de produção, da gestão e a divisão equitativa do lucro e, por outro, a solidariedade, a autonomia, a recuperação do valor do trabalho e a reciprocidade, pode superar o sistema capitalista. No entanto, a prática de ES propriamente dita tem mostrado que essas aspirações têm funcionado muito mais como prospecções, ou seja, como aquilo que deveria ser, do que como o que ocorre de fato.

Quijano (2012), ao analisar os diversos casos de economias alternativas apresentados no livro “Produzir para viver”, aponta diversas regularidades que contribuem para que elas não alcancem a superação do capitalismo. Ele diz que as cooperativas em geral, sejam as resultantes de transferência de empresas falidas aos trabalhadores ou as criadas através de incentivos de sindicatos ou organizações não governamentais, têm sucesso somente se estiverem permanentemente recebendo incentivos de sindicatos, de ONGs e do Estado; ou se estiverem vinculadas a movimentos regionais, nacionais ou internacionais; se formarem redes com outras cooperativas; e ainda se estabelecerem relações comerciais e financeiras com o mundo empresarial capitalista. Além disso, percebeu que todas tendem a malograr se seus incentivos forem suspensos e a diminuir seu número de cooperados em situações de crise. Isso aponta para o fato de que, ao contrário do que os mais entusiásticos afirmam, a motivação

principal desses trabalhadores para aderirem a cooperativas não é a consciência crítica ou revolucionária anticapitalista e, sim, a possibilidade de sobrevivência, uma expectativa diferente perante o desemprego.

Nossas análises apontam no mesmo sentido, na medida em que refletem tanto uma condição de dependência da associação pesquisada de suas redes de apoio, como a insuficiência do trabalho solidário para o sustento dos trabalhadores. Vimos que a existência da ACOOPAC condiciona-se pela existência de projetos que só podem ser viabilizados através das parcerias que estabelecem com organizações não governamentais e governamentais. Ressaltamos a condição de dependência dos incentivos do INCRA tanto para a realização da atividade preponderante do assentamento que é a agricultura, como para a reforma das casas e a concessão de assistência técnica. Do mesmo modo, os trabalhadores afirmam que somente o trabalho coletivo não é capaz de garantir a sua sobrevivência. Muitos contam com rendas outras como aposentadoria, trabalhos autônomos, empregos públicos, “bicos”.

Por outro lado, Quijano defende a ideia de que a adoção da solidariedade por um empreendimento não é suficiente para caracterizá-lo como alternativo ou anticapitalista. Não descarta a ideia de que um empreendimento de fato alternativo precise ser solidário, mas não julga isto como uma característica suficiente para tanto. Para o autor:

[...] não basta a presença da solidariedade como código ético do comportamento das pessoas de determinada entidade para que esta possa ter a vitalidade e a viabilidade necessárias para se tornar um modo alternativo de produção tão poderoso, flexível e de comprovada capacidade de adaptação como é o do capital e o do capitalismo. (QUIJANO, 2012, p. 489).

Outro argumento apresentado pelo autor para não considerar alternativo esse tipo de economia é a tendência equivocada para se acreditar que a história da sociedade se divide em pré-capitalismo e capitalismo, implicando que, uma vez que o capitalismo se disseminou no mundo, ele inviabilizou todo e qualquer modo de produção antes existente. No entanto, não foi isso o que ocorreu. Na verdade, o capitalismo constitui-se a partir da articulação entre todos os outros modos de produção sob o domínio do capital e é justamente nisso que reside a sua capacidade de reprodução. Assim como Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que o capitalismo se apropria de crenças compartilhadas socialmente em determinada época para subsistir, ele também tem a capacidade de englobar outras formas produtivas que não somente as baseadas na acumulação e na exploração de mão de obra para continuar se reproduzindo. Deste modo, a proliferação de formas de produção solidárias, baseadas na propriedade

coletiva dos meios de produção e na divisão dos lucros, não necessariamente inviabiliza o capitalismo, uma vez que este pode absorvê-las sem prejuízo de seus fundamentos.

Além disso, a busca por modos de produção alternativos baseia-se numa visão evolucionista-dualista, que pretende desvendar o que virá depois do capital. No entanto, devido às constantes rearticulações do capital e de seu desenvolvimento tecnológico, isto perde um pouco de força, uma vez que este processo envolve a assimilação de muitos aspectos da crítica e parece que o capital se torna cada vez menos interessado e menos capaz de assalariar mão de obra, optando por formas de acumulação mais flexíveis e menos baseadas na franca exploração do trabalhador. Isso faz com que a adesão a formas capitalistas de produção se torne, cada vez mais, consentida. Quijano ainda acrescenta que essas perspectivas atribuem a dominação à exploração e à existência da propriedade privada. Assim sendo, a transformação do modo de produção e a coletivização dos meios de produção e dos lucros acarretariam o fim da dominação. Porém, o autor afirma que a dominação não é necessariamente gerada a partir da exploração, nem da propriedade privada, apesar de que podem contribuir para isso, mas, sim, do controle das subjetividades, da disseminação de justificativas, ou seja, de ideologias que justificam a adesão ao capital. Dessa forma, somente a transformação dos modos de produção não garante a superação de relações de dominação. Para ele, somente a democracia, baseada na igualdade de poder econômico, cultural e educacional não, somente, na igualdade jurídica e política, poderia oferecer um caminho capaz de diminuir a exploração e a dominação.

Já para Boltanski e Chiapello (2009), somente a associação entre crítica estética e crítica social poderia gerar efeitos mais radicais de superação do sistema capitalista e de suas desigualdades. No entanto, vê-se que a ES parece ser incapaz tanto de diminuir as desigualdades e de erradicar, de todo, a pobreza, como de gerar, de fato, uma autonomia, uma superação da opressão. Isto porque a existência de empreendimentos coletivos solidários não interfere nos processos de acumulação de uma elite capitalista e oferece, somente, as mínimas condições de sobrevivência para seus participantes. No mesmo sentido, a dependência de redes, de uma condição de competição no mercado, de incentivos governamentais e do apoio de ONGs, de sindicatos ou de movimentos sociais faz com que esses empreendimentos não se sustentem por si mesmos.

Nessa lógica, podemos discutir a retórica das políticas públicas de fomento à ES e o alcance das medidas que vem sendo adotadas no Brasil nesse campo mais recentemente. Assim, parece que os incentivos ao movimento de ES, como a criação da SENAES e de várias

legislações em prol de formas populares de economia, realizado desde o governo Lula, são uma forma de resposta, mas ao mesmo tempo, de desarticulação da crítica social frente à imensa produção de desemprego e de miséria resultante da última reestruturação do capitalismo. Isto faz parte de um processo mais generalizado de criação de políticas sociais, tais como políticas de transferência e redistribuição de renda, recorrente nos últimos governos. Embora tais políticas façam parte de estratégias de erradicação da miséria, parecem contribuir mais para o controle da pobreza e para a inclusão no mercado das classes antes isentas de poder de compra.

No entanto, essas ações governamentais que são historicamente vinculadas e funcionais ao modelo econômico, precisam ser justificadas e, nesse sentido, precisam oferecer garantias tanto para os indivíduos que aderem às formas de economia populares quanto para o bem comum. Essas garantias tornam-se evidentes no discurso dos trabalhadores de ES, uma vez que se constituem por prescrições a respeito de como esses indivíduos devem se relacionar e de como eles devem ser para constituir um modo de produção que é tido como alternativo ao capitalismo. Essas garantias e prescrições podem ser entendidas à luz do que Boltanski e Chiapello (2009) descrevem como o “novo espírito do capitalismo”. Passaremos, então, a relacionar a ES com a ideologia que vem justificando o capitalismo desde a década de 1970.

5.2 Discussão da segunda hipótese de trabalho: Economia Solidária e a cidade por projetos

O novo espírito do capitalismo, como visto, está vinculado à noção de “cidade por projetos”, um construto que confere inteligibilidade às novas formas de funcionamento da economia capitalista, às suas formas de justiça e às suas prescrições. Utiliza-se da metáfora de “rede”, que remete ao mundo conexionista da sociedade da informação, e de “projeto” que é entendido como uma forma de trabalho descentralizada, dinâmica e que permite a assunção de papéis distintos pelos trabalhadores entre um projeto e outro. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Percebemos que os associados da ACOOPAC valorizam de modo evidente o estabelecimento de redes para a garantia de projetos. Os discursos apontam para o fato de que o trabalho solidário que realizam é fruto dos incentivos proporcionados pelos projetos, adquiridos através da sua rede de apoio. A busca para a difusão da rede também se manifesta

no discurso dos trabalhadores. Eles afirmam que a ampliação das parcerias permite “conseguir mais projetos para agregar mais pessoas”. O sentido que os entrevistados dão à palavra projeto consiste no agrupamento de pessoas em torno de determinada atividade, seja a agricultura, a produção de audiovisual ou o turismo comunitário, o que podemos aproximar à noção de projeto característico do novo espírito do capitalismo.

A cidade por projetos tem como princípio superior comum a atividade que não necessariamente corresponde ao trabalho propriamente dito, mas, sim, a toda e qualquer ação que seja capaz de manter a inserção em redes ou de multiplicar redes. Dessa forma, as atividades podem ser produtivas, educativas, culturais, políticas, domésticas, religiosas, afetivas, dentre outras, desde que possibilite o encontro com muitas pessoas, que coloque os sujeitos em conexão com outros projetos ou que os capacite para tanto. Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que a adoção desse princípio da atividade como determinante das grandezas da cidade por projetos esmaece a fronteira entre trabalho e não trabalho, além de manter os sujeitos sempre engajados, já que os projetos tem duração definida.

O engajamento dos trabalhadores solidários estudados nos diversos projetos sugere que a atividade é adotada como princípio relevante. Além disso, eles geralmente se constroem de forma ativa, como sujeitos de luta, incansáveis, dispostos a travar mais conexões no sentido de incrementar a sua rede de apoio e, assim, ser capaz de engajar outras pessoas em projetos. As atividades que desenvolvem também são diversas, variam desde a “lida” com o próprio roçado, a trabalhar nas terras coletivas, a ocupar determinada posição na associação, a trabalhar nos chalés, no NUAC, na confecção de cosméticos e a desenvolver seu papel político no movimento social de assentados, de ES. Há diversas pessoas que acumulam ainda funções outras como professora, funcionários públicos, outros tipos de prestação de serviços que não necessariamente são nos moldes da ES. Além disso, estão constantemente participando de capacitações promovidas por entidades não governamentais como a Cáritas e governamentais como o INCRA e outros órgãos, articulando-se com outros empreendimentos solidários, recebendo pesquisadores interessados em sua forma de organização, sediando eventos acadêmicos, dentre outras atividades.

Boltanski e Chiapello (2009) conferem aos projetos a característica de provisoriade, contudo, diferentemente do que é valorizado e legitimado na cidade por projetos, os empreendimentos coletivos solidários são caracterizados por atividades duradouras. O que parece manter os trabalhadores engajados, neste aspecto, é muito mais a perspectiva de que a adoção dos valores solidários e de uma forma de funcionamento coletiva pode promover a sua

sobrevivência e melhorar a sua condição social. Por outro lado, percebe-se que os trabalhadores desses empreendimentos aderem não só à atividade produtiva que caracteriza o seu empreendimento, mas também desenvolvem atividades educativas, que lhe permitem adquirir conhecimentos para gerir o próprio empreendimento, e políticas, que possibilitam a tomada de decisões inerente à condição de associado ou cooperado, como a articulação com redes solidárias e com outras organizações de fomento e a reivindicação de direitos frente ao Estado.

Na cidade por projetos, o “grande”, dentre outras características, é aquele que é capaz de estabelecer laços de confiança; é o indivíduo participativo, flexível sempre disposto a engajar-se em algum projeto e a trabalhar em equipe de forma cooperativa. Mas também é um indivíduo autônomo, no sentido de que pode optar ou não pela adesão a um projeto. Essas características podem ser atribuídas à maneira como os trabalhadores solidários posicionam a si mesmos. Defendem a necessidade de cooperar, de ser solidário, de se relacionar frente a frente com os outros, de forma ética e respeitável. Constroem-se como sujeitos autônomos, pois não se submetem a relações assalariadas, são donos de seu próprio negócio e têm o poder de decidir sobre os rumos deste. Forjam-se, também, como sujeitos flexíveis, capazes de assumir riscos em prol de sua liberdade, uma vez que abrem mão das garantias de um trabalho assalariado para apostar na gestão coletiva de um empreendimento que não lhe garante êxito algum. Neste caso, é preciso considerar que, nem sempre a adesão dos trabalhadores à associação é puramente voluntária. Ela ocorre pela falta de oportunidade de trabalhos assalariados para alguns ou porque o trabalho coletivo apresenta-se como única forma de sobrevivência para outros.

Vê-se, também, que a decisão pelo funcionamento associativo desses trabalhadores concede algumas vantagens sobre atividades assalariadas ou sobre sua situação anterior de desemprego ou de miséria. Essas vantagens parecem não responder, apenas, a uma crítica social, no sentido de propiciarem remunerações melhores e de diminuir as desigualdades, mas também a uma crítica estética por fazerem apologia à libertação desses sujeitos dos grilhões da relação assalariada de produção e de conferir-lhe autonomia nas decisões do empreendimento.

Além disso, a ES faz promessas relativas tanto a garantias individuais, de autorrealização e de certa proteção social, como a garantias ao bem comum, uma vez que o trabalho coletivo é em prol de todos. Assim, a propriedade coletiva dos meios de produção, a divisão dos lucros, a autogestão do empreendimento, a não submissão a uma classe patronal

ou a promessa de uma remuneração melhor que seus salários anteriores parecem ser, por um lado, os motivos principais da adesão de trabalhadores à ES e, por outro, a crença de que sua forma de trabalho é importante para a transformação do mundo, para o bem de todos e para a superação de formas de trabalho injustas.

É nesse mesmo sentido que podemos entender os incentivos do Estado aos movimentos de ES. Essas políticas constroem a ES como algo importante tanto para os indivíduos empobrecidos, porque lhes confere poder de compra e autonomia, como para o bem comum, pois é capaz de reduzir as desigualdades, diminuir a violência e ser um caminho para a solução de diversas crises. No entanto, como comentamos anteriormente, esse incentivo – objeto dos discursos disseminados por instituições governamentais em prol da ES, como a SENAES – é pouco efetivo, uma vez que os recursos destinados são insuficientes ou, quando disponibilizados, não chegam a seu destino final por conta de injunções políticas.

No entanto, assim como o novo espírito do capitalismo, descrito por Boltanski e Chiapello a partir do novo discurso gerencial após os anos 70, fornece razões para a adesão dos administradores e seus subordinados às empresas flexíveis, o discurso governamental em prol da ES tem servido para justificar a adesão de desempregados, subempregados ou miseráveis a empreendimentos coletivos solidários. Vimos que essas justificativas são incorporadas a formas de ser, de agir e de representar desses trabalhadores cuja semiose analisamos anteriormente. Essa incorporação se dá através de constrangimentos dos discursos desses trabalhadores por uma ordem de discurso hegemônica que é, por sua vez, reproduzida por esses próprios discursos. Dessa forma, pode-se afirmar que a semiose das práticas sociais no âmbito da ES tem funcionado no sentido de legitimar um governo que reproduz os ditames do capitalismo neoliberal, mas que teoricamente trabalha em prol da diminuição das desigualdades, forjando a ideia de que a produção de pobreza nada tem a ver com o sistema econômico.

A dimensão estratégica dos empreendimentos solidários e de outros voltados para as classes populares não passou despercebida dos analistas. Wellen (2012) defende a ideia de que “projetos sociais” assim como a ES surgiram no Brasil a partir das décadas de 80 e 90 não somente como resultado da crise do capitalismo dos anos 70, mas também como algo funcional à posterior reestruturação do capital. A crise pela qual o Estado brasileiro passava a essa época foi explicada pelos teóricos do neoliberalismo como efeito dos amplos gastos com obrigações sociais, ou seja, o colapso estatal foi atribuído a problemas administrativos internos e, não, a causas estruturais. O problema seria a diferença negativa entre receitas e

despesas sociais e, sendo assim, sua resolução se daria pela desoneração do Estado, através da “ampliação de descontos obrigatórios, como impostos e taxas, e a necessidade imperiosa de diminuição dos serviços sociais, assim como sua focalização” (WELLEN, 2012, p. 32). É nesse contexto que o neoliberalismo surge com força para a recuperação do Estado, no sentido de torná-lo mais competitivo no mercado e de estabilizar sua moeda, mas com o preço de destruir as conquistas trabalhistas, de arrefecer os movimentos sindicais e de privatizar empresas estatais. Essa aniquilação de direitos sociais e o silenciamento das reivindicações foram de extrema importância também para que as empresas capitalistas retomassem sua acumulação, antes comprometida por fiscalizações sindicais. Dessa forma, ganharam respaldo político para recrudescerem a mais-valia através de formas de produção ditas flexíveis.

A crise do capital foi então ideologicamente atribuída às pressões trabalhistas, consideradas obstáculos para o livre funcionamento do mercado. Consequentemente, essas reivindicações foram construídas como uma ameaça às liberdades individuais e, portanto, deveriam ser minadas. Além disso, o aumento das desigualdades proveniente dessas decisões era concebido como algo natural e passível de ser superado, caso essa liberdade individual fosse garantida, pois teoricamente, este indivíduo seria livre para concorrer no mercado. Somam-se a isso as ideias do fim da história, da inevitabilidade do capitalismo, da impossibilidade de contornar esse sistema econômico, bem como a promessa de que sua nova forma de organização seria mais democrática e promoveria uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores.

Dessa forma, frente à ausência de alternativas mais radicais e para dar conta da questão da desigualdade e da pobreza, Wellen (2012) afirma que surgem os projetos sociais dos quais a ES faz parte. Aponta, de início, a contradição do governo brasileiro em, ao mesmo tempo, estar substancialmente de acordo com uma política neoliberal – através de incentivos fiscais, estabilização econômica em favor de bancos, venda de estatais, etc. – e, por outro lado, criar uma secretaria em defesa da ES, lançar editais de fomento e programas de incentivo em prol de uma forma de atividade econômica que, supostamente funcionaria no sentido de ultrapassar o capitalismo. O autor chega à conclusão, então, de que só resta pensar que esses estímulos têm uma função diferente da que o governo apresenta que, segundo ele, é a de estabilização social no sentido de garantir a reprodução pacífica do capital. O autor ainda assinala o fato de que não existe a possibilidade de hegemonia da economia solidária, uma vez que não existe, de fato, uma consistência nem homogeneidade de pensamento de quem a defende. Essa contradição impede que essas formas produtivas se tornem dominantes. Além

de não consistir, de fato, numa alternativa ao sistema econômico vigente, Wellen (2012) apresenta a ES como funcional a esse sistema no sentido de que contribui para a precarização e terceirização da mão de obra, para o silenciamento das lutas trabalhistas e para a responsabilização do pobre por sua própria pobreza. Aproxima-a, desta forma, aos projetos ligados ao terceiro setor²⁰:

Sob o discurso mistificador do empreendedorismo social, esses projetos ampliam as teias neoliberais tecidas pelos representantes do capital, destruindo conquistas da classe trabalhadora e impondo retrocessos materiais e ideológicos. Praticando uma verborragia repleta de adjetivos modernos e sentenças vazias como ‘a união faz a força’ e ‘é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe’ a economia solidária acompanha o terceiro setor numa trilha anacrônica para a superação dos problemas sociais. (WELLEN, 2012, p. 175).

Nesse sentido, acrescentamos, que esse processo ocorre através do governo das subjetividades ou através da “psicologização” (CRESPO; SERRANO, 2011) dos trabalhadores coletivos solidários, uma vez que a adoção estratégica do incentivo à ES forja sujeitos que acreditam ser de sua total responsabilidade a resolução dos problemas ligados à sua condição social, que naturalizam através de seus discursos a necessidade de “lutar” para conseguir vida digna; a necessidade de se articular em redes para, coletivamente, mas sozinhos, conseguirem desenvolver projetos que os inserem produtivamente, mas por tempo determinado; e a ideia de que são livres e autônomos, quando, de fato, seu trabalho não é suficiente, nem, para garantir as mínimas condições de existência, fazendo com que se torne escravo da atividade constante, sem direitos a férias nem aposentadoria.

5.3 Discussão da terceira hipótese de trabalho: A ES como estratégia de governo das subjetividades

Ao analisar as estratégias de regulação política do trabalho, a partir das políticas de emprego na União Europeia, Crespo e Serrano (2011) lançaram luz sobre uma tendência, cada vez mais hegemônica, a reforçar o exercício da responsabilidade de si mesmo, a que chamaram de “psicologização” de trabalhadores. Essa tendência consiste numa espécie de regulação da autonomia através de práticas de governo que, através de tecnologias induzem a construção de sujeitos ativos, empreendedores de si mesmos, que passam a compreender a si

²⁰ Wellen (2012) afirma que não é por acaso que o surgimento do terceiro setor é contemporâneo à reestruturação produtiva das décadas de 80 e 90. Uma vez que nem o Estado nem as empresas capitalistas iriam se responsabilizar mais pelas obrigações sociais e pelos direitos trabalhistas, foi funcional a transferência desta responsabilidade para a própria sociedade civil.

mesmo como seres desvinculados das relações sociais, incentivados a superarem seus problemas sozinhos, mesmos que estes sejam decorrentes de questões sociais mais complexas. Isso tem como consequência a dessocialização dos sujeitos que, por sua vez, gera a despolitização dos mesmos.

Os autores significam esses processos como modos de subjetivação característicos do novo espírito do capitalismo. Vimos que o “grande” da cidade por projetos é o sujeito capaz de se autogerir, de inserir-se em redes, de se adaptar às conformações de cada novo projeto, de fazer-se empregável cuidando de suas habilidades sociais e de sua capacidade de se relacionar. Eles afirmam, ainda, que as políticas de redução das desigualdades e do desemprego se utilizam dessas estratégias, no sentido de construir sujeitos associais ou autocontidos que acreditam que os fatores determinantes de sua conduta provêm deles mesmos. Essas estratégias têm como consequência um processo de moralização dos trabalhadores que se constituem mais como um código de conduta do que como um código de punição, uma vez que a adesão a essas formas de argumentação é consentida e, não ocorre sob o efeito de repressão. Além disso, justificam formas de intervenção que culpabilizam os sujeitos pelo seu insucesso, uma vez que estes supostamente podem controlar todas as situações que lhes fazem padecer. Há então, um deslocamento de responsabilidade das instituições para o sujeito que resulta, também, num deslocamento das reivindicações que deveriam ser destinadas à primeira para os próprios sujeitos, no formato de culpa, inadequação e autopunição. Essas estratégias de governo das subjetividades são legitimadas por práticas discursivas que forjam um processo de disciplinamento moral constituído por sistemas de explicação dominantes, tidos como dados, que não se constituem como alvo de especulação nem de crítica. (CRESPO; SERRANO, 2011).

Ao tentarmos compreender a função social dos incentivos do Governo Federal brasileiro às formas autogestionárias e cooperativas de produção à população empobrecida e desempregada, percebemos fenômeno semelhante à “psicologização” apresentada anteriormente. Para que essas estratégias governamentais tenham sucesso, é preciso que seja forjado um consenso entre os trabalhadores de ES de que o trabalho cooperativo é mais estimulante e mais vantajoso que o trabalho assalariado, que a assunção da responsabilidade de superação da pobreza é do próprio trabalhador, que a divisão dos lucros e a propriedade dos meios de produção conferem autonomia e liberdade ao trabalhador e que é mais digno o trabalhador independente, que não espera por soluções governamentais para a solução dos seus problemas.

Quando analisamos a relação dos trabalhadores associados da ACOOPAC e o INCRA, observamos uma ambiguidade que faz oscilar tanto a condição de dependência e independência dos trabalhadores em relação a esse órgão, como o grau de identificação desses trabalhadores com movimentos mais tradicionais de reivindicação por direitos sociais como o MST. Ao mesmo tempo em que buscam a resolução de seus próprios problemas sem a interferência do INCRA, fica implícita uma situação de dependência, uma vez que precisam de seus incentivos econômicos. Do mesmo modo, identificam-se parcialmente com o MST. Compartilham da reivindicação desses movimentos sociais por questões pontuais e, sobretudo, econômicas, como a cobrança de crédito ou a concessão de assistência técnica. No entanto, distanciam-se do movimento no que concerne a reivindicações mais significativas ou mais estruturais, pois representam essa reivindicação como perda de tempo. Afirmam não “quebrar a cabeça” com o INCRA, pois ele sempre está “de costas virada”, “de portas fechadas”. Obrigam-se, então, a tomar como solução o engajamento em projetos, o funcionamento em redes, o trabalho baseado na autogestão e a “luta” pela própria sobrevivência. Mesmo que essa adesão não seja voluntária, como está evidente, os trabalhadores representam o trabalho solidário como algo mais digno, melhor do que o trabalho assalariado, mais ético, ou seja, valem-se de argumentos morais para justificarem algo que é de ordem complexa e social.

Soma-se a isso o fato de que, mesmo estando claro que o trabalho solidário não é suficiente para garantir o sustento desses trabalhadores e que estes são dependentes da articulação em redes e dos projetos, eles se sentem empoderados por fazer parte de sua associação, pois se sentem autônomos, independentes, donos do seu próprio empreendimento e concebem-se como exemplo a ser seguido. Ocorre, então, algo semelhante ao contexto de regulamentação das políticas de desemprego descrita por Crespo e Serrano (2011):

A partir dessa avaliação, condenam a dependência (ou melhor, a interdependência) derivada de viver em sociedade e de ser um cidadão de um Estado Moderno (veja o discurso das chamadas políticas *passivas*), enquanto torna óbvia e, portanto, invisível, a dependência vulnerabilizadora do mercado (entendida, então, como «independência»). (p. 254).

Em termos de síntese conclusiva, percebe-se que os incentivos do Governo Federal direcionados à ES parece funcionar como uma forma de cooptação de alguns elementos da crítica ensejada na esteira da reestruturação produtiva do final do século XX. As reivindicações realizadas por movimentos sociais, partidos de esquerda, por setores da Igreja,

pela academia e por sindicatos frente à explosão dos índices de desemprego e de produção de miséria foram atendidas parcialmente pela criação da SENAES, de legislações e de programas em benefício de organizações econômicas coletivas e autogeridas. Em paralelo a isso, difunde-se que a ES constitui uma forma de superação da miséria, de combate à violência, inclusive de resolução de crises econômicas, pois faz com que o miserável, antes improdutivo, também possa comprar. Além disso, promete uma emancipação social, já que liberta o trabalhador de relações de dependência e subordinação, características do assalariamento. Há, então, a construção de discursos ideológicos, a fim de engajar indivíduos nessas formas de produção, que condizem, sob diversos aspectos, com o novo espírito do capitalismo. Tudo isso, por outro lado, deixa o governo livre para continuar concedendo seus infintos subsídios à reprodução do capital.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse panorama analítico sobre a semiose das práticas sociais no âmbito da ES expõe diversos níveis do problema e permite lançar luz sobre os obstáculos existentes para que este seja resolvido, uma vez que subsidia a compreensão da função que o problema exerce na realidade social. O fato de um problema continuar sem resolução geralmente contribui para que determinado estado de coisas mantenha-se inalterado e estratégias de poder (discursivas e não discursivas) bem como investimentos ideológicos sejam empreendidos no sentido de velar os mecanismos sociais que configuram o problema. Dessa forma, é necessário identificar, a partir da análise do discurso de trabalhadores solidários, as contradições da estrutura, isto é, as características que fazem dela um sistema aberto e sujeito à mudança, como a descrevemos anteriormente, isto é, o momento no qual ela resvala por meio de incongruências ou irracionalidades e que possibilita a inserção de lutas sociais em prol da resolução do problema, ou seja, da emancipação e da transformação social. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999).

Nestes termos, o problema em questão trata-se da discrepância entre o crescente aumento da desigualdade social, da produção de pobreza e de formas de exploração e o acúmulo cada vez mais indiscriminado de capital. Para que os sujeitos façam adesão a uma forma de produção inerentemente contraditória, é necessário que lhe sejam oferecidas justificativas que esmaçam essas contradições, de modo que torne esse engajamento justo, seguro e estimulante. Diversas estratégias de poder e de investimento ideológico já foram utilizadas para camuflar os determinantes reais deste problema. Estratégias diferenciadas correspondem a diferentes espíritos do capitalismo. Em relação ao primeiro, a moral religiosa protestante serviu como fonte inspiradora de justificativas para o lucro e para o engajamento em formas produtivas do capitalismo doméstico e patriarcal. Já no contexto das grandes indústrias, a meritocracia, a eficácia e a segurança no emprego (fomentada pela forte intervenção do Estado) foram as motivações que garantiram adeptos ao segundo espírito do capitalismo.

No entanto, o regime de justificação para a contradição entre acumulação e a produção de mazelas sociais que nos interessou nesta investigação trata-se do que se originou a partir do final da década de 1970 e que vem sendo denominado de novo espírito do capitalismo. Foi descrito que essa nova ordem discursiva baseia-se no modelo de cidade por projetos que tem a atividade como princípio superior comum, organiza-se de forma connexionista e é orientada

por projetos. O “grande” para esse regime de justificação é o sujeito capaz de inserir-se em redes e em projetos, capaz de realizar um trabalho cooperativo, ético, preocupado com a difusão das redes e com a empregabilidade dos outros, que prima por suas relações sociais e que é capaz de se autogerir. A inculcação dessa ordem discursiva em identidades realiza-se através de um processo que Crespo e Serrano (2011) denominaram de psicologização ou de governo das subjetividades.

Esta pesquisa destinou-se a compreender de que forma essas estratégias de governo das subjetividades se manifestam na incorporação da ES pelas políticas sociais governamentais de redução da miséria e de solução do desemprego. Observamos que, menos do que atingirem os objetivos a que se propõem, esses incentivos a formas produtivas coletivas solidárias ajudam a inculcar formas de ser, de agir e de representar (que são parcialmente discursivas) que constituem o novo espírito do capitalismo. Esse complexo processo tem como consequência a criação de consensos entre os trabalhadores de ES, como a crença de que a filiação a formas de organização coletivas de produção são mais vantajosas, de que o trabalhador independente é mais digno que o trabalhador assalariado e de que é louvável assumir a responsabilidade pelos seus próprios problemas. O consenso é uma forma eficaz de tornar nebulosas as determinações da contradição inicial a que nos referimos (o problema), uma vez que não é passível de contestação, é assumido como natural, é compartilhado por todos.

No entanto, é necessário ter em mente que esses consensos são estabelecidos e reatualizados cotidianamente no interior das práticas sociais através do pronunciamento dos próprios discursos e da prática. A situação de hegemonia de uma ordem social não significa que essa seja permanente em qualquer circunstância. Em vez disso, ela está sujeita a transformações que são empreendidas através de lutas sociais que são parcialmente discursivas. Assim, a possibilidade de mudança de ordens sociais reside também nos discursos. Torna-se necessário, então, o reconhecimento das contradições dessa ordem social, para que esta possa ser transformada. É preciso colocar sob suspeita os consensos, tensionar os discursos dominantes para que estes, na tentativa de restabelecer a sua legitimidade, deixem transparecer o que não está dito.

No caso do tema desta investigação, há algumas contradições que é relevante apontar: o Estado se compromete ambigualmente com modos de superação da pobreza e do desemprego e com formas neoliberais de gestão que são, elas próprias, geradoras de desigualdade; o trabalhador de ES trava uma relação contraditória com o Estado, pois ao mesmo tempo em

que desenvolve um modelo de atividade econômica que visa a total independência do Estado, seu discurso aponta para a dependência dos incentivos concedidos pelo mesmo; e por fim, há a incoerência entre a condição precária do trabalhador solidário – que não é contemplado com direitos sociais, que depende das redes de apoio e que não consegue mudar sua condição social de forma substancial – e o fato de se sentirem autônomos, livres, seguros e realizados.

REFERÊNCIAS

- ALBORNÓZ, S. G. Trabalho e Utopia na modernidade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.6, p. 1-13, 2003.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- AQUINO, C. A. B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a Psicologia Social. **O público e o privado**, n. 11, p. 169-178, jan./jun. 2008.
- AQUINO, C. A. B.; SAMPAIO, D. M. ; ARAÚJO, V. S. Impactos de la flexibilización laboral y de la precarización en la construcción de subjetividades. **Poiésis FUNLAM**, n. 20, dez. 2010.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo : wmf martinsfontes, 2009.
- BUARQUE, C.; PONTES, P. **Gota d'água**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CASTRO, M. F.; CARVALHO, M. I. V. Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, Brasília, n. 18, p. 109 – 129, jun. 2002.
- CHIAPELLO, E.; FAIRCLOUGH, N. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. **Discourse & Society**, Londres, Thousand Oaks e Nova Délhi, vol. 13, n. 2, p. 185 – 208, mar. 2002.
- COUTINHO, M. C. *et al.* Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 1, p. 17-28; 2005.
- CRESPO, E.; SERRANO, M. A.; Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política del trabajo. **Perspectivas Críticas en la Psicología Social Actual**. EDITORIAL BIBLIOTECA NUEVA, Madri (Espanha), p. 246 – 263, abr. 2011.
- DE PAULA, A. P. P.; *et al.* A Economia Solidária e a questão do imaginário. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.18, n.57, p. 323-333, abr./jun. 2011.
- FAIRCLOUGH, N. e CHOULIARAKI, L. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Cambridge: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. London: Routledge, 2003.

_____. Critical Discourse Analysis. **Marges linguistique**. Saint-Chamas (França), n. 9, p. 76 – 91, mai. 2005.

FERREIRA, A. A. L.; MONTEIRO, G. G. ; CURVELLO, F. V.. Técnica de Governo e Práticas Psicológicas: Humanismo e Empreendedorismo. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 17, p. 1-14, 2010.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GUERRA, Y. *et al.* O Debate contemporâneo da “questão social”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2005.

IBAÑEZ, T. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, L. (org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 19-49.

IÑIGUEZ, L. Introdução. In: IÑIGUEZ, L. (org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE); Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Governo do Estado do Ceará. **Perfil Básico Municipal da Cidade de Fortim**. Fortaleza, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Plano de recuperação do assentamento Coqueirinho**. Fortim, 2004.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, n. 228, out. / dez. 2007.

LECHAT, N. M. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 123-140, jun. 2002.

LEMES, F. R. M. A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades. **Outra economia**, v. 2, n. 2, p. 52-67, 2008.

MEYER, M. Between theory, method and politics: positioning of the approaches to CDA. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Methods of critical discourse analysis**. Thousand Oaks, Londres, Nova Deli: Sage, 2001. p. 14-31.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília. 2005. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 11 ago. 2011.

Montero, M. **Hacer para transformar**: El método en la Psicología Comunitaria. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2006.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2001.

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no Governo Lula. **Site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=878> Acesso em: 23 de outubro de 2012.

PARKER, I. **Revolution in Psychology**: alienation to emancipation. Londres, Miami: Pluto Press, 2007.

PEDRO, A.; CÁCERES, F. **História Geral**. São Paulo: Moderna, 1996.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica e Etnografia**: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008. Tese de Doutorado em Linguística. Program de pós-graduação em Linguística da universidade de Brasília. 2008

RESENDE, V. M. e RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROJO, L. M. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: IÑIGUEZ, L. (org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 206-257.

SANTOS, B. S. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, J. B. F. **O avesso da maldição do Gênesis**: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A.; A Economia Solidária na agenda das políticas públicas nacionais: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. **IPEA**, Brasília, dez. 2011.

SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOARES SANTOS, J. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para o seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

VERONESE, M. V. **A Psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, abr. 2004.

VERONESE, M.V. **Psicologia Social e Economia Solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

WELLEN, H. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) participante,

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “Economia Solidária, o novo espírito do capitalismo e o governo das subjetividades: uma análise do discurso dos trabalhadores do Assentamento Coqueirinho” vinculada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e desenvolvida por Camila Moreira Maia, sob a orientação da Prof^a. Dra. Idilva Maria Pires Germano.

1. Natureza da pesquisa

Esta pesquisa tem por finalidade investigar criticamente as práticas que configuram a Economia Solidária, reconhecendo os variados discursos que a formatam e a relação destes com essas práticas. Pretende-se identificar se estas configuram tendências reprodutivas ou transformadoras de estruturas sociais, ressaltando, sobretudo, a questão da pobreza.

2. Participantes da pesquisa

Participará da pesquisa integrantes da Associação Cooperativa dos Produtores do Assentamento Coqueirinho (ACCOOPAC).

3. Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo, você deve permitir que a pesquisadora o entreviste individualmente ou coletivamente nas instalações do empreendimento coletivo solidário ao qual faz parte. Na ocasião das entrevistas, com o intuito de fomentar um debate, a pesquisadora fará algumas perguntas a respeito de como você representa a Economia Solidária, sobre como é o seu cotidiano de trabalho ou sobre a relevância de ser participante de um empreendimento coletivo solidário. Não há respostas certas nem erradas, você deverá responder do modo mais franco possível, conforme seu ponto de vista. As entrevistas possuem duração incerta, no entanto, não devem se estender por mais de uma hora, salvo interesse do participante em continuar seu discurso.

Você tem a liberdade de recusar a participar e pode ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a pesquisadora através dos telefones (85) 8835-8943 / (85) 9750-8687.

Se você julgar necessário poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará através do telefone 3366-8344 ou do endereço Rua Capitão Francisco Pedro, 1290 - Rodolfo Teófilo - 60430-370 - Fortaleza – Ceará.

4. Riscos e desconfortos

A participação nesta pesquisa não traz complicações, nem desconforto e não oferece risco à sua integridade física, psíquica ou moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

5. Confidencialidade

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Suas respostas serão gravadas para facilitar a análise das respostas, porém sua identidade não aparecerá em nenhum documento. Em vez do seu nome, aparecerá um código nos relatórios desta pesquisa. Apenas a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento dos dados. Se você der a sua autorização por escrito, assinando a permissão para utilização das transcrições das gravações, os dados serão utilizados exclusivamente para fins de ensino e durante encontros e debates científicos.

6. Benefícios

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que esta pesquisa nos forneça informações importantes sobre o estado atual do movimento de Economia Solidária e sobre o seu potencial transformador de desigualdades sociais.

7. Pagamento

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa e nada será pago por sua participação. Entretanto, os empreendimentos coletivos solidários que participarão receberão uma cópia dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo. A apresentação oral dos resultados poderá ser agendada conforme interesse das instituições e dos participantes.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de 2013.

(Nome do participante)

Camila Moreira Maia
(Pesquisadora responsável)

Prof^a. Dra. Idilva Maria Pires Germano
(Orientadora da pesquisa)

5 Permissão para utilização das transcrições das gravações

Eu, por meio deste, dou à pesquisadora Camila Moreira Maia a permissão para usar as transcrições das gravações realizadas comigo durante a pesquisa “Economia Solidária, o novo espírito do capitalismo e o governo das subjetividades: uma análise do discurso dos trabalhadores do Assentamento Coqueirinho”. A permissão é para que os conteúdos das transcrições possam ser utilizadas em publicações e encontros científicos sobre o tema da Economia Solidária, em debates entre grupos de pesquisa ou ainda para fins didáticos. Eu estou ciente de que os participantes da pesquisa não serão identificados pelo nome e que meu anonimato e privacidade estarão preservados.

Fortaleza, _____ de _____ de 2013.

(Nome do participante)